



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FARROUPILHA  
CAMPUS JAGUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**DEBORA GABRIEL DE MELO**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Jaguari  
2026

**DEBORA GABRIEL DE MELO**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Ricardo Antonio Rodrigues

Jaguari

2026

Ficha catalográfica  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528e Melo, Debora Gabriel de  
Educação de jovens e adultos (EJA-EPT) no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari, permanência e êxito / Debora Gabriel de Melo. - Jaguari, 2026.  
160 f. : il.

Orientador: Ricardo Antonio Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2026.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino profissional.  
3. Ensino técnico. 4. Formação profissional. 5. Educação para o trabalho. 6. Programas de ação afirmativa na educação.  
I. Rodrigues, Ricardo Antonio, orient. II. Título.

CDU: 377

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

**DEBORA GABRIEL DE MELO**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL  
FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 13 de abril de 2026.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
**RICARDO ANTONIO RODRIGUES**  
Data: 14/04/2026 17:48:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Orientador



Documento assinado digitalmente  
**VANESSA DE CASSIA PISTÓIA MARIANI**  
Data: 15/04/2026 09:02:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - ProfEPT



Documento assinado digitalmente  
**RAQUEL FOLMER CORREA**  
Data: 15/04/2026 18:39:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Raquel Folmer Corrêa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS)

**DEBORA GABRIEL DE MELO**

**PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO.**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de abril de 2026.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
**RICARDO ANTONIO RODRIGUES**  
Data: 14/04/2026 17:49:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Orientador



Documento assinado digitalmente  
**VANESSA DE CASSIA PISTÓIA MARIANI**  
Data: 15/04/2026 09:02:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - ProfEPT



Documento assinado digitalmente  
**RAQUEL FOLMER CORREA**  
Data: 15/04/2026 18:39:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Raquel Folmer Corrêa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família e aos meus amigos, que compreenderam minha ausência em diversos momentos ao longo deste percurso formativo.

Expresso minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Jaguari, pela oportunidade de cursar um mestrado público, gratuito e de qualidade.

Agradeço, com carinho, à Turma 7 do Mestrado ProfEPT no IFFar – Campus Jaguari. Foram inúmeras trocas, angústias e alegrias compartilhadas. Vivenciamos dias desafiadores até chegarmos a este momento, sempre guiados por um propósito maior: a conquista do título de mestre.

Ao professor Dr. Ricardo, meu orientador, registro meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional, por ter acolhido minha proposta desde o início e pelas orientações, diálogos e conselhos ao longo deste período. Agradeço, ainda, pela compreensão diante de minha ansiedade e objetividade, sempre conduziu com sensibilidade e incentivo.

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade em ler e contribuir com este trabalho de dissertação. À professora Vanessa e à professora Raquel, pelas valiosas contribuições, que foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa.

Vida longa ao Mestrado ProfEPT do IFFar – Campus Jaguari!

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para  
mudar o mundo.”

Nelson Mandela (2003)

## RESUMO

Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e insere-se na linha de pesquisa voltada às Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Macroprojeto 2. O estudo tem como objetivo investigar os fatores que influenciam a permanência e o êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) no Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari. Busca-se compreender os desafios e as condições que atravessam as trajetórias escolares desses estudantes, bem como identificar práticas pedagógicas e institucionais que contribuam para o sucesso acadêmico e a continuidade dos estudos. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, configurando-se como estudo bibliográfico, documental e estudo de caso. A produção dos dados ocorre por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, aplicação de questionários semiestruturados a discentes e docentes da EJA/EPT, além da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da EJA/EPT e de documentos relacionados ao Plano de Permanência e Êxito (PPE), considerando seu processo de implementação e efetividade no campus. Participam da pesquisa 16 discentes e 11 docentes que atuam nas duas turmas do PROEJA/EPT. A análise dos dados é realizada com base nos procedimentos da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016). A partir dos resultados obtidos, elabora-se, como produto educacional, um Protocolo de Acompanhamento Individualizado, voltado ao acompanhamento de estudantes da Educação de Jovens e Adultos. O material é submetido à avaliação de participantes da pesquisa, sendo analisado por sete dos oito avaliadores convidados, que atribuem apreciações integralmente positivas ao produto desenvolvido. A análise documental indica que ainda persiste, em documentos institucionais, uma compreensão da EJA vinculada predominantemente à lógica da profissionalização para o mercado de trabalho, em detrimento da perspectiva da formação integral e do trabalho como princípio educativo. Da análise dos discentes indicam que a Permanência e êxito no curso está fortemente associada ao apoio pedagógico, ao trabalho do coordenador de curso, com praxis do acolhimento institucional e às relações construídas no ambiente escolar, aspectos que dialogam com a concepção de educação como prática dialógica e emancipadora. A análise das respostas dos docentes no processo de permanência e êxito dos estudantes está relacionada a múltiplas dimensões pedagógicas, institucionais e sociais. Que estão diretamente relacionados à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral e com o reconhecimento das trajetórias de vida dos sujeitos da EJA. Conclui-se, portanto, que a permanência e o êxito dos estudantes devem ser compreendidos como parte da gestão pedagógica institucional, articulando ações de acompanhamento e políticas de permanência voltadas às especificidades dos sujeitos da EJA.

**Palavras-Chave:** Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Permanência e êxito; PROEJA; Trabalho como princípio educativo.

## ABSTRACT

This dissertation is linked to the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) and is situated within the research line focused on Educational Practices in Professional and Technological Education (EPT), Macroproject 2. The study aims to investigate the factors that influence the retention and success of students in Youth and Adult Education integrated with Professional and Technological Education (EJA/EPT) at the Federal Farroupilha Institute, Jaguari Campus. It seeks to understand the challenges and conditions that shape these students' educational trajectories, as well as to identify pedagogical and institutional practices that contribute to academic success and continuity of studies. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach, and is structured as a bibliographic, documentary, and case study. Data production occurs through a literature review and document analysis, the application of semi-structured questionnaires to EJA/EPT students and teachers, as well as the analysis of the Course Pedagogical Project (PPC) and documents related to the Retention and Success Plan (PPE), considering its implementation process and effectiveness on campus. The study involves 16 students and 11 teachers working in the two PROEJA/EPT classes. Data analysis is carried out based on Content Analysis procedures, according to Bardin (2016). Based on the results obtained, an educational product is developed in the form of an Individualized Monitoring Protocol, aimed at supporting students in Youth and Adult Education. The material is evaluated by research participants, with seven of the eight invited evaluators analyzing it and providing entirely positive assessments of the developed product. The documentary analysis indicates that institutional documents still reflect an understanding of EJA predominantly linked to the logic of professional training for the labor market, to the detriment of a perspective centered on integral education and work as an educational principle. The analysis of student responses shows that retention and success in the course are strongly associated with pedagogical support, the work of the course coordinator, institutional welcoming practices, and the relationships built within the school environment—elements that align with the conception of education as a dialogical and emancipatory practice. The analysis of teachers' responses indicates that student retention and success are related to multiple pedagogical, institutional, and social dimensions, which are directly connected to the development of pedagogical practices committed to integral education and to recognizing the life trajectories of EJA students. It is therefore concluded that student retention and success should be understood as part of institutional pedagogical management, articulating monitoring actions and retention policies tailored to the specificities of Youth and Adult Education students.

**Keywords:** Adult Education; Professional and Technological Education; Retention and Success; PROEJA; Work as an Educational Principle.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentuais legais do Proeja

Figura 2 - Panorâmica do IFFar Campus Jaguari

Figura 3 - Pórtico do IFFar Campus Jaguari

Figura 4 - Taxa de Evasão Campus Jaguari

Figura 5 - Notícia MEC institui Programa de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal

Figura 6 – Qual a sua idade?

Figura 7 - Qual é o seu gênero?

Figura 8 - O que fez você decidir se inscrever no PROEJA/EPT?

Figura 9 - Quais são suas expectativas em relação ao curso?

Figura 10 - Quais fatores contribuem para a sua permanência no curso?

Figura 11 - Você enfrenta alguma dificuldade no curso?

Figura 12 - Se sim, você já pensou em desistir do curso, qual foi o principal motivo?

Figura 13 - Você tem acesso a recursos que ajudam no seu aprendizado? (marque todas as opções que se aplicam)

Figura 14 - Existe apoio psicológico ou emocional disponível para você no curso?

Figura 15 - Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?

Figura 16 - Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?

Figura 17 - Na sua opinião, quais fatores contribuem para a permanência dos alunos no curso?

Figura 18 - Você considera que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos?

Figura 19 - Você tem acesso a algum tipo de apoio.

Figura 20 - Com que frequência você percebe a necessidade de intervir para ajudar alunos em risco de evasão?

Figura 21 - Como é realizado o planejamento das suas aulas para a EJA?

Figura 22 - Existe horário de atendimento ou monitoria disponível para os estudantes da EJA?

Figura 23 - Os alunos costumam utilizar os horários de atendimento ou monitoria oferecidos?

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

CAPE - Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito

CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CODIR - Colegiado de Dirigentes

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONSUP - Conselho Superior

DPDI- Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

EJA/FIC - Educação de Jovens e Adultos formação inicial e continuada

EJA/EPT - Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IFFar - Instituto Federal Farroupilha

JA - Jaguari

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPE - Plano de Permanência e Êxito

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudanti

PNE - Plano Nacional de Educação

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA/FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Formação Inicial e Continuada

ProfEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIG Sistema Integrado de Gestão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SRA - Setor de Registros Acadêmicos

TCLE - Termo de compromisso livre e esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Situação final e percentual de aprovação nos cursos técnicos integrados na modalidade EJA/EPT - ano letivo 2023.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	16
1 INTRODUÇÃO .....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	21
2.1 Trabalho como princípio educativo .....	22
2.2 Educação Profissional e Tecnológica – EPT .....	26
2.3 Educação de Jovens e Adultos(EJA) .....	28
2.4 Educação de Jovens e Adultos -EJA/EPT .....	30
3 METODOLOGIA .....	34
3.1 Cenário do estudo.....	35
3.2 Tipo de estudo .....	37
3.3 Instrumentos de coleta de dados .....	37
3.4 A análise de dados .....	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	39
4.1 Análise documental .....	39
4.2 EJA-FIC no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari.....	40
4.3 Proeja no IFFar Jaguari.....	42
4.3.1 Curso Técnico Em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja) .....	45
4.4 A Evasão Escolar No Eja/Ept No Iffar.....	47
4.5 Programa de Permanência e Êxito(PPE) No IFFar.....	49
4.6 Pesquisa de campo .....	57
4.6.1 Questionário com os discentes .....	58
4.6.2 Categorias utilizadas na análise e na discussão das respostas dos discentes.....	61
4.6.3 Questionários com os docentes .....	76
4.6.4 Categorias utilizadas na análise e na discussão das respostas dos docentes.....	77
5 . PRODUTO EDUCACIONAL .....	101
5.1 Diretrizes adotadas na concepção do produto educacional .....	101
5.2 Validação: avaliação de percepção dos participantes .....	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106
REFERÊNCIAS .....	111
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL .....	117

APÊNDICE B – TCLE /QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES .....	139
APÊNDICE C – TCLE /QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES.....	148
APÊNDICE D - VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	157

## APRESENTAÇÃO

Sou Débora Gabriel de Melo, natural de São Vicente do Sul/RS, e iniciei minha trajetória profissional no serviço público como Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Vacaria/RS, ocupando o cargo de Técnica em Secretariado, com atuação no setor de Compras, Licitações e Contratos. Em agosto de 2024, fui redistribuída para o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguari/RS, onde atualmente desempenho minhas atividades junto à Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Minha formação educacional e profissional está fortemente vinculada ao Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul/RS, onde concluí o curso Técnico em Secretariado, em 2009, habilitação que corresponde ao cargo que atualmente exerço no IFFar. Posteriormente, obtive o título de Tecnóloga em Gestão Pública, em 2016, pela mesma instituição. Também sou especialista em Gestão Pública Municipal, formação realizada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no polo de Cacequi/RS.

O interesse pelo Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) surgiu do desejo de aprofundar meus conhecimentos na área educacional. Minha atuação profissional esteve, até então, predominantemente voltada à esfera administrativa da Rede Federal de Educação, sobretudo nas áreas de licitações e contratos. No entanto, o ingresso no mestrado representou uma transição significativa, ampliando minha compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem, além de despertar um novo olhar para a escrita acadêmica e para a prática educativa como um todo.

Ao longo do curso, desenvolvi o hábito da leitura crítica e reflexiva, ampliando minha capacidade analítica e a compreensão da complexidade dos fenômenos educacionais. Paralelamente, a redistribuição para o Campus Jaguari contribuiu para um redirecionamento das minhas atividades profissionais, aproximando-me da área do ensino e afastando-me, gradativamente, das funções estritamente administrativas.

Inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Macroprojeto 2: Inclusão e diversidade em espaços

formais e não formais de ensino na EPT, minha pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 09 de dezembro de 2024, sob o Parecer N° CAEE: 84850824.0.0000.5574.

A investigação tem como foco a permanência e o êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), com o propósito de contribuir com reflexões e propostas que promovam a qualificação das práticas pedagógicas e a valorização da educação pública. A partir dessa proposta investigativa, esta dissertação está organizada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo a Introdução do trabalho está estruturada para apresentar o problema de pesquisa, a sua justificativa e os objetivos (geral e específicos). Na sequência, desenvolvemos o Referencial Teórico, fundamentado no conceito de trabalho como princípio educativo e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), utilizando como base as contribuições de Saviani (1989; 2007), Gramsci (2004; 2006), Rodrigues (2024), Mészáros (2005), Freire (1996) e Frigotto (2008). Nesse percurso, aborda-se a historicidade da EPT, sintetizando seus principais marcos, características e desafios no contexto da educação brasileira.

No segundo capítulo no campo teórico, apresenta-se uma reflexão acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), discutindo seus fundamentos, especificidades, desafios e sua relação intrínseca com a história da educação no Brasil. Em seguida, o foco recai sobre a implementação da EJA no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, culminando na análise do Curso Técnico em Comércio ofertado na modalidade EJA/EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguari.

No terceiro capítulo, intitulado como metodologia, são descritos os procedimentos adotados e o rigor científico que orientou a pesquisa. Ressalta-se que o estudo foi delimitado e desenvolvido exclusivamente no âmbito do Curso Técnico em Comércio, na modalidade PROEJA.

O quarto capítulo, denominado "Resultados e Discussões", apresenta a análise e a interpretação dos dados obtidos por meio do instrumento de pesquisa, organizadas em duas etapas; A primeira é a Análise Documental, que examinou três documentos essenciais para a organização da EPT no instituto e *campus*: o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja), o Documento de Evasão Escolar no EJA/EPT do IFFAR (2024) e o Programa de Permanência e Êxito (PPE) do IFFAR. A segunda etapa consistiu na análise dos

dados de campo, coletados por meio de questionários semiestruturados aplicados aos discentes e docentes das turmas 1 e 2 do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja).

No capítulo quinto, apresenta-se o “Produto Educacional” desenvolvido a partir deste estudo, tendo-se optado pela criação de um Protocolo de Acompanhamento Individualizado, desenvolvido com o objetivo de contribuir para a promoção da Permanência e do Êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguarí.

Por fim, a seção "Considerações Finais" apresenta as conclusões do estudo, articulando as análises realizadas para responder ao objetivo proposto pela pesquisa. Em seguida, listamos as referências que identificam os documentos citados e os Apêndices que integraram o processo de pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto de crítica à concepção dualista e instrumental presente no desenvolvimento das escolas e currículos no capitalismo são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sob a Lei 11892/2008 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo uma resposta institucional e política a essa concepção de educação. Os Institutos Federais representam o esforço do Governo Federal em oferecer uma formação técnica e científica de qualidade, que vai além da simples preparação para o mercado de trabalho, ao proporcionar aos alunos uma formação integral que favoreça sua autonomia e capacidade crítica. Os Institutos Federais são vistos como a síntese das melhores práticas e conquistas da Rede Federal, alinhando-se às políticas de Educação Profissional e Tecnológica para promover um ensino que empodera os indivíduos e contribua para uma sociedade mais justa e igualitária.

Conforme o secretário da Educação Profissional e Tecnológica do MEC por ocasião da criação dos Institutos:

são caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (Pacheco, 2015)

Uma dimensão dessa política federal visa atender estudantes que não completaram os estudos no período regular. O Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa atender às necessidades educacionais de jovens, adultos e idosos que desejam concluir a educação básica (ensino fundamental e médio) enquanto têm a oportunidade de adquirir habilidades profissionais. O programa foi estabelecido pela Portaria do MEC nº 962/2021.

Os Cursos Técnicos EJA/EPT (Proeja) ao vincular o mundo do trabalho à Educação Básica fundamentam-se nos princípios da formação integrada Omnilateral, na qual trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura são indissociáveis.

Em virtude do exposto, atendendo a legislação de criação dos Institutos Federais, no que se refere à oferta de vagas para cursos PROEJA, bem como

previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFAR para o Campus Jaguari 2019-2026, foi designada pela Direção Geral uma Comissão para estudo de demanda e construção do PCC para oferta de novo curso nesta modalidade.

Neste contexto, o tema desta pesquisa foi a permanência e o êxito na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari. A problemática abordada centrou-se na seguinte questão: quais foram os fatores que influenciaram a permanência, o êxito e a evasão dos estudantes do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT) do Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari?

A escolha por investigar essa temática justificou-se pelo caráter diferenciado da EJA-EPT, uma modalidade de ensino voltada para pessoas que, em sua trajetória de vida, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo regular e que, por meio desse programa, buscavam simultaneamente concluir o ensino médio e obter uma formação profissional. Trata-se de um público composto por sujeitos historicamente marginalizados pelo sistema educacional, conforme apontado pelo Ministério da Educação, que os caracteriza como:

Sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (MEC/SETEC, 2007, p. 11)

Dentre os principais desafios enfrentados por essa modalidade de ensino, destacou-se a alta taxa de evasão escolar, realidade também presente no curso ofertado pelo Campus Jaguari. Essa situação demandou uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo gestores, professores, estudantes e a comunidade, com o intuito de elaborar estratégias eficazes de enfrentamento ao abandono escolar.

Diante desse cenário, o objetivo geral da pesquisa foi investigar os fatores que influenciaram a permanência e o êxito dos discentes da EJA/EPT no IFFar – Campus Jaguari, com vistas a mitigar as causas da evasão escolar. Para isso, os objetivos específicos consistiram em: examinar a trajetória estudantil dos alunos do curso EJA-EPT, identificando os fatores pedagógicos, metodológicos e administrativos que favoreceram ou dificultaram sua permanência na instituição;

analisar a percepção dos docentes sobre o conhecimento e a efetividade do Programa de Permanência e Êxito (PPE) junto aos discentes da EJA-EPT; e propor um produto educacional que subsidiasse ações de enfrentamento à evasão escolar, com foco na identificação precoce de estudantes em situação de risco, no acompanhamento individualizado e na intervenção preventiva ao abandono, com base nas diretrizes do PPE do Instituto Federal Farroupilha.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à escola originalmente era algo restrito, isso se devia ao fato de que as habilidades que cabe à escola desenvolver, nessas formas primitivas se restringiam a pequenas parcelas da humanidade. Aliás, a própria origem da palavra escola é ligada ao ócio, ao lazer, tem a ver com essas condições sociais de produção da existência humana (Saviani, 1989).

A ideia de que a escola era originalmente restrita está fundamentada na observação histórica das primeiras instituições educacionais, que emergiram em contextos onde apenas uma pequena parcela da população tinha acesso à educação formal, devido a fatores sociais, econômicos e culturais específicos da época. Isso refletia a estrutura social da época, (cultura grega, romana e grega) onde apenas uma minoria privilegiada tinha acesso a essas formas de educação e cultura.

Considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético, a educação formal precisa ser fundada numa perspectiva histórica crítica. Para Saviani (1989), precisamos de uma visão omnilateral,<sup>1</sup> que compreenda todas as pessoas em suas diversas dimensões. Essa abordagem visa romper com o dualismo educacional e as divisões entre a "escola para ricos" e a "escola para pobres". Carecemos da politecnia, pois:

---

<sup>1</sup> Omnilateral : descreve algo que abrange todas as dimensões, e na teoria marxista, a formação omnilateral é um ideal de desenvolvimento humano integral, buscando superar as limitações da formação unilateral. Refere-se a uma abordagem educacional que visa o desenvolvimento completo do ser humano, abrangendo não apenas o conhecimento técnico, mas também aspectos sociais, emocionais, culturais e éticos.

Ela postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho. Se o homem se constitui a partir do momento em que age sobre a natureza, adaptando-a a si, ajustando-a às suas necessidades (e ajustar às necessidades significa plasmar a matéria, a realidade, segundo uma intenção, segundo um objetivo, que é antecipado mentalmente), então o exercício da função intelectual já está presente nos trabalhos manuais dos mais rudimentares, aos mais primitivos (Saviani, 1989, p. 15).

Não é suficiente treinar alguém apenas para a habilidade de apertar um parafuso ou pregar um prego. É fundamental prepará-lo para compreender todo o significado e as implicações envolvidas nesse ato de trabalho.

Segundo Rodrigues (2024), com base em Gramsci (2001) “aprender” significa muito mais que instrumentalizar a mente e o corpo, mas se empoderar do conhecimento como estratégia de produção contra-hegemonia operária-industrial, o que torna o ser humano capaz e útil para além da disposição de produzir riqueza aos outros vendendo sua força de trabalho.

A politecnia e a educação organizada têm como fundamento a questão do trabalho. Elas buscam integrar conhecimentos teóricos e práticos para preparar os indivíduos de forma abrangente, capacitando-os não apenas para serem competentes em suas áreas de atuação, mas também para contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento social e econômico.

Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto, do entendimento e da realidade do trabalho. (Saviani, 1989).

A seção a seguir estabelece as bases conceituais do nosso estudo, abordando o trabalho como princípio educativo. Destacamos o papel orientador da educação, que, ao se pautar na perspectiva de superação do capital, reconhece o trabalho não só como um tema central, mas como o princípio que molda toda a estrutura e os objetivos da instituição educacional.

## **2.1 Trabalho como Princípio Educativo**

A concepção do trabalho como princípio educativo é uma percepção marxista, visão que inspirou Gramsci. Trata-se da ideia de que a educação é aquilo que forma o ser humano e, conseqüentemente, o prepara para um determinado fim. Para que

isso aconteça, é essencial a intencionalidade por trás da escola, que pode atuar como uma instituição que perpetua a hegemonia ou como um agente de transformação, promovendo a evolução humana por meio da mudança na forma de pensar.

Gramsci (2006) defende a escola unitária, ele se opõe à visão de seu tempo e contexto, onde a escola para os ricos tinha um caráter formativo, enquanto a escola para os pobres era mais instrumental. Ou seja, ensinava aos pobres ofícios necessários para atender às demandas do mercado de trabalho, sem lhes proporcionar a oportunidade de compreender a realidade em sua totalidade.

O princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção (GRAMSCI, 2006)

O trabalho não é apenas um tema central na educação, mas também um princípio orientador que molda toda a estrutura e os objetivos da instituição educacional. A noção de politecnia deriva basicamente da problemática do trabalho, é importante considerar que o nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral.

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, a pergunta sobre os fundamentos ontológicos da relação trabalho-educação traz imediatamente à mente a questão: quais são as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do homem que lhe possibilita trabalhar e educar? (SAVIANI, 2007, p. 152-153).

Essa afirmação reflete uma visão comum sobre as atividades de trabalho e educação. Ambas são consideradas características distintivas da experiência humana e estão intimamente ligadas às capacidades cognitivas, emocionais e sociais dos seres humanos. O trabalho humano envolve a aplicação sistemática de habilidades e conhecimentos para produzir bens e serviços, criar arte, desenvolver tecnologia e contribuir para o avanço da sociedade de maneiras diversas.

Saviani (2007) destaca a importância do trabalho não apenas como uma atividade econômica, mas como uma dimensão fundamental da existência humana.

Ele argumenta que o trabalho é central para a formação do ser humano e sua relação com o mundo:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p.154).

A divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho (Saviani, 2007). Essa divisão por classes provocou uma ruptura na educação que ocasionou o desenvolvimento de uma educação voltada para a classe dos proprietários (centrada nas atividades intelectuais) e uma outra voltada para os não-proprietários, como escravos e serviçais (centrada no próprio processo de trabalho).

O sistema educacional é moldado e controlado pelos interesses do capitalismo. A educação sob o capitalismo muitas vezes serve para reproduzir as desigualdades sociais e econômicas, em vez de promover a igualdade e o desenvolvimento humano pleno. Assim sendo, a classe dominante faz da educação, um espaço fecundo para a disseminação de seus ideais e dos seus interesses:

Não surpreendentemente, portanto, até as mais nobres utopias educacionais, formuladas no passado a partir do ponto de vista do capital, tiveram que permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como um modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os autores subjetivamente bem-intencionados destas utopias e discursos críticos observavam claramente e ridicularizavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes (MÉSZÁRÓS, 2005)

Constatamos, portanto, que o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção: (Saviani, 2007). Surgiu a percepção de que a educação era essencial para o progresso econômico e social. Os governos e os empresários reconheceram que trabalhadores educados e treinados poderiam ser mais produtivos e contribuir mais efetivamente para a economia em rápida transformação. As escolas começaram a incluir disciplinas e treinamento voltados para as habilidades necessárias para trabalhar nas fábricas e

indústrias, como matemática básica, leitura, escrita e habilidades técnicas específicas.

A humanidade evolui de uma condição inicial de diversidade de ocupações, em que as pessoas estão envolvidas em várias atividades, para uma fase em que a divisão natural do trabalho se torna predominante. Nessa fase, as pessoas se especializam em ocupações específicas de acordo com suas habilidades e circunstâncias. No entanto, o objetivo final desse processo, é a conquista de uma capacidade produtiva omnilateral. Isso significa que, ao invés de uma divisão do trabalho determinada pela necessidade ou pela imposição social, haveria uma divisão voluntária e consciente do trabalho. Nessa fase mais avançada, as pessoas não seriam mais restritas a uma única ocupação, mas teriam a capacidade de se envolver em uma variedade indefinida de ocupações produtivas, onde a ciência e o trabalho estariam integrados:

Como assinala Manacorda em *Il marxismo e l'educazione*, estamos diante de uma problemática que é central no marxismo: o caminho da humanidade, movendo-se da genérica natureza humana originária caracterizada por múltiplas ocupações, passa pela formação de uma capacidade produtiva específica provocada pela divisão natural do trabalho; e chega à conquista de uma capacidade omnilateral, baseada, agora, numa divisão do trabalho voluntária e consciente, envolvendo uma variedade indefinida de ocupações produtivas em que ciência e trabalho coincidem. (SAVIANI, 2007, P.159)

Para Mészáros (2005), Adam Smith, condenou de forma clara o impacto negativo do sistema sobre a classe trabalhadora. Falando acerca do “Espírito Comercial”, como a causa do problema, ele insistia em que este “limita as visões do homem” (Mészáros,2005). A educação não é uma mercadoria, não se deve qualificar para o mercado de trabalho, mas para a vida. O sistema educacional capitalista pode alienar os estudantes, separando-os de seu próprio potencial humano e os condicionando a se tornarem trabalhadores obedientes dentro do sistema capitalista, em vez de pensadores críticos e cidadãos ativos.

O papel da educação, orientado pela única perspectiva positivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial a este propósito. (Mészáros, 2005). Para alcançar uma educação verdadeiramente libertadora só pode ser alcançada por meio de uma transformação radical das estruturas sociais e econômicas. Isso implica em repensar fundamentalmente o propósito e a organização do sistema educacional, para que ele possa servir aos interesses da humanidade como um todo, em vez de apenas aos interesses do capital.

O autor argumenta que a educação tem o potencial de ser uma força emancipatória, capaz de capacitar as pessoas a questionar as estruturas de poder existentes e a trabalhar para a transformação social. Ele defende uma abordagem da educação que promova a crítica social, a solidariedade e a justiça.

Portanto, a nossa tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de uma transformação social ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem a contribuição positiva mais ativa da educação no seu sentido amplo (Mészáros, 2005).

No próximo tópico, vamos abordar a historicidade, a criação e a importância da Educação Profissional e Tecnológica como um meio para integrar as diferentes dimensões da sociedade e da economia.

## **2.2 Educação Profissional e Tecnologia – EPT**

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é marcada por uma evolução significativa ao longo dos séculos, adaptando-se às necessidades econômicas e sociais de cada período. As primeiras iniciativas de que a educação profissional no Brasil teve início no século XIX, com a criação das primeiras escolas técnicas e industriais, com o objetivo de atender à demanda por mão de obra qualificada para os setores produtivos emergentes." (Deluiz & Pinto, 2016)

Historicamente o Brasil, como mencionado anteriormente, começou a estruturar seu sistema de educação profissional há aproximadamente dois séculos, reconhecendo a importância de formar trabalhadores com habilidades específicas para atender às demandas da economia em desenvolvimento. Essas instituições foram desenvolvidas com o propósito específico de suprir a necessidade crescente de trabalhadores qualificados nos setores industriais e técnicos que estavam emergindo naquela época. Isso envolve desde conhecimentos técnicos até competências comportamentais, adaptabilidade e capacidade de resolução de problemas.

Frigotto (2008) afirma que, a partir da década de 1990, houve uma reorientação das políticas de EPT no Brasil, com ênfase na integração entre educação profissional e educação básica, além da ampliação do acesso à educação técnica e tecnológica. Na EPT, a instalação, entre 2003 e 2010, de 214 novas

escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta dessa modalidade e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme Pacheco(2015).

As bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são fundamentadas em diversos documentos legais, teóricos e práticos que delineiam seus objetivos, princípios e diretrizes. Aqui estão algumas citações importantes e referências bibliográficas que ajudam a compreender essas bases:

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm por objetivo, de acordo com a Lei 11.892 de 29/12/2008, em seu artigo 6º, parágrafo:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Segundo o mesmo artigo da lei, parágrafo II, os Institutos Federais visam “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.”

A importância da educação profissional como um meio para integrar diferentes dimensões da sociedade e da economia conforme o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024:

A educação profissional tem por finalidade promover a integração entre educação e as dimensões sociais e econômicas, a preparação para o trabalho e a cidadania, de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional. (MEC,2014)

Em síntese, a Educação Profissional não apenas visa preparar indivíduos para o mundo do trabalho, mas também para que sejam cidadãos ativos e conscientes, capazes de contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades e regiões.

Conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a educação profissional e tecnológica compreende, nos diversos níveis e modalidades do sistema de educação brasileiro, formação inicial e continuada de trabalhadores, articulada às diferentes formas de educação. No contexto brasileiro, a educação profissional e tecnológica desempenha um papel fundamental não apenas na preparação técnica dos trabalhadores, mas também na

promoção da educação ao longo da vida e na integração entre diferentes tipos de educação, contribuindo assim para o desenvolvimento pessoal, profissional e socioeconômico do país.

A educação profissional deve ser desenvolvida segundo princípios de flexibilidade, articulação entre teoria e prática, democratização do acesso e da permanência, valorização do trabalho e dos saberes populares, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Desenvolver a educação profissional seguindo esses princípios não apenas fortalece a formação técnica dos indivíduos, mas também contribui para uma sociedade mais inclusiva, justa e preparada para enfrentar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho e da vida em comunidade.

Na sequência, o foco se volta para a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), culminando no estudo do Curso Técnico em Comércio ofertado na modalidade EJA/EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguarí.

### **2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica voltada a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade considerada adequada. Trata-se de uma oferta educacional com características específicas, marcada pela urgência em aprender demonstrada por seus sujeitos. A EJA, conforme diretrizes do Ministério da Educação (MEC), tem como finalidade assegurar o direito à educação como um direito humano fundamental, promovendo a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

Conforme prevê a LDB em seu artigo 4º, os sistemas de ensino devem assegurar, gratuitamente, que jovens e adultos tenham acesso a uma educação "com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". O artigo determina que o poder público "viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola mediante ações integradas e complementares entre si". E mais na LDB, nos artigos 37 e 38 a EJA deverá articular-se preferencialmente com a Educação Profissional, e que os

sistemas de ensino deverão manter cursos e exames supletivos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Os objetivos da EJA, segundo o Ministério da Educação (MEC), estão alinhados à garantia do direito à educação para todos. Entre seus objetivos, destaca-se a valorização dos saberes e das experiências de vida dos educandos, reconhecendo que a construção do conhecimento se dá em diferentes tempos e espaços.

Freire (1996) trouxe visibilidade para a Educação de Jovens e Adultos e várias das obras dele falam do 'saber de experiência feito'. A gente tem uma ideia, muitas vezes reproduzida pelos próprios alunos, de que o tempo que o estudante ficou fora de sala de aula foi um tempo perdido. Em uma perspectiva pedagógica dialógica e democrática, nenhum tempo é “perdido”, pois cada tempo possui sua própria aprendizagem. O conceito de “saber de experiência feito”, elaborado por Freire(1996), refere-se exatamente aos saberes acumulados pelos estudantes fora do espaço escolar, que devem ser valorizados e celebrados ao longo do processo pedagógico, sem ser menosprezados como inferiores ao saber científico. Reconhecer e valorizar as trajetórias, saberes e fazeres diversos de jovens e adultos contribui para a formação de competências socioemocionais, fortalecendo práticas pedagógicas dialógicas e democráticas. A EJA apresenta possibilidades que não se limitam às especificidades da sua modalidade, podendo inspirar estratégias de ensino em toda a educação.

Além disso, a EJA visa promover a alfabetização e o letramento, desenvolvendo competências essenciais como leitura, escrita, oralidade e cálculo matemático, contribuindo para a formação integral dos sujeitos, com atenção aos aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos de suas trajetórias. Alinhada a uma perspectiva crítica e emancipadora, essa modalidade também busca oferecer uma educação contextualizada, capaz de favorecer a compreensão e a transformação da realidade vivida pelos estudantes.

Por fim, a EJA se compromete com a redução dos índices de analfabetismo, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), e com a garantia da permanência e do êxito escolar. Esses princípios estão expressos em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e em outras normativas

específicas que orientam as políticas públicas voltadas a essa modalidade de ensino.

A EJA é uma modalidade fundamental para a garantia do direito à educação e para a promoção da inclusão social e da cidadania. As diretrizes curriculares nacionais para a EJA são instrumentos importantes para orientar a organização e a oferta de uma educação de qualidade para jovens e adultos buscando a superação do analfabetismo e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes

#### **2.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)- EPT**

A Portaria MEC nº 962, de 1º de dezembro de 2021, instituiu o Programa Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA integrada - EPT com o objetivo de promover a educação de jovens e adultos (EJA) em conjunto com a formação profissional, visando garantir o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente a meta 10, que trata do aumento da oferta de EJA integrada à educação profissional. O programa busca ampliar o acesso e a permanência na EJA, apoiar o desenvolvimento de propostas pedagógicas específicas e integrar a formação ao trabalho, tecnologia e cultura

A EJA-EPT tem uma história marcada pela busca de inclusão e acesso ao ensino técnico e profissionalizante para pessoas que não tiveram oportunidade de completar sua educação básica na idade regular. Essa modalidade traz os esforços contínuos para democratizar o acesso à educação profissionalizante, integrando-a à educação básica e buscando atender às necessidades de formação de jovens e adultos em diversas etapas de suas vidas.

Destaca-se que o EJA EPT busca a reinserção no sistema escolar brasileiro de jovens e adultos possibilitando-lhes o acesso à educação e a formação profissional numa perspectiva de formação integral. Essa modalidade de ensino pode ser considerada como um importante instrumento de resgate da cidadania de uma parcela de brasileiros, que, em sua maioria, são excluídos do sistema escolar no Ensino Fundamental “regular”. (Dominguez 2021, p.54)

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) reafirma a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no âmbito do PROEJA como uma das suas ações prioritárias no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 219-2026). Essa decisão leva em conta os desafios específicos

associados à oferta desses cursos. A EJA/EPT (PROEJA) é reconhecida como fundamental para a missão do IFFar, e seu fortalecimento é essencial para garantir uma educação que atenda às necessidades diversificadas dos estudantes, promovendo uma formação de qualidade e uma proposta de ações e desafios político-pedagógicos de inclusão desse público.

A educação deve promover a capacidade dos alunos de atuar na sociedade de maneira consciente e crítica, desenvolver autonomia e alcançar a emancipação, ou seja, a capacidade de tomar decisões e se desenvolver profissionalmente de forma independente:

Os cursos da EJA/EPT (PROEJA) no IFFar devem fundamentar-se nos princípios da formação integrada, Omnilateral, na qual trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura contribuam para a educação integral dos sujeitos da EJA, considerando-os em todas as dimensões ao longo da vida. (PDI-2019-2026).

Isso permitirá que eles tenham uma formação de qualidade, que os prepare para atuar de forma crítica e autônoma na sociedade e no mundo do trabalho. Dentro deste contexto da formação omnilateral, observa-se que, na página institucional do programa EJA/EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) replica a política pública do EJA, bastante atrelada à sua ideia original, ainda, dentro da perspectiva do PROEJA:

O Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa atender às necessidades educacionais de jovens, adultos e idosos que desejam concluir a educação básica (ensino fundamental e médio) enquanto têm a oportunidade de adquirir habilidades profissionais. O programa foi estabelecido pela Portaria do MEC nº 962/2021. Principais objetivos: Ampliar o Acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA): O programa visa aumentar as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da educação de jovens e adultos em todos os níveis da EJA, ou seja, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. (IFFAR, 2024)

Notamos que na própria escrita há uma contradição no entendimento do Programa e a sua relação com o projeto da rede federal em termos de política de estado:

Integrar Educação e Formação Profissional: Uma característica fundamental do programa é a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional. Isso permite que os alunos adquiram habilidades profissionais enquanto completam sua educação formal; Articulação com Arranjos Produtivos Locais: O programa busca a oferta articulada nos municípios e estados, em consonância com os arranjos produtivos locais. Isso significa que as ofertas educacionais são projetadas para atender às demandas locais do mercado de trabalho, tornando os estudantes mais preparados para o emprego na região em que vivem; Propostas Pedagógicas Específicas para EJA: O Programa EJA Integrada visa apoiar propostas pedagógicas específicas que integrem educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura, proporcionando uma educação mais abrangente e relevante para os alunos; Elevação da Escolaridade: Um dos principais objetivos é promover a elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos, ao mesmo tempo em que lhes oferece a oportunidade de obter uma educação profissional, tornando-os mais aptos para o mercado de trabalho. (IFFAR, 2024)

Quando o próprio texto apresenta que a educação profissional é para tornar 'as pessoas aptas ao mercado de trabalho', há nessa menção uma clara confusão sobre o papel da Rede Federal e do própria EJA que é a profissionalização das pessoas a partir de viés não alienado, crítico e omnilateral. Portanto, não é para habilitar aos moldes do capital, do taylorismo e do fordismo <sup>2</sup> os estudantes ao mercado em si, mas trabalhar de modo a levá-los à compreensão de que precisam compreender, explicar e transformar dialeticamente os seus contextos.

O Programa EJA Integrada é uma iniciativa educacional abrangente que visa tornar a educação mais acessível e relevante para os jovens e adultos, integrando-a com a educação profissional e adaptando-a às necessidades locais, culturais e econômicas. Isso beneficia não apenas os alunos, mas também as comunidades e colabora para o desenvolvimento econômico regional. (IFFAR, 2024)

A proposta central da formação omnilateral não é preparar mão de obra barata para o mundo do trabalho, mas capacitar as pessoas para que politicamente consigam compreender, explicar e transformar a realidade. O desenvolvimento regional a partir do desenvolvimento local, dar-se-á a partir do progresso humano das pessoas pelo fundado no acesso irrestrito e crítico da produção e uso do conhecimento científico e tecnológico.

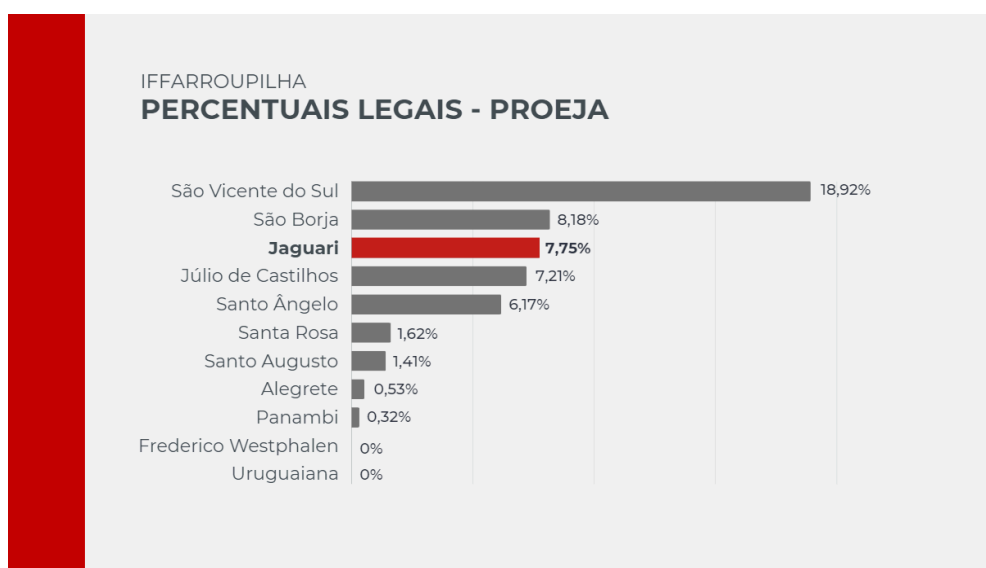
Outro aspecto a ressaltar é que a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Reitoria do IFFAR apresentou os Relatórios da

---

<sup>2</sup> Com base nos estudos de Karl Marx, a alienação do trabalho, aprofundada por sistemas como o taylorismo e o fordismo, ocorre quando o trabalhador perde o controle sobre o processo e o produto de seu trabalho. O trabalho, que deveria ser uma atividade de autorrealização e expressão da criatividade humana, transforma-se em algo externo e desumanizador.

Plataforma Nilo Peçanha (PNP) para o ano de 2024, baseados nos dados de 2023. Esses relatórios foram elaborados a partir das informações fornecidas pela plataforma administrada pelo Ministério da Educação, com destaque para os percentuais mínimos legais do PROEJA, que são de 10%.

Figura 1 - Percentuais legais -PROEJA



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023.

Conforme a figura 1, o Campus Jaguari ainda está abaixo do percentual legal exigido (7,75%), mas é importante notar que alguns campi do IFFAR nem sequer oferecem essa modalidade de curso. No documento do Plano de desenvolvimento Institucional (PDI -2019/2026) o Instituto Federal Farroupilha tem como **objetivo estratégico 6**: Oferecer cursos com excelência, observando a verticalização do ensino e o desenvolvimento local/regional.

Como Meta 3: **Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos PROEJA.(Grifo nosso)** conforme prevê o Decreto N° 5.840/06, entre os quais pelo menos 1 (um) curso EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os campi e 1 (um) curso EJA /EPT (Proeja) FIC em todos os campi, como possibilidade de ingresso ao Ensino Médio.

Ações: 1 – Oferta do número de vagas que assegure o cumprimento da meta; 2 – Realização da confirmação de matrículas para as vagas ofertadas; 3 – Manutenção das matrículas efetivadas, por meio do programa de permanência e êxito e editais de ingresso e reingresso; (PDI-2019/2026)

Como podemos observar, uma das ações para aumentar essa oferta é a implementação das medidas mencionadas acima, especialmente a ação 3, que

consiste em ter um programa de permanência e êxito ativo em cada unidade. Isso visa mitigar as causas da evasão escolar, ajudando a reter os alunos na instituição.

Nessa perspectiva cumprir a meta de 10% de matrículas na EJA estabelecidas pelo Decreto N° 5.840/2006, com a finalidade de incluir esses sujeitos na Educação Básica, torna-se um desafio frente ao cenário de exclusão das classes menos favorecidas à educação básica de qualidade, principalmente no que se refere ao ensino médio. Por isso, o IFFar recoloca a EJA/EPT (PROEJA) como uma das ações de ensino prioritárias no plano de desenvolvimento institucional (PDI 2019/2026).

No próximo capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa para alcançar os objetivos propostos.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo teve como objetivo compreender as experiências e percepções dos estudantes do EJA-EPT em relação à sua permanência, êxito no curso técnico em Comércio, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari. Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso, conforme definição de Gil (2010), que propõe um estudo aprofundado de uma realidade específica, possibilitando uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenômeno investigado.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), que consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas de organização e interpretação das informações, com o objetivo de identificar categorias, padrões e significados presentes nas respostas.

A pesquisa seguiu rigorosamente as diretrizes éticas estabelecidas para estudos com seres humanos, conforme as normas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Farroupilha, em 09 de dezembro de 2024, sob o parecer consubstanciado de número CAAE: 84850824.0.0000.5574.

Nos próximos tópicos, será apresentada de forma mais detalhada a metodologia da pesquisa, contemplando o cenário de sua aplicação, o tipo de estudo desenvolvido e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

### 3.1 CENÁRIO DO ESTUDO:

A pesquisa de campo foi desenvolvida nas dependências da sede do Instituto Federal Farroupilha, Campus Jaguari, onde hoje se localiza, tem em seu histórico as primeiras construções datadas de 1954, quando o Ministério da Agricultura constituiu as instalações do Posto Agropecuário do Chapadão, no 1º Distrito de Jaguari. Posteriormente, funcionaram o Núcleo de Treinamento Agrícola e a Escola Municipal Agrícola. Após sucessivas investidas dos poderes executivos em consolidar um ambiente de ensino técnico e tecnológico de qualidade para a comunidade do Vale do Jaguari, foi inaugurado no dia 5 de dezembro de 2012 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Jaguari, que marcou um período de expansão do Instituto Federal Farroupilha no interior do estado do Rio Grande do Sul. A Figura 02 mostra uma vista aérea panorâmica do IFFar - Campus Jaguari, capturada de cima:

Figura 2 - Panorâmica do IFFar Campus Jaguari



Fonte: Site do IFFar Campus Jaguari

O início das atividades pedagógicas do Campus aconteceu em 2013, com a migração das turmas de Técnico em Agricultura e Técnico em Informática Concomitantes e Técnico em Vendas PROEJA, os quais começaram as suas atividades no ano de 2010, no Campus Avançado do Chapadão, pertencente, na época, ao Campus São Vicente do Sul. Ainda em 2013, o Campus Jaguari ofertou os cursos técnicos em Administração e técnico em Agroindústria Concomitantes

através do programa PRONATEC. Além de uma série de cursos de formação inicial e continuada via PRONATEC e Programa Mulheres Mil.

O Campus situa-se na localidade do Chapadão, interior do município de Jaguari e tem por objetivo atender à comunidade do Vale do Jaguari, através de cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e pós-graduação, promovendo a profissionalização para o mundo do trabalho, sendo foco a formação na área das energias renováveis, agricultura, formação de professores, como também, a oferta de cursos no eixo de gestão e negócios e processos industriais. O Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha possui uma área de 102 hectares que está à disposição de toda a comunidade, seja para ingressar nos cursos oferecidos, seja também para eventos e parcerias entre comunidade e Instituto.

No ano de 2014, ofertou seus primeiros cursos com processo seletivo próprio, o curso técnico em Agroindústria Integrado e PROEJA. Em 2016 foram ofertadas as primeiras turmas do curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado e Subsequente. Sendo que no ano de 2019 iniciou-se o Curso Técnico em Agricultura Integrado e o Tecnólogo em Sistemas de Elétricos.

Nesse cenário de constantes transformações, acompanhamos a trajetória da Educação no Brasil, em especial da EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA EPT), cuja evolução reflete diretamente as mudanças sociais, políticas e econômicas que marcam cada período da nossa história.

Figura 3 - Pórtico do IFFar Campus Jaguari



Fonte: Site do IFFar Campus Jaguari

### **3.2 TIPO DE ESTUDO**

Este estudo foi uma pesquisa qualitativa, que buscou compreender as experiências e percepções dos estudantes do EJA-EPT em relação à sua permanência, ao êxito e à evasão no programa.

A pesquisa foi realizada com os estudantes do Curso Técnico em Comércio do EJA-EPT do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí – e com os docentes do curso. A amostra inicial foi composta por 37 discentes e 13 docentes vinculados às disciplinas do curso. Contudo, no momento da aplicação do instrumento de pesquisa, obtiveram-se respostas de 16 discentes e 11 docentes.

A metodologia adotada foi de caráter documental e exploratório, tendo envolvido consultas ao setor de registro acadêmico para o levantamento de dados sobre o número de turmas e a quantidade de alunos que abandonaram o curso, além de informações cadastrais desses estudantes. Também foram coletados dados junto à coordenação do curso e à Direção de Ensino, incluindo leis e decretos relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Realizou-se ainda uma análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da EJA-EPT e dos documentos referentes ao Plano de Permanência e Êxito (PPE), considerando sua criação e efetividade no campus.

Adicionalmente, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e aplicação de questionários aos participantes do curso, visando aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo. Para atingir os objetivos propostos, a metodologia adotada foi qualitativa, com um estudo de caso no IFFar – Campus Jaguarí. Conforme Gil (2010, p. 37), o estudo de caso consiste em um "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e detalhado".

### **3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram questionários elaborados com perguntas abertas e fechadas, abordando fatores como motivação, barreiras enfrentadas, apoio recebido e estratégias de sucesso. A coleta incluiu um questionário semiestruturado online, desenvolvido no Google Forms (Apêndice B), destinado aos alunos de duas turmas do curso técnico em Comércio do EJA-EPT.

O objetivo foi avaliar os fatores que impactaram sua permanência e êxito,

além de identificar as causas da evasão escolar. Um segundo questionário (Apêndice C) foi direcionado aos docentes, com o intuito de avaliar seu entendimento sobre o Plano de Permanência e Êxito promovido pelo IFFar.

A coleta de dados dos discentes foi realizada no laboratório de informática, em data e horário previamente agendados, por meio de questionários aplicados individualmente. A participação foi voluntária, ou seja, os discentes puderam escolher livremente se desejavam ou não participar da pesquisa. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado no formato digital.

Para a coleta de dados dos docentes, o questionário online foi enviado, juntamente com o TCLE, via e-mail institucional como convite voluntário. Nesse envio também constavam a apresentação do pesquisador, seus dados de contato, os dados do orientador, além de explicações sobre a pesquisa e seus objetivos. Cada participante recebeu, de forma online, uma cópia das respostas registradas no questionário, para ciência do conteúdo informado.

No mesmo momento da pesquisa, o TCLE foi enviado no formato digital, junto ao questionário, sendo exigida sua assinatura em campo específico do Google Forms, para que as informações pudessem ser legalmente utilizadas.

### **3.4 A ANÁLISE DOS DADOS**

A Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), é uma metodologia de tratamento de dados qualitativos que busca organizar e interpretar informações de forma sistemática e objetiva. Seu objetivo é identificar os sentidos, padrões e categorias presentes nos dados. O processo é desenvolvido em três etapas principais: pré-análise (organização do material), exploração do conteúdo (codificação e categorização) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Cabe destacar que os riscos de participação na pesquisa foram de grau mínimo, podendo envolver aspectos de natureza psicológica, intelectual e/ou emocional. Os participantes tiveram liberdade para não responder a perguntas que os deixassem desconfortáveis. O objetivo não foi causar danos morais nem expor os envolvidos a riscos à saúde física, mental ou social. Embora tenham sido

empregados todos os esforços para manter o anonimato e garantir o sigilo dos participantes, devido à especificidade da população, não foi possível garantir o anonimato completo.

Os dados coletados constituíram um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador do projeto por cinco anos. Após esse período, os dados serão devidamente destruídos.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Na primeira seção, são expostos os achados da análise documental, a partir do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja), bem como de documentos institucionais do IFFar, como o Programa de Permanência e Êxito e o relatório de evasão disponível na plataforma Nilo Peçanha.

A segunda seção contempla os resultados da pesquisa de campo, organizada em duas subseções: a primeira reúne as respostas ao questionário aplicado aos discentes, enquanto a segunda apresenta os resultados do questionário destinado aos docentes que atuam no referido curso.

Por fim, a terceira etapa refere-se à análise dos dados coletados, realizada com base na metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin(2016), contemplando as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguidas das inferências e interpretações.

### **4.1 Análise documental**

Segundo Antônio Carlos Gil (2008), a análise documental é um procedimento de pesquisa que se fundamenta no exame sistemático de documentos com o objetivo de obter dados e informações relevantes para a investigação científica. Para o autor, os documentos constituem fontes importantes de pesquisa, pois permitem ao investigador acessar informações que não seriam possíveis apenas por meio da observação direta ou da aplicação de questionários e entrevistas.

O objetivo da análise documental, conforme Gil (2008), é extrair dos documentos informações pertinentes ao problema de pesquisa, organizando-as e

interpretando-as de maneira sistemática. Esse processo envolve a seleção criteriosa das fontes, a verificação de sua autenticidade e credibilidade, bem como a análise crítica de seu conteúdo.

Dessa forma, na perspectiva de Gil (2008), a análise documental constitui um importante recurso metodológico, especialmente nas pesquisas em Educação e nas investigações que envolvem políticas públicas e práticas institucionais, pois possibilita compreender como determinadas diretrizes e concepções são formalmente registradas e estruturadas nos documentos oficiais.

A análise documental que fundamenta este estudo apresenta os principais achados extraídos que examinou três documentos essenciais para a organização da EPT no instituto e *campus*: O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Comércio Integrado Proeja (EJA/EPT) o relatório de evasão disponibilizado na Plataforma Nilo Peçanha (2024) e o Programa de Permanência e Êxito (PPE) do IFFAR.

#### **4.2 EJA-FIC no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari**

A formação inicial e continuada(FIC) se conecta aos eixos da sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, visando elevar a escolaridade:

Almeja-se, ainda, dentre essas iniciativas, possibilitar o retorno, ao ambiente formativo, de pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação para dar continuidade aos estudos. A formação inicial e continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a elevação da escolaridade, sintonizando formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito. (PPC,2019)

A FIC faz parte da qualificação profissional, onde o sujeito pode aperfeiçoar seu itinerário formativo. Tendo em vista a rápida atualização tecnológica e profissional do mercado, torna-se importante a qualificação profissional, possibilitando a inserção no mundo do trabalho de uma classe, muitas vezes, discriminada pela falta de estudo. (PPC- 2019).

O projeto pedagógico dos cursos (PPC) ofertados tem com o objetivo de atender às exigências da sociedade que busca profissionais capazes de atuarem em um emergente mercado, como também no intuito de contribuir para elevar a

escolaridade de sujeitos da região que se encontram à margem dos processos educativos formais e em distorção idade/ano escolar.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA/EPT (Proeja - FIC) oferecidos no campus Jaguari foram: Assistente Financeiro, Operador de Supermercado e Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis.

O IFFar - Campus Jaguari em parceria com a Prefeitura Municipal de Santiago ofertou em 2019 o Curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA/EPT (Proeja FIC) Operador de Supermercado, de acordo com o catálogo do MEC de 2016. Pertencente ao Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, o curso foi realizado em colaboração com o IFFar - Campus Jaguari, o Centro de Referência em Santiago e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Heron Jornada Ribeiro. A criação do curso foi oficializada pela Resolução CONSUP Ad Referendum N° 006, de 16 de agosto de 2019, e o Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado e autorizado para funcionamento pela Resolução Ad Referendum N° 008, também de 16 de agosto de 2019. (PPC-2019)

Em 2022 foi ofertado o Curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA/EPT (Proeja - FIC) de Assistente Financeiro (Ensino Fundamental I do 1º a 5º ano Completo), teve a duração de 2 anos, ou seja, quatro semestres, realizados em parceria entre o IFFar - Campus Jaguari e a prefeitura municipal de Jaguari, que disponibilizou a Escola Municipal São José para a realização das atividades.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2019) do Curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na modalidade EJA/EPT (Proeja FIC) – Qualificação Profissional de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis –, o contexto atual demanda formação específica e atualizada. O mercado de energias encontra-se em constantes mutações, soma-se a necessidade de diversificar a matriz energética para não gerar problemas de abastecimento de energia, e as diversas revisões tarifárias que vem ocorrendo para não deixar o setor energético prejudicado. Com isso, as energias renováveis juntamente com as novas resoluções surgem como uma solução para a crise energética, e para tanto a necessidade de formação profissional, onde sujeitos sejam capazes de executarem projetos e instalação de sistemas de energias renováveis.

Desse modo, o Curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA/EPT (Proeja FIC) para Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis pertence ao Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais. Sua criação foi aprovada pela Resolução CONSUP Ad Referendum Nº 005, de 16 de agosto de 2019, e o Projeto Pedagógico do Curso recebeu autorização para funcionamento pela Resolução Ad Referendum Nº 007, também de 16 de agosto de 2019. O IFFar - Campus Jaguari, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaguari, ofereceu esse curso conforme o catálogo do MEC de 2016. As aulas foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, que foi a instituição parceira nessa iniciativa.

No próximo item, abordaremos o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no âmbito do IFFar – Campus Jaguari.

#### **4.3 PROEJA no IFFar Jaguari**

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). (Brasil, 2007)

Os princípios do PROEJA definido no Documento Base (Brasil, 2007), que norteiam a EJA/EPT (Proeja), ou seja, o compromisso com a inclusão, a universalização da Educação Básica, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como ação pedagógica, a formação de sujeitos autônomos, capazes de construir conhecimentos e a compreensão de que os sujeitos da EJA são parte de uma classe excluída socialmente, que carrega as marcas das gerações, de gênero e das relações étnico-raciais.

Ao observarmos o PDI do IFFar Campus Jaguari há uma clara menção ao PROEJA, enquanto um Programa, e não como uma convicção da necessidade de uma Política Pública para tal.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino obrigatória, o IFFar tendo em vista a garantia da continuidade da oferta, alterou a nomenclatura de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), para EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica – EJA/EPT (Proeja), efetivando-a como política institucional, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2026).

Na escrita do PPC do Curso Técnico em Comércio há certa timidez remetendo a necessidade de Educação de Jovens e Adultos ainda muito no plano da necessidade de profissionalização, o que não condiz com suas bases epistêmicas e o sentido mais profundo tanto do Programa como da necessidade de uma política pública efetiva em torno deste tema.

Por conseguinte, as ações pedagógicas da verticalização do ensino, presentes na LDB e em documentos de base da criação dos Institutos, ocorrem por meio da construção de saberes e fazeres de maneira articulada, desde a Educação Básica até a Pós-graduação, legitimando a formação profissional que busque, promova e compartilhe metodologias entre os diferentes níveis e modalidades de ensino da formação profissional podendo utilizar currículos organizados em ciclos, projetos, módulos e outros. Nesse sentido, é fundamental a criação de ações norteadoras para a proposição de cursos que possibilitem ao estudante a continuidade de seus estudos e uma inserção qualificada no âmbito profissional (PPC curso técnico em comércio, IFFar,2021).

A própria insistência em expressões como ‘mercado de trabalho’ negligencia a noção de mundo do trabalho, tanto em sua dimensão dialética, como em sua acepção do trabalho como princípio educativo. Isso porque diante do mercado adestramos as pessoas e diante do mundo do trabalho, formamos cidadãos a partir de um pressuposto do trabalho como princípio educativo e não pelos meros ditames do capital:

A EJA-EPT tem proporcionado a milhares de brasileiros uma oportunidade de qualificação profissional e elevação da escolaridade, contribuindo para a inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento pessoal e social. Ainda existem desafios significativos, como a melhoria na qualidade do ensino oferecido, a ampliação da oferta de cursos em todas as regiões do país, a adequação dos currículos às demandas do mercado de trabalho e a garantia de condições adequadas de acesso e permanência para todos os estudantes. Em suma, a história da EJA-EPT no Brasil reflete esforços contínuos para democratizar o acesso à educação profissionalizante, integrando-a à educação básica e buscando atender às necessidades de formação de jovens e adultos em diversas etapas de suas vidas. (PPC curso técnico em comércio, IFFar,2021)

Destacamos conforme o documento base do PROEJA o quarto princípio:

Que compreende o trabalho como princípio educativo. A vinculação da escola média com a perspectiva do trabalho não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente, mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho — ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem. (BRASIL,2007)

O objetivo principal é promover uma formação humana abrangente, que permita o acesso ao conhecimento científico e tecnológico acumulado ao longo da história. Essa formação deve estar ligada à educação profissional, ajudando os indivíduos a entender o mundo, a si mesmos e a agir de maneira a melhorar suas condições de vida e contribuir para uma sociedade mais justa. Portanto, a abordagem deve focar na formação para a vida e não apenas na preparação para o mercado de trabalho.

O Campus Jaguari, inserido em uma região, cuja economia é, essencialmente, dependente do setor primário, tem como algumas das atividades produtivas os vinhedos, a cana-de-açúcar, produção de grãos e bovinos de leite e corte. Associa-se a isso, o fato de que o município de Jaguari, principalmente a localidade -Chapadão-, contar com uma população descendente, em sua maioria de italianos. Essa realidade colabora para que a agroindústria seja uma opção de renda, delineada pela produção de vinhos, cachaça, álcool e ainda produtos coloniais, como doces, queijos e embutidos. (PPC-2014)

A primeira turma do IFFar - Campus Jaguari foi formada em 2014, com o curso Técnico em Agroindústria na modalidade proeja e concluído em 2016. O Projeto Pedagógico do Curso foi criado e autorizado pela Resolução CONSUP nº 077, de 11 de setembro de 2013, dentro do Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia. O funcionamento foi autorizado pela Resolução CONSUP nº 133, de 28 de novembro de 2014, e posteriormente retificado pela Resolução CONSUP nº 042/2015, de 12 de maio de 2015. Em seguida, houve mais uma turma desse curso, que começou em 2015 e foi concluída em 2017.

Nesta pesquisa, o foco será o curso técnico em Comércio integrado ao PROEJA do IFFAR-JA, cuja criação e organização serão apresentadas de forma mais detalhada na próxima seção.

#### **4.3.1 Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja)**

Atendendo a legislação de criação dos Institutos Federais, no que se refere à oferta de vagas para cursos PROEJA, bem o como o previsto no PDI institucional ou do IFFAR para o Campus Jaguari 2019-2026, foi designada pela Direção Geral uma Comissão para estudo de demanda e construção do PCC para oferta de novo curso nesta modalidade. O estudo de demanda foi realizado por meio de formulário online com ampla divulgação nas mídias sociais. Também houve divulgação do formulário por meio das secretarias de educação dos municípios de Jaguari e Santiago, assim como, foram solicitados indicadores educacionais à Secretaria de Educação de Jaguari.

Conforme esses estudos realizados, o curso Técnico em Comércio vem suprir os anseios da comunidade, cuja demanda é por pessoas mais qualificadas justamente no setor de comércio da cidade, pois, atualmente faltam profissionais com formação para atender de forma satisfatória o setor comercial de Jaguari, onde não é raro verificar pessoas atuando que não possuem o ensino médio, muito menos uma formação direcionada para a área. Percebe-se, então, que alinhado aos objetivos de um curso EJA/EPT (Proeja), de dirimir a distorção idade-série, justifica-se a escolha do Curso Técnico em Comércio Integrado como parte profissionalizante em função de uma das características da economia do município de Jaguari/RS, que é a forte presença do comércio em sua estrutura. Mas, apesar de sua principal matriz econômica ser baseada no setor primário, é no comércio que as famílias gastam suas economias. (PPC Técnico em Comércio, 2021)

O Curso Técnico em Comércio na modalidade Integrado EJA/EPT (Proeja) foi criado pela Resolução CONSUP nº 56, de 29 de dezembro de 2021. A duração do curso é de 6 blocos, totalizando 3 anos, e ele é oferecido no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari.

A criação do curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja) apresenta-se também como uma proposta que visa atender ao aumento do nível de escolaridade dos sujeitos que por diversas razões estão à margem dos processos formais de educação. Portanto, com a oferta de ensino médio integrado à formação técnica na área de comércio, visa-se contribuir para formação humana e qualificação profissional, em consonância com a realidade econômica e social dos envolvidos.

Assim, para atender as demandas legais e institucionais, em conformidade com o PPC (IFFAR 2021, p.18), o Curso Técnico em Comércio modalidade PROEJA de nível médio, IFFar-Campus JA , apresentou os seguintes objetivos:

**Objetivo Geral:**

- Oportunizar aos jovens e adultos a possibilidade de concluírem o Ensino Médio Integrado à formação profissional de Técnico em Comércio, permitindo que construam seus próprios caminhos de inserção e/ou qualificação para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania transformadora.

**Objetivos Específicos:**

- Aplicar métodos de comercialização de bens e serviços em loja física ou virtual.
- Efetuar controle quantitativo e qualitativo de produtos, preços e tributos.
- Coordenar e controlar a armazenagem em estabelecimento comercial.
- Elaborar planilhas financeiras.
- Identificar demandas e comunicar previsões a fornecedores.
- Ofertar serviços correlatos aos produtos comercializados.
- Desenvolver e operacionalizar planos de marketing e de comunicação.
- Executar atividades voltadas à logística, a recursos humanos e à comercialização.
- Viabilizar a articulação das experiências de vida com os saberes escolares e profissionais, ampliando sua inserção e/ou qualificação para o mundo do trabalho.

O Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, ofertado pelo IFFar – Campus Jaguari, iniciou sua primeira turma no ano de 2023 e a segunda em 2024. Nos anos de 2025 e 2026, ingressaram mais duas turmas. Ao final do ano passado, foi realizada a formatura da primeira turma do PROEJA-JA, com 12 concluintes.

Atualmente, o curso conta com três turmas em funcionamento. Contudo, o foco desta pesquisa concentrou-se nas duas primeiras turmas, ingressantes em 2023 e 2024. Quando o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em novembro de 2024, o recorte do estudo contemplava as duas turmas então vigentes no ano de 2024, período em que a investigação foi iniciada. Após a qualificação, realizada em abril de 2025, foi possível dar continuidade aos procedimentos metodológicos e aplicar os instrumentos de pesquisa junto às turmas selecionadas. Ressalta-se, ainda, que houve registros de evasão escolar nas turmas iniciais, aspecto que também dialoga com os objetivos deste estudo.

No que se refere à evasão escolar na EJA/EPT, esse será o aspecto a ser contextualizado e problematizado na seção seguinte.

#### **4.4 A Evasão escolar na EJA/EPT no IFFar**

No contexto educacional, a evasão é um problema que pode ser observado em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior. A evasão escolar tem consequências significativas, afetando o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos e comprometendo o avanço social e econômico da sociedade. A escolha de abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares, por características do sistema escolar e pelo grau de atração que outras modalidades de socialização, fora do ambiente escolar, exercem sobre o estudante (DORE, 2013).

Os mapeamentos periódicos do perfil do estudante realizados pelas instituições integrantes da Rede Federal sinaliza:

O atendimento de um percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcadamente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas. (Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal, 2014)

Além disso, é de conhecimento dos profissionais da educação as altas taxas de evasão na EJA, infelizmente esse dado não é diferente no IFFar. Apresentamos algumas informações sobre 2024, com base nos dados do ano letivo de 2023, extraídas do Relatório da Situação de Matrículas, Permanência e Êxito nos Cursos Técnicos e de Graduação do IFFAR, divulgado em 26 de abril de 2024.

Esses dados originaram-se de consultas realizadas no Sistema Integrado de Gestão – Atividades Acadêmicas (SIGAA) do IFFar, realizadas entre 7 de fevereiro e 31 de março de 2024, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1: Situação final e percentual de aprovação nos curso técnicos integrados na modalidade EJA/EPT - ano letivo 2023.

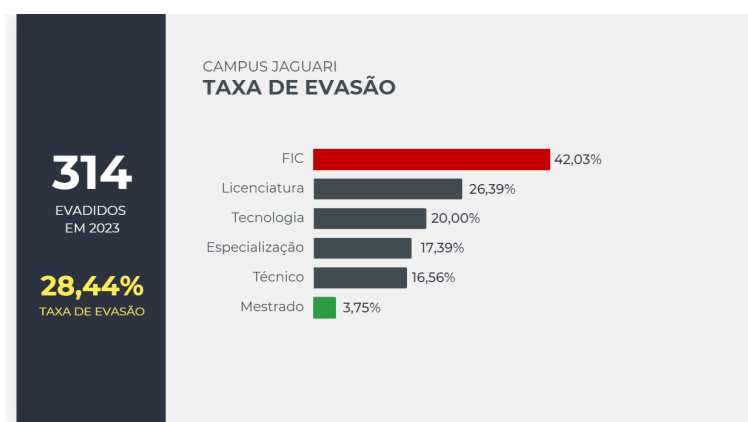
Campus	Curso	Série (ano)	Matric. iniciais	Canc.	Tranc.	Reprovados	Aprovados	Aprovação	Aprovação curso
Alegrete	Agroindústria	1º	18	0	0	16	2	11,1%	11,11%
Jaguari	Comércio	1º	23	0	0	8	15	65,2%	65,22%
Júlio de Castilhos	Comércio	1º	18	0	1	14	3	16,7%	39,5%
		2º	14	2	0	8	4	28,6%	
		3º	11	0	0	1	10	90,9%	
Panambi	Edificações	2º	3	0	0	0	3	100,0%	100,00%
Santa Rosa	Alimentos	2º	17	2	0	10	5	29,4%	43,5%
		3º	6	1	0	0	5	83,3%	
Santo Ângelo	Estética	2º	10	0	0	5	5	50,0%	50,00%
Santo Augusto	Agroindústria	2º	2	0	0	0	2	100,0%	100,00%
São Borja	Gastronomia	1º	27	8	0	14	5	18,5%	37,0%
		2º	10	0	1	3	6	60,0%	
		3º	9	1	0	2	6	66,7%	
<b>Total</b>			<b>168</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>81</b>	<b>71</b>	<b>42,3%</b>	<b>42,26%</b>

Fonte: Dados do SIGAA (relatório 2023 DPDI)

De acordo com o Relatório DPDI (2023), nos cursos da EJA/EPT observa-se que parte significativa das reprovações decorre de desistências não formalizadas pelos estudantes. Nesses casos, não há solicitação oficial de cancelamento de matrícula nem comunicação formal de abandono, o que resulta na reprovação ao final do ano letivo.

Logo abaixo, conforme a Figura 4, apresenta-se a taxa de evasão escolar, cujos dados foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (2024), tomando como referência o ano letivo de 2023, conforme disponibilizado em relatório institucional.

Figura 4 : Taxa de Evasão Campus Jaguari



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023.

A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Reitoria do IFFAR apresentou os Relatórios da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – Ano 2024 (com base no Ano 2023), elaborados a partir dos dados fornecidos pela Plataforma administrada pelo Ministério da Educação. Dentre esses dados, ressaltamos as informações sobre a evasão do Campus Jaguari, conforme Figura 4.

Com base nessas informações, retoma-se o objetivo central desta pesquisa, que consiste em investigar os fatores que influenciam a permanência e o êxito dos discentes da EJA/EPT no IFFar – Campus Jaguari, com vistas à mitigação das causas da evasão escolar. Ao analisar os índices de reprovação e evasão, especialmente aqueles decorrentes de desistências não formalizadas, evidencia-se a necessidade de compreender o fenômeno para além dos dados quantitativos, buscando apreender suas múltiplas determinações.

A evasão escolar, sob uma perspectiva epistemológica, exige a análise crítica das causas e consequências da desistência dos estudos, considerando os contextos sociais, culturais e econômicos nos quais os estudantes estão inseridos. Tal abordagem pressupõe compreender como elementos como a identidade do sujeito, suas trajetórias de vida e trabalho, as interações sociais estabelecidas no espaço escolar e as próprias estruturas institucionais influenciam a decisão de abandonar o percurso formativo.

Gramsci (2004), a escola é espaço de disputa hegemônica e de formação de sujeitos. Quando a instituição não consegue dialogar com a realidade concreta dos estudantes trabalhadores, pode contribuir, ainda que involuntariamente, para processos de exclusão. Nesse sentido, compreender a evasão implica analisar também as estruturas institucionais, as práticas pedagógicas e o papel dos educadores enquanto intelectuais que atuam na mediação entre conhecimento científico e realidade social.

#### **4.5 Programa De Permanência E Êxito(PPE) do IFFar**

Em 2014 através da Resolução Consup N° 178/2014 foi implementado o Programa Permanência e Êxito (PPE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. O PPE é regulamentado atualmente pela Resolução Consup n° 70/2023. O programa tem por objetivo promover ações que garantam a permanência e o êxito dos estudantes fazendo uso de estratégias de intervenção

que visem minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar. (IFFAR,2024)

Na Resolução CONSUP/IFFAR N° 70 / 2023, o Programa de Permanência e Êxito será planejado e executado por meio de um Plano de Ações Institucionais:

O Plano de Ações Institucionais deverá ser elaborado para um período de dois anos e incluirá: I - ações estratégicas; II - ações operacionais; e III - metas estabelecidas para a execução das ações .

O Plano de Ações Local de cada campus deverá ser elaborado para um período de dois anos e conter ações estratégicas e operacionais, além de metas estabelecidas para sua execução. (art. 5º parágrafo único Resolução Consup/IFFAR nº 70/2023).

Compete à Comissão de Gestão Local do PPE:

I - realizar a gestão do PPE no campus; II - formular o Plano de Ações Local do PPE a cada dois anos, em consonância com o Plano de Ações Institucional do PPE vigente; III - promover ações articuladas com o Plano de Ações Local do PPE; IV - reavaliar anualmente o Plano de Ações Local do PPE; V - promover eventos anuais de socialização das ações do PPE

A Portaria nº 60/2024, atualmente em vigor, regulamenta a Comissão de Gestão Local do Programa Permanência e Êxito no âmbito do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí. Entretanto, ao se buscar registros sobre a atuação da comissão junto à Diretoria de Ensino, observa-se que, embora formalmente instituída, ela não demonstra efetividade no desenvolvimento sistemático de ações voltadas ao acompanhamento, monitoramento e fortalecimento das estratégias de permanência e êxito dos estudantes.

O § 2º do art. 37 da Lei nº 9.394 de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — estabelece que o Poder Público deve estimular e viabilizar o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola, por meio de ações integradas e complementares entre si. Tal dispositivo reforça a responsabilidade do Estado na formulação de políticas públicas que garantam não apenas o ingresso, mas também as condições concretas de permanência e conclusão dos estudos, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Prescreve, ainda, que a EJA deverá integrar-se, preferencialmente, com a educação profissional conforme Artigo 39, Da Educação profissional:

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Essa previsão normativa reafirma a Educação Profissional como direito, ampliando oportunidades formativas para sujeitos historicamente marcados por trajetórias escolares interrompidas ou por inserção precoce no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a garantia do acesso à Educação Profissional para jovens e adultos trabalhadores precisa estar articulada a políticas institucionais que assegurem não apenas o ingresso, mas também a permanência e o êxito desses estudantes.

No âmbito institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) reforça esse compromisso ao estabelecer, entre seus objetivos estratégicos, o Objetivo Estratégico 7: Promover a permanência e o êxito dos alunos. Tal objetivo dialoga diretamente com as diretrizes legais da EJA integrada à Educação Profissional, ao reconhecer que o direito à formação somente se concretiza quando há condições efetivas de continuidade dos estudos.

Entre as metas previstas, destacam-se a Meta 5, que propõe reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos do PROEJA de 20,2% para 13% até 2026, e a Meta 6, que prevê a redução do índice de retenção de 7,93% para 6% no mesmo período. Essas metas evidenciam a preocupação institucional com os desafios históricos enfrentados pela EJA/EPT, especialmente no que se refere às trajetórias escolares marcadas por interrupções, dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo e vulnerabilidades sociais.

As ações propostas para alcançar esses objetivos incluem:

1 – Apresentar/retomar/avaliar o Programa Permanência e Êxito (PPE) semestralmente com os servidores e os estudantes; 2 – Elaborar e implementar o PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção; 3 – Fortalecer as políticas de ações inclusivas; 4 – Qualificar e fortalecer os momentos de acolhimento dos discentes; 5 – Criar e implementar o Programa de Apoio Pedagógico e Complementação de Estudos aos Estudantes; 6 – Propiciar atividades extraclasse aos estudantes do IFFar; 7 – Agilizar o acesso dos estudantes aos benefícios e programas de assistência estudantil; 8 – Qualificar os serviços de moradia estudantil; 9 – Qualificar os serviços dos refeitórios das unidades do IFFar; (PDI-2019/2026)

Ao observarmos o descrito no Programa Permanência e Êxito (PPE), do próprio IFFAR Campus Jaguari, considerando que esse Programa foi uma

determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2013 e não uma escolha da instituição, justamente pela alta evasão, percebemos:

Em 2014, o IFFar implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e de retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção (PPE, IFFAR, Campus Jaguari)

Mesmo havendo a manifestação da preocupação real em torno do acesso, da permanência e do êxito deste público específico, não há menção à metodologia a ser usada, instrumentos e estratégias que possam contribuir para o êxito dos estudantes. Em tese, parece também não haver um acompanhamento sistêmico, científico e permanente das situações de abandono do curso, das causas, das possíveis tentativas de recuperar esses estudantes. Ou seja, além de não haver o registro de que o PPE é algo compulsório, por diversas razões, a própria instituição ao organizar, promover, avaliar e planejar o acesso, permanência e êxito, isso parece estar sendo feito de modo assistemático e sem rigor científico necessário:

Visando a implementação do Programa, o IFFar institui em seus campi ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, à instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras. Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IFFar trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010). Assim, as ações do Programa com vistas à permanência e êxito dos estudantes, são pensadas e elaboradas conjuntamente buscando uma contínua redução nos índices de evasão escolar e desenvolvidas a partir das responsabilidades de cada setor/eixo/curso. (PPE, IFFAR, Campus Jaguari)

Em 22 de maio de 2024, conforme o Acórdão 986/2024 do TCU, o relatório de auditoria (RA) apresenta uma auditoria operacional com o objetivo principal de avaliar a eficiência na conclusão dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no período de

2017 a 2022, em relação ao Plano Nacional de Educação 2014-2024. O objetivo específico é analisar as estratégias adotadas para combater a evasão de estudantes. Assim, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, decidiram, com base nas razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Educação, com fundamento no art. 2º, inciso I, c/c o art. 7º, inciso III e § 3º, da Resolução TCU nº 315/2020, que, no prazo de 240 dias, regulamente, ouvidas as instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a elaboração da estratégia de acesso, permanência e êxito dos estudantes, que deverá ser construída com base na metodologia do modelo lógico, com regras a serem observadas e aplicadas pelas instituições de ensino, e que contemple a resolução dos problemas relativos à ausência de:

9.1.1. **fixação metas**, pelas instituições de ensino, de elevação gradual das taxas de conclusão dos cursos técnicos e de graduação, adotando-se como referência as Estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, ou estratégia/objetivo equivalente que vier a ser estabelecido no Novo PNE;

9.1.2. **atualização periódica da estratégia de permanência e êxito pelas instituições de ensino**, do diagnóstico da evasão e das ações de intervenção, adotando-se como referência a vigência dos planos de desenvolvimento institucionais;

9.1.3. **monitoramento e avaliação periódica** da estratégia de permanência e êxito pelas instituições de ensino;

9.2. recomendar ao Ministério da Educação, com fundamento no art. 2º, inciso III, c/c o art. 11 da Resolução TCU nº 315/2020, a coleta, validação e disseminação na Plataforma Nilo Peçanha de dados e estatísticas oficiais sobre estudantes com deficiência e estudantes quilombolas matriculados nas instituições de ensino da Rede Federal EPCT, abrangendo tanto os novos ingressantes, quanto os estudantes com matrícula em curso, dos quais ainda não foram coletadas essas informações, em alinhamento às Estratégias 11.9 e 11.10 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014);

9.3. recomendar às Instituições de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com fundamento no art. 2º, inciso III, c/c o art. 11 da Resolução TCU nº 315/2020:

9.3.1. **a atualização periódica da estratégia de permanência e êxito dos estudantes**, do diagnóstico da evasão e das ações de intervenção, caso ainda não tenham realizado, adotando-se como referência a vigência dos planos de desenvolvimento institucionais, e conferindo atenção especial a:

9.3.1.1. estudantes pertencentes a grupos vulneráveis socioeconomicamente (cor/raça, deficiência, baixa renda, dentre outros), visando à redução de desigualdades educacionais;

9.3.1.2. estudantes matriculados em cursos de licenciatura, visando à redução das elevadas taxas de evasão nesses cursos;

9.3.2. a priorização das ações de intervenção com base no ranqueamento das principais causas e fatores associados à evasão, evitando-se a elaboração de ações de intervenção em quantidade excessiva e sem viabilidade prática de execução;

9.3.3. o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão acadêmica, contemplando o acesso ágil às informações sobre desempenho e trajetória (frequência, retenção e evasão) de estudantes e a apresentação de dados e indicadores

em diferentes níveis de agregação (geral da instituição, por nível de ensino, por tipo de curso, por curso, disciplina etc.), de modo a garantir a geração de informações estratégicas para o monitoramento contínuo da retenção e evasão dos estudantes;

9.3.4. a coleta de informações de cor/raça e de renda familiar *per capita* dos estudantes para disseminação anual na Plataforma Nilo Peçanha, abrangendo tanto os novos ingressantes, quanto os estudantes com matrícula em curso, dos quais ainda não foram coletadas essas informações;

9.4. dar ciência ao Ministério da Educação, com fundamento no art. 2º, inciso II, c/c o art. 9º, inciso I, da Resolução TCU nº 315/2020, de que a ausência de atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, no período de 2017 a 2022, infringiu o art. 5º da Portaria Setec/MEC 8/2019;

9.5. orientar a AudEducação para que monitore o cumprimento das determinações e recomendações contidas nesta deliberação;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Educação e às instituições de ensino da Rede Federal EPCT, informando que o teor integral de suas peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos). (ACÓRDÃO 986/2024 DO TCU)

Anteriormente, o Tribunal realizou Auditoria Operacional - Fiscalização de Orientação Centralizada, TC Processo 026.062/2011-9, nos anos de 2011 e 2012, na Rede Federal EPCT, tendo por escopo avaliar as ações de estruturação e expansão do ensino técnico profissionalizante, com ênfase na atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e da Setec/MEC.

No que se refere especificamente ao tema da evasão, o Acórdão 506/2013-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, recomendou à Setec/MEC que instituisse, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão escolar na Rede Federal EPCT, que contemplasse:

- a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão;
- b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc.);
- c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios do Plano Nacional de Assistência Estudantil ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão;
- d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos *campi*; e
- e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores.(ACÓRDÃO 506/2013-TCU-PLENÁRIO)

Em atenção à deliberação proferida no Acórdão 506/2013-TCU-Plenário, grupo de trabalho composto por representantes da Setec/MEC e da Rede Federal EPCT elaborou em 2014 o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção escolar em cursos técnicos e de graduação da Rede Federal EPCT.

Em 13 de novembro de 2024, durante a 8ª Reunião Ordinária do Colegiado de Dirigentes (CODIR), realizada no Campus São Vicente do Sul, foi apresentado que o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) assumirá a responsabilidade pela organização do Programa Nacional de Permanência e Êxito da Rede Federal no período compreendido entre novembro de 2024 e novembro de 2027. Ao longo desses três anos, o Governo Federal investirá R\$ 3,8 milhões em ações relacionadas ao programa. O projeto, desenvolvido pelo IFFar com o apoio da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), tem como objetivo geral o desenvolvimento de ações e iniciativas integradas e sustentáveis que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2 de janeiro de 2025, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, instituiu e regulamentou o Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CAPE), por meio da Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2025.

A recente expansão da Rede Federal, com a criação de 100 novos campi de Institutos Federais anunciada em 2024, destacou ainda mais a necessidade de ações efetivas. O objetivo é garantir que os estudantes não só ingressem nas instituições de ensino, mas também concluam seus cursos, contando com o apoio necessário em termos de infraestrutura, assistência estudantil e iniciativas inclusivas. Além disso, a portaria cumpre a orientação do Tribunal de Contas da União (TCU) ao MEC, no que se refere à elaboração de uma estratégia voltada ao acesso, à permanência e êxito dos alunos, com ênfase nos grupos socioeconomicamente vulneráveis e nos matriculados em cursos de licenciatura. (MEC, 2025)

As estratégias de implementação do programa de permanência e êxito dentro da instituição são fundamentais para a permanência dos estudantes no curso. Quando existe uma conexão clara entre os objetivos pedagógicos e as ações

práticas, os alunos se sentem mais apoiados e motivados. A ausência de estratégias eficazes pode gerar desorientação e falta de comprometimento entre os alunos, resultando em altas taxas de evasão. Sem os recursos e o suporte adequados, os estudantes podem enfrentar dificuldades para lidar com desafios acadêmicos e pessoais. Em resumo, a implementação efetiva de estratégias voltadas para o apoio ao estudante é essencial para garantir a sua permanência e êxito no curso (MEC,2025).

Em atualização acerca do PPE, reproduzimos a notícia publicada em 03 de fevereiro de 2026 no site institucional do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que destaca a criação do programa como uma estratégia estruturante para qualificar as ações institucionais relacionadas à permanência estudantil.

Figura 5 - Notícia MEC institui Programa de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal



Fonte: Site IFFar Reitoria (2026)

A Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 4/2026, publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (2), institui oficialmente o Programa de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede APE). O Programa é uma iniciativa do MEC desenvolvida pelo IFFar em parceria com as instituições da Rede Federal.

Conforme disposto na Portaria nº 4, de 29 de janeiro de 2026, fica instituído o Programa Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica — Programa Rede APE. Nos termos do art. 1º, o programa tem por finalidade promover políticas, estudos, diagnósticos e ações integradas voltadas ao fortalecimento do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

A Rede APE será implementada por seis eixos estruturantes: diagnóstico e evidências; infraestrutura e acessibilidade; alimentação e transporte; assistência e apoio estudantil; formação e capacitação; governança e monitoramento. Para o monitoramento e a avaliação do programa, serão considerados os dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). (MEC,2026)

Após a realização da análise documental, etapa que possibilitou a compreensão do contexto institucional e das normativas relacionadas ao objeto de estudo, passa-se à pesquisa de campo, com ênfase na análise dos questionários aplicados aos participantes.

#### **4.6 Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo constitui etapa fundamental deste estudo, pois possibilita a coleta de dados diretamente no contexto em que o fenômeno investigado ocorre, favorecendo maior aproximação com a realidade dos sujeitos envolvidos. Segundo Gil(2008), a pesquisa de campo caracteriza-se pela investigação empírica realizada no local onde os fatos acontecem, permitindo compreender variáveis e relações no ambiente natural dos participantes.

Nesta seção constam os dados da pesquisa de campo que está organizada em duas subseções: a primeira reúne as respostas ao questionário aplicado aos discentes, enquanto a segunda apresenta os resultados do questionário destinado aos docentes que atuam no Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja) do IFFar Campus Jaguari.

Desse modo, para a execução da pesquisa optou-se por um estudo de caso que conforme Gil (2010, p.37), consiste no “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

#### 4.6.1 Questionário com os discentes

O corpus da pesquisa é formado pelas respostas do questionário semiestruturado desenvolvido na plataforma Google Forms, com questões abertas e fechadas aplicado aos estudantes do curso técnico em comércio do Proeja-EPT do Instituto Federal Farroupilha – campus Jaguari , com foco em permanência e êxito.

Conforme Gil (2010, p. 121), o questionário “é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos”.

As perguntas exploram motivações, dificuldades, apoios e sugestões, ou seja, aspectos subjetivos e contextuais da trajetória estudantil. A amostra inicial foi composta por 37 discentes, contudo, no momento da aplicação do instrumento de pesquisa, obtiveram-se respostas de 16 discentes.

A coleta de dados dos discentes foi realizada no laboratório de informática, em data e horário previamente agendados, por meio de questionários aplicados individualmente. A participação foi voluntária, ou seja, os discentes puderam escolher livremente se desejavam ou não participar da pesquisa. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado no formato digital.

Na data de aplicação da pesquisa, participaram 16 discentes, todos maiores de idade e regularmente matriculados no Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja) do IFFar – Campus Jaguari. Para preservar a identidade dos participantes, ao longo deste capítulo os discentes serão identificados por siglas, variando de E1 a E16. A partir das respostas, foi realizada uma análise de conteúdo, a qual, conforme Laurence Bardin (2016), compreende três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguidas da inferência e interpretação dos dados.

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos discentes entrevistados, considerando aspectos como idade e gênero.

Conforme apresentado na figura 6, que aborda a faixa etária dos participantes, observa-se que as idades variam de 22 a 55 anos, configurando um público heterogêneo e diversificado. Tal resultado está alinhado com a proposta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que busca atender sujeitos que não tiveram

acesso à escolarização na idade adequada. No entanto, a presença de participantes mais jovens suscita um questionamento relevante: por que optaram por ingressar no PROEJA — um curso técnico integrado ao ensino médio — em vez de seguir o ensino médio regular?

Figura 6 – Qual a sua idade?



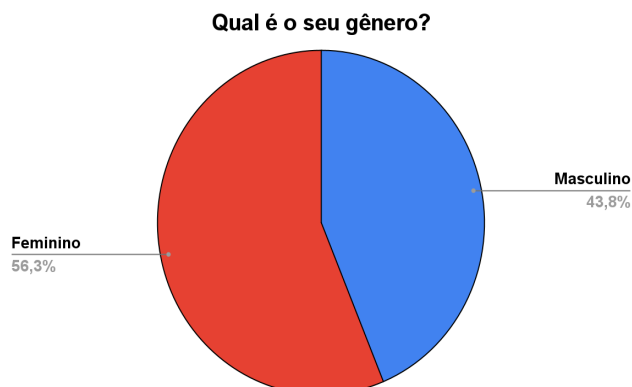
Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A diversidade etária e a presença de jovens no PROEJA podem ser interpretadas a partir da crítica freireana à negação histórica do direito à educação às classes populares. Esses sujeitos carregam trajetórias marcadas por exclusão, evasão e repetência, revelando que a escola regular nem sempre dialoga com suas condições concretas de vida.

Já a participação de estudantes mais velhos revela histórias marcadas por desigualdades históricas de acesso e permanência na escola, reforçando o papel da EJA como política pública de garantia do direito à educação ao longo da vida.

Conforme destaca Arroyo (2017), os sujeitos da EJA são trabalhadores e trabalhadoras que carregam experiências acumuladas em suas trajetórias, exigindo práticas pedagógicas que reconheçam seus saberes e suas vivências. Nessa perspectiva, a diversidade etária não se configura apenas como um dado demográfico, mas como elemento constitutivo da identidade da EJA, implicando desafios e potencialidades para a organização do trabalho pedagógico e para a promoção da permanência e do êxito escolar.

Figura 7 - Qual é o seu gênero?



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Na figura 7 que apresenta a distribuição dos participantes quanto ao gênero, observa-se a predominância de mulheres, que correspondem a 56,3% do total de entrevistados, enquanto 43,8% declararam-se do sexo masculino. Esse dado, embora quantitativo, revela aspectos significativos das trajetórias educacionais dos sujeitos que integram o PROEJA e permite inferir elementos relacionados às desigualdades históricas de acesso e permanência na educação formal.

Conforme assinala Saviani (2008), as desigualdades educacionais refletem as contradições estruturais da sociedade capitalista, evidenciando que o sistema escolar, longe de ser neutro, reproduz as assimetrias de classe e gênero presentes na estrutura social.

À luz do pensamento de Gramsci (1999; 2004), o PROEJA pode ser compreendido como um espaço potencial de formação contra-hegemônica, ao ampliar o acesso das mulheres ao conhecimento sistematizado, historicamente restrito, contribuindo para o fortalecimento de sua autonomia intelectual e de sua participação social. Assim, o maior percentual feminino identificado no gráfico não se configura apenas como um dado estatístico, mas como expressão das desigualdades estruturais de gênero que atravessam a educação e o mundo do trabalho, reafirmando a relevância do PROEJA enquanto política pública de inclusão educacional e social.

No próximo tópico apresentaremos a análise e discussão das respostas dos discentes do PROEJA/EPT do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí.

#### **4.6.2 Categorias utilizadas na análise e na discussão das respostas dos discentes**

A análise das respostas do discentes do PROEJA/EPT do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari foi conduzida conforme os princípios da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). O corpus da pesquisa é composto pelas respostas ao questionário aplicado aos discentes, as quais foram submetidas às três etapas preconizadas pela autora: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação.

Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das respostas, com o objetivo de apreender o conteúdo geral do material empírico, identificar temas recorrentes e reconhecer os núcleos de sentido predominantes. Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação das unidades de registro e à categorização das falas, organizadas em sete categorias temáticas principais, definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado: motivações para o ingresso, expectativas em relação ao curso, fatores de permanência, dificuldades enfrentadas, apoios institucionais, sugestões de melhoria e percepção de êxito e transformação.

O tratamento dos resultados e a interpretação consistiram na articulação entre os dados empíricos e a literatura da área da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes à sua trajetória formativa no PROEJA/EPT.

A Análise de Conteúdo adotada neste estudo fundamenta-se na proposta de Bardin (2016), com a utilização da categorização a priori, uma vez que as categorias analíticas foram definidas previamente, orientadas pelo problema de pesquisa, pelos objetivos do estudo e pelo referencial teórico que discute a EJA integrada à Educação Profissional. Conforme a autora, esse tipo de categorização permite uma análise sistemática e direcionada do material, sem desconsiderar a emergência de novos sentidos a partir das falas dos participantes.

Estabeleceram-se sete categorias de análise a partir do material empírico: 1. Motivações para o ingresso, 2. Expectativas em relação ao curso, 3. Fatores de permanência, 4. Dificuldades enfrentadas, 5. Apoios e recursos institucionais, 6. Sugestões de melhoria, 7. Percepção de êxito e transformação.

Nesse sentido, a primeira categoria analítica eleita foi “Motivações para o ingresso”, a qual busca compreender os fatores que levaram os estudantes a retornarem à escola e a optarem pelo PROEJA/EPT, considerando aspectos relacionados à escolarização interrompida, à necessidade de qualificação profissional, à inserção ou permanência no mundo do trabalho e às expectativas de melhoria das condições de vida.

## 1. Motivações para o ingresso

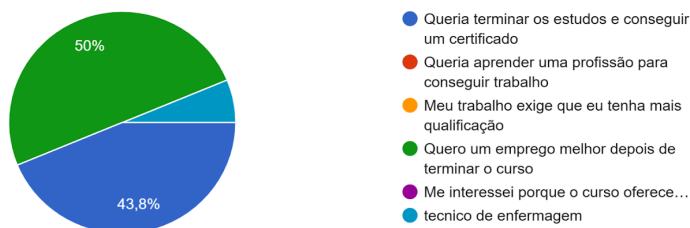
As respostas dos estudantes evidenciam na figura 8, que o curso técnico é percebido principalmente como uma via de profissionalização e de inserção no mundo do trabalho. Isso se confirma pelo fato de que 43% dos respondentes indicaram como uma motivação “querer terminar os estudos e conseguir um certificado”, o que revela a valorização da certificação formal como elemento legitimador de saberes e requisito para o reconhecimento profissional e social.

Frigotto (2001) contribui para essa análise ao destacar que a relação entre educação e trabalho, no capitalismo, é atravessada pela lógica da produtividade e pela divisão social do trabalho, o que torna a qualificação profissional uma exigência para os trabalhadores. Nesse contexto, o PROEJA é compreendido pelos sujeitos como uma possibilidade concreta de enfrentamento da precarização do trabalho e do desemprego estrutural, ainda que operando nos limites impostos pelo mercado.

Figura 8 - O que fez você decidir se inscrever no PROEJA/EPT?

1. O que fez você decidir se inscrever no PROEJA/EPT?

16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Além disso, 50% dos estudantes assinalaram a opção “querer um emprego melhor depois de terminar o curso”, indicando que a formação técnica é associada à possibilidade de melhoria das condições de trabalho, renda e estabilidade.

Para Frigotto (2001), programas como o PROEJA revelam tanto os limites quanto às possibilidades de uma formação que articule educação básica e formação profissional. O PROEJA carrega a contradição de ser uma "estratégia de sobrevivência" dentro do capitalismo, mas também um espaço potencial para a emancipação da classe trabalhadora através do conhecimento unitário.

Sob a perspectiva de Saviani (2008), a motivação dos sujeitos evidencia as contradições do sistema educacional brasileiro, que historicamente excluiu parcelas significativas da população do acesso contínuo à escolarização. A busca pela conclusão dos estudos, articulada à formação profissional, revela a compreensão de que a educação escolar é uma mediação necessária para a inserção social e para a participação no mundo do trabalho.

Frigotto (2001) contribui para aprofundar essa análise ao destacar que a relação entre educação e trabalho, no capitalismo, é atravessada pela lógica da produtividade e pela divisão social do trabalho, o que torna a qualificação profissional uma exigência para os trabalhadores. Nesse contexto, o PROEJA é compreendido pelos sujeitos como uma possibilidade concreta de enfrentamento da precarização do trabalho e do desemprego estrutural, ainda que operando nos limites impostos pelo mercado.

Assim, as motivações expressas pelos participantes reafirmam o PROEJA/EPT como uma política pública de inclusão educacional e social, que articula o direito à educação à expectativa de melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições estruturais que permeiam a relação entre educação, trabalho e capital.

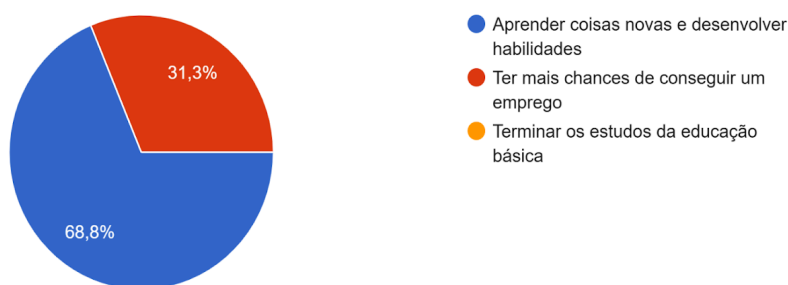
## **2. Expectativas em relação ao curso**

As expectativas dos estudantes (figura 9) concentram-se majoritariamente no aprendizado e no desenvolvimento de novas habilidades (68,8%), evidenciando a compreensão da educação como um processo formativo amplo, voltado à construção de conhecimentos, saberes e competências que contribuem para a formação integral do sujeito. Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), ao

defender a educação como prática da liberdade, na qual o aprender ultrapassa a mera aquisição de conteúdos e se constitui como um processo de conscientização, autonomia e leitura crítica da realidade.

Figura 9 - Quais são suas expectativas em relação ao curso?

2. Quais são suas expectativas em relação ao curso?(O que você espera conseguir com o curso?)  
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Por outro lado, 31,3% dos estudantes indicam como expectativa a ampliação das chances de inserção no mundo do trabalho, o que revela a percepção da educação como mediação para o acesso ao trabalho e à melhoria das condições de vida. Essa relação entre educação e trabalho é discutida por Frigotto (2001) e Ciavatta (2005), que compreendem o trabalho como princípio educativo, ressaltando que a formação profissional não deve restringir-se à lógica da empregabilidade imediata, mas possibilitar a compreensão crítica das relações sociais e produtivas. Frigotto (2001) permite aprofundar essa análise ao problematizar a relação entre educação e trabalho no contexto do capitalismo, destacando que a centralidade atribuída à qualificação profissional está associada à lógica da produtividade e às exigências do mercado. Nesse sentido, as expectativas dos estudantes revelam tanto a internalização dessas demandas quanto a busca por melhores condições de vida diante da precarização do trabalho.

Dessa forma, as expectativas manifestadas pelos estudantes em relação ao PROEJA revelam uma compreensão ampliada do curso, que articula a busca por qualificação profissional às dimensões do desenvolvimento pessoal e do reconhecimento social. Tais expectativas reafirmam o papel do PROEJA como política pública que, embora inserida nas contradições do sistema capitalista,

possibilita aos sujeitos o acesso ao conhecimento, à certificação e à reconstrução de seus projetos de vida.

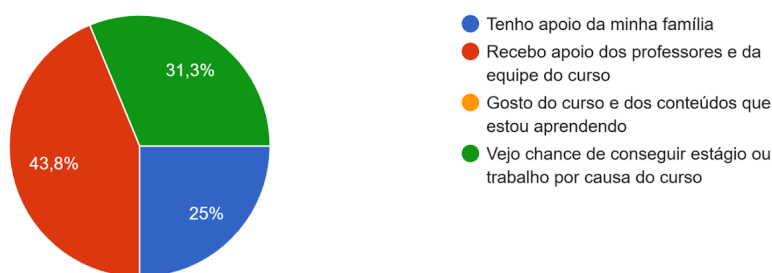
### 3. Fatores de permanência

Os fatores que contribuem para a permanência dos estudantes no curso evidenciam a centralidade do apoio pedagógico e relacional no ambiente escolar. As respostas indicam que a permanência não está associada apenas a aspectos individuais, mas resulta de um conjunto de mediações institucionais, pedagógicas e sociais que sustentam a trajetória formativa dos sujeitos da EJA integrada à Educação Profissional.

Nesse sentido, conforme Figura 10, 43,8% dos estudantes afirmam receber apoio dos professores e da equipe do curso, o que revela a importância do incentivo docente, do acolhimento e da postura pedagógica comprometida com as especificidades dos jovens e adultos trabalhadores. Esse dado dialoga com Freire (1996), ao destacar que a prática educativa baseada no diálogo, no respeito aos saberes dos educandos e na construção coletiva do conhecimento fortalece o vínculo dos estudantes com a escola, favorecendo sua permanência.

Figura 10 - Quais fatores contribuem para a sua permanência no curso?

4. Quais fatores contribuem para a sua permanência no curso?  
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Sob a ótica de Gramsci (1999; 2004), o ambiente escolar pode constituir-se como espaço de construção de vínculos e de formação contra-hegemônica, no qual o educador exerce papel central na mediação do conhecimento e na formação de sujeitos críticos. O incentivo dos professores e da equipe pedagógica contribui para

fortalecer a consciência dos estudantes sobre o valor do conhecimento e sobre sua capacidade de intervenção na realidade social.

No que se refere à categoria do intelectual, Gramsci (2004) afirma que todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem socialmente essa função. O professor, nesse contexto, pode ser compreendido como um “intelectual orgânico”, pois atua na organização e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação cultural e política dos educandos. Sua função ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, assumindo o papel de mediador entre o saber elaborado historicamente e a experiência concreta dos estudantes.

Assim, o incentivo dos professores e da equipe pedagógica adquire um significado que transcende o apoio pedagógico imediato. Trata-se de uma prática social e política que reafirma os estudantes como sujeitos históricos e fortalece sua consciência acerca do valor do conhecimento e de sua própria capacidade de transformação social (GRAMSCI, 2004). Dessa forma, a escola pode consolidar-se como espaço de formação crítica e emancipadora, alinhada à perspectiva contra-hegemônica proposta pelo autor.

O apoio familiar, mencionado por 25% dos respondentes, também se apresenta como um fator relevante, ainda que não exclusivo. No contexto do PROEJA, em que muitos estudantes conciliam trabalho, família e estudos, o incentivo da família contribui para a superação das dificuldades cotidianas e para a valorização do retorno à escola.

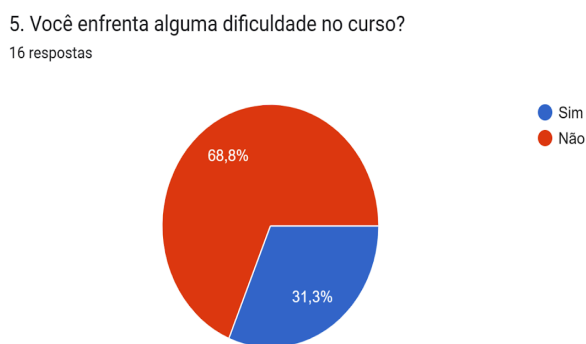
Além disso, 31% dos estudantes indicam que permanecem no curso ao perceberem possibilidades concretas de inserção ou melhoria no mundo do trabalho, como a chance de conseguir estágio ou emprego em função da formação ofertada. Esse aspecto evidencia a dimensão instrumental e emancipatória da Educação Profissional, conforme discutem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), ao afirmarem que o trabalho, enquanto princípio educativo, articula formação humana e qualificação profissional, atribuindo sentido à trajetória escolar dos sujeitos trabalhadores.

Esses elementos reforçam a importância de políticas institucionais que promovam o acolhimento, o acompanhamento pedagógico e a articulação entre formação geral e profissional, reconhecendo os estudantes do PROEJA como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos formativos.

#### 4. Dificuldades enfrentadas

Quando questionados sobre o enfrentamento de dificuldades ao longo do curso (figura 6), 68,8% dos estudantes afirmaram não enfrentar dificuldades, enquanto 31,3% declararam que sim. Esse resultado indica que, para a maioria dos discentes, o PROEJA/EPT tem conseguido responder de forma satisfatória às demandas formativas, considerando as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Figura 11 - Você enfrenta alguma dificuldade no curso?



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Por outro lado, o fato de 31,3% dos estudantes relatarem dificuldades. Esse dado reforça o entendimento de que a EJA integrada à Educação Profissional se desenvolve em um contexto marcado por desigualdades sociais estruturais, conforme discutem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Mészáros (2008).

Apesar de a maioria dos estudantes ter indicado, na questão anterior, que não enfrenta dificuldades no curso, a pergunta subsequente foi direcionada especificamente àqueles que responderam afirmativamente. Assim, ao optar pela resposta “sim”, os discentes foram convidados a detalhar as dificuldades enfrentadas, por meio da questão aberta: “Se sim, quais?”.

Essa estratégia metodológica permitiu aprofundar a compreensão qualitativa das dificuldades vivenciadas por parte dos estudantes, possibilitando identificar aspectos pedagógicos, familiares e estruturais que impactam a permanência e o êxito escolar no âmbito da EJA/PROEJA.

As dificuldades relatadas pelos estudantes evidenciam a complexidade das condições objetivas que atravessam a permanência e o êxito escolar no âmbito da EJA/PROEJA, revelando que os obstáculos enfrentados extrapolam o espaço da sala de aula e se vinculam às condições sociais, econômicas e familiares dos sujeitos.

As falas que apontam dificuldades no acompanhamento de algumas disciplinas — *“Tenho dificuldade em acompanhar algumas matérias”* (Estudante 5) — indicam a presença de lacunas decorrentes de trajetórias escolares interrompidas, aspecto recorrente entre estudantes da EJA. Conforme Freire (1996), o processo educativo deve partir do reconhecimento dos saberes prévios dos educandos e de suas experiências de vida, de modo a construir práticas pedagógicas que considerem os diferentes ritmos de aprendizagem e promovam a mediação docente como elemento central para a superação dessas dificuldades.

Outros relatos evidenciam desafios relacionados à conciliação entre estudos, trabalho e responsabilidades familiares, como expresso na fala: *“tenho dificuldades porque tenho filhos pequenos e não tenho como deixar eles em casa”* (Estudante 4). Além disso, as menções às dificuldades de deslocamento — *“moro no interior e às vezes fica difícil de vir”* (Estudante 1) e *“dificuldade no transporte”* (Estudante 7) — revelam obstáculos de ordem estrutural e territorial, especialmente relevantes no contexto da interiorização da educação profissional.

Esses fatores evidenciam que a garantia do direito à educação não se restringe à oferta do curso, mas envolve políticas de apoio que assegurem condições materiais de acesso e permanência, conforme discutem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ao analisarem os limites e as potencialidades das políticas públicas de Educação Profissional integrada à EJA.

Dessa forma, as dificuldades relatadas pelos estudantes reafirmam a necessidade de ações institucionais integradas, que articulem acompanhamento pedagógico, flexibilização de práticas educativas e políticas de assistência estudantil, reconhecendo os estudantes da EJA/PROEJA como sujeitos históricos, trabalhadores e portadores de direitos, conforme defendem Freire (1996), Saviani (2008) e Mészáros (2008).

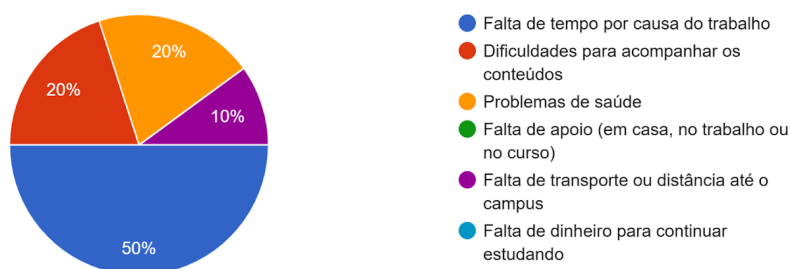
Ao serem questionados sobre a possibilidade de já terem pensado em desistir do curso e sobre o principal motivo para tal intenção, as respostas dos estudantes

## revelam fatores estruturais e sociais que impactam diretamente a permanência na EJA/PROEJA

Figura 12 - Se sim, você já pensou em desistir do curso, qual foi o principal motivo?

3. 1 Se sim, você já pensou em desistir do curso, qual foi a principal motivo?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Os dados, conforme a Figura 12, indicam que 50% dos entrevistados apontaram a falta de tempo em razão do trabalho como o principal motivo para pensar em desistir, evidenciando a condição de trabalhadores que caracteriza o público do PROEJA.

A educação no interior do sistema do capital tende a subordinar-se às exigências do trabalho alienado (Mészáros, 2008). A centralidade do trabalho na vida dos estudantes, evidenciada pelo cansaço e pela falta de tempo, pode ser analisada à luz de Mészáros (2008), que compreende o trabalho, no modo de produção capitalista, como elemento estruturante das desigualdades sociais. Para o autor, a subordinação da educação às exigências do capital impõe limites concretos à formação humana plena.

Além disso, ao analisar a relação entre trabalho e educação, Saviani (2007) destaca que a escola está inserida em uma sociedade atravessada por contradições de classe, o que impacta diretamente as condições objetivas de acesso e permanência dos estudantes. No contexto da EJA integrada à Educação Profissional, essas contradições tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que muitos estudantes conciliam jornadas extensas de trabalho com responsabilidades familiares, o que repercute em sua frequência e desempenho escolar.

Além disso, 20% dos estudantes indicaram dificuldades para acompanhar os conteúdos, o que remete a trajetórias escolares interrompidas e marcadas por desigualdades no acesso ao conhecimento. Nessa perspectiva, Freire (1996, p. 25)

afirma que “*ensinar exige respeito aos saberes dos educandos*”, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que considerem os diferentes ritmos de aprendizagem e as experiências prévias dos sujeitos da EJA.

Outros 20% dos respondentes relataram problemas de saúde como motivo para pensar na desistência, aspecto que evidencia as condições de vida dos estudantes trabalhadores. Por fim, 10% dos estudantes apontaram a falta de transporte ou a distância até o campus como elemento desmotivador, revelando desafios de ordem estrutural e territorial, especialmente relevantes em contextos de interiorização da oferta educacional.

No campo específico da Educação Profissional Integrada, Ciavatta (2005) e Ramos (2012) destacam que a formação integrada exige condições materiais, pedagógicas e institucionais que nem sempre estão garantidas aos sujeitos da EJA. As dificuldades relatadas apontam para a necessidade de políticas de permanência, apoio pedagógico e flexibilização curricular que considerem as especificidades dos estudantes trabalhadores.

A formação integrada pressupõe condições objetivas que permitam ao estudante trabalhador acessar e permanecer na escola (Ciavatta, 2005). Desse modo, os dados evidenciam que a intenção de desistência não decorre da falta de interesse ou de engajamento dos estudantes com o curso, mas está diretamente relacionada às condições objetivas de vida que atravessam suas trajetórias, reafirmando a importância de políticas institucionais de permanência que assegurem o direito ao acesso, à continuidade e ao êxito escolar no âmbito da EJA/PROEJA.

Sem condições materiais adequadas, a integração entre trabalho, ciência e cultura torna-se limitada” (Ramos, 2012). A análise, portanto, reforça a necessidade de políticas educacionais integradas, bem como de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a justiça social, voltadas à superação das desigualdades históricas que marcam a escolarização dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

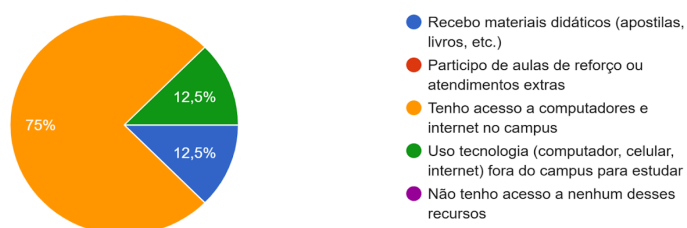
## **5. Apoios e recursos institucionais**

As respostas dos estudantes evidenciam o reconhecimento da existência de apoios e recursos institucionais, especialmente no que se refere ao acesso à tecnologia e aos materiais didáticos, elementos fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem na Educação Profissional Integrada.

No que se refere ao acesso a recursos que auxiliam no processo de aprendizagem, os dados (Figura 13) indicam que 75% dos estudantes afirmam ter acesso a computadores e internet no campus, enquanto 12,5% utilizam tecnologia fora do campus para estudar e 12,5% recebem materiais didáticos impressos, como apostilas e livros.

Figura 13 - Você tem acesso a recursos que ajudam no seu aprendizado? (marque todas as opções que se aplicam)

6. Você tem acesso a recursos que ajudam no seu aprendizado? (marque todas as opções que se aplicam)  
16 respostas

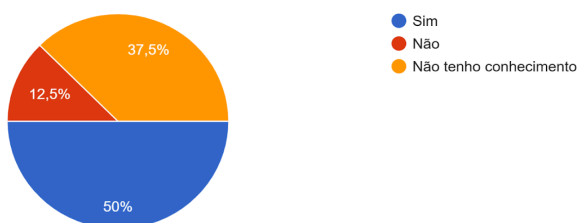


Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Segundo Saviani (2008), a escola deve garantir o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos historicamente produzidos, pois estes constituem mediações fundamentais para a inserção crítica dos sujeitos na sociedade. Nessa perspectiva, o acesso às tecnologias na escola não se limita ao uso instrumental, mas integra o processo de socialização do saber sistematizado.

Figura 14 - Existe apoio psicológico ou emocional disponível para você no curso?

7. Existe apoio psicológico ou emocional disponível para você no curso?  
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Entretanto, os dados também revelam fragilidades no que se refere à divulgação e à utilização de outros serviços institucionais (Figura 14). Embora 50% dos participantes afirmam ter conhecimento da existência do apoio psicológico no campus, observa-se que esse serviço não é efetivamente utilizado pelos estudantes, ao passo que 37,5% declararam desconhecer sua oferta. Esse dado revela uma contradição recorrente nas políticas de assistência estudantil: a existência formal dos serviços não assegura, por si só, sua apropriação pelos sujeitos a quem se destinam.

Vale ressaltar que, no Campus Jaguari, o serviço de apoio psicológico é ofertado aos estudantes; entretanto, não ocorre de forma plenamente estruturada, uma vez que a instituição não conta com servidor efetivo no cargo de psicólogo. O atendimento é realizado por meio de estagiários do curso de Psicologia, o que, embora represente uma iniciativa relevante de suporte aos discentes, pode limitar a continuidade, a estabilidade e a abrangência das ações desenvolvidas.

Conforme Freire (1996), o processo educativo exige diálogo e construção de vínculos, o que implica tornar os serviços de apoio visíveis, compreensíveis e legitimados junto aos estudantes. A ausência ou fragilidade desses processos pode contribuir para o desconhecimento do serviço ou para a percepção de que ele não se destina ao público da EJA.

Além disso, o dado de que uma parcela significativa dos estudantes desconhece a existência do apoio psicológico aponta para lacunas na comunicação institucional, que podem estar associadas à forma como as informações circulam no campus ou à inadequação dos canais utilizados. Do mesmo modo, Gramsci (1999) contribui para a compreensão de que o acesso desigual à informação e aos recursos institucionais reforça processos de exclusão e dificulta a apropriação do conhecimento historicamente produzido pelas classes subalternas.

Assim, os dados analisados evidenciam a necessidade de fortalecer as estratégias de divulgação, acolhimento e mediação pedagógica, de modo a assegurar que o apoio psicológico se constitua, de fato, como um instrumento de promoção da permanência e do êxito escolar dos estudantes da PROEJA/EPT.

Nessa perspectiva, a ausência de profissional efetivo pode fragilizar a consolidação de políticas de assistência estudantil e de acompanhamento sistemático das demandas socioemocionais. Tal perspectiva reafirma a necessidade

de práticas institucionais comprometidas com a formação humana integral, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

## 6. Sugestões de melhoria

Ao serem questionados sobre o que poderia ser melhorado no curso para evitar a desistência, os estudantes distribuíram suas respostas de forma equilibrada (Figura 15): 25% indicaram maior apoio dos professores e da equipe pedagógica (SAP, CGE, DE, CAE); 25% apontaram melhorias na estrutura do campus; 25% sugeriram mais atividades extracurriculares; e 25% destacaram a necessidade de ampliar ou qualificar os auxílios estudantis, como transporte e alimentação.

Figura 15 - Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?

8. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?  
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A distribuição igualitária das respostas demonstra que a permanência não depende de um único fator, mas de um conjunto de dimensões articuladas: pedagógicas, estruturais, formativas e socioeconômicas. Não se trata apenas de melhorar conteúdos, mas de fortalecer as condições concretas de permanência.

Gramsci (2001), a escola desempenha papel estratégico na formação humana e na construção da consciência crítica, sendo responsabilidade do Estado garantir as condições materiais e intelectuais para que os sujeitos das classes trabalhadoras tenham acesso ao conhecimento. Assim, apoio pedagógico e infraestrutura adequada não são aspectos secundários, mas estruturantes da formação.

Na perspectiva de Freire (1996), a permanência está vinculada ao sentido que o estudante atribui ao processo educativo. O fortalecimento do vínculo entre professores e estudantes, bem como a promoção de atividades significativas, como palestras, oficinas e visitas, que contribui para uma educação dialógica, que reconhece os sujeitos como protagonistas de sua formação.

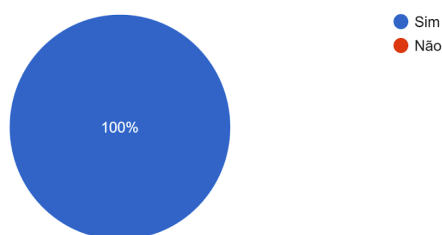
Portanto, os dados indicam que os estudantes compreendem a evasão como resultado de múltiplos fatores e apontam para a necessidade de uma política institucional integrada, que articule apoio pedagógico, infraestrutura adequada, formação significativa e suporte socioeconômico, reafirmando a educação como direito social.

## 7. Percepção de êxito e transformação

Na última categoria analítica, ao serem questionados se acreditam que o curso pode ajudá-los a alcançar seus objetivos profissionais, observou-se unanimidade nas respostas, com 100% dos estudantes afirmando positivamente. Esse resultado evidencia uma forte percepção de sentido e de relevância social da formação ofertada, aspecto fundamental para a permanência e o êxito dos estudantes no âmbito da PROEJA/EPT. Conforme demonstra a Figura 16:

Figura 16 - Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?

9. Você acredita que o curso pode ajudar você a alcançar seus objetivos profissionais?  
16 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A questão aberta subsequente, que solicitava aos participantes que explicassem os motivos de sua resposta, permitiu identificar os sentidos atribuídos à

formação pelos estudantes, especialmente no que se refere à articulação entre escolarização, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

As falas destacam, em primeiro lugar, a percepção de que o curso amplia oportunidades de atuação na área comercial, como expresso no relato: *“porque o curso oferece bastante oportunidades na área de trabalho comercial”* (E2). Essa compreensão reforça a dimensão instrumental da Educação Profissional, ao possibilitar melhores condições de inserção e mobilidade no mercado de trabalho.

Outro aspecto recorrente refere-se à integração entre a formação profissional e o ensino médio, evidenciada na fala: *“porque existe a qualificação do curso junto com o ensino médio”* (E4). Tal percepção dialoga diretamente com a proposta do PROEJA, que busca superar a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional, conforme defendem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), ao conceber o currículo integrado como estratégia de formação humana e profissional.

As respostas também evidenciam o reconhecimento dos impactos da formação no cotidiano de trabalho dos estudantes, especialmente no desenvolvimento de competências comunicativas e relacionais, como observado no relato: *“como eu já trabalho na área do comércio, me ajuda bastante na comunicação com os clientes e colegas de trabalho”* (E8). Esse dado indica que os estudantes percebem a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no curso em suas práticas profissionais, atribuindo sentido concreto à experiência formativa.

Por fim, a expectativa de melhoria nas condições de trabalho e de vida aparece de forma explícita na fala: *“porque vai me ajudar muito a conseguir um emprego melhor, de maior qualidade”* (E9). Essa perspectiva reafirma o papel da Educação Profissional integrada à EJA como possibilidade de transformação social, ao ampliar horizontes profissionais e fortalecer a autonomia dos sujeitos trabalhadores.

Dessa forma, a unanimidade das respostas positivas, aliada às justificativas apresentadas, evidencia que os estudantes reconhecem o curso como um instrumento de qualificação, valorização profissional e ampliação de oportunidades, reforçando a importância do PROEJA/EPT enquanto política pública comprometida com a formação integral e com a emancipação dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Na próxima seção, será apresentada a análise das respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos docentes que atuam no referido curso,

organizadas a partir das categorias construídas no processo de sistematização e interpretação dos dados.

#### **4.6.3 Questionário com os Docentes:**

O corpus da pesquisa é constituído pelas respostas ao questionário aplicado aos docentes que atuam nas turmas do Curso Técnico em Comércio Integrado na modalidade EJA/EPT (Proeja) do IFFar – Campus Jaguari.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário online, encaminhado aos docentes via e-mail institucional, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como convite de participação voluntária. No envio, constavam a apresentação da pesquisadora, seus dados de contato, as informações do orientador, bem como esclarecimentos acerca da pesquisa e de seus objetivos. Após o preenchimento, cada participante recebeu, de forma digital, uma cópia das respostas registradas, garantindo ciência do conteúdo informado. O TCLE (Apêndice C) foi disponibilizado em formato digital no mesmo momento do envio do questionário, sendo obrigatória a assinatura em campo específico no Google Forms para que as informações pudessem ser utilizadas legalmente na pesquisa.

Do total de 13 docentes que compõem o quadro de docentes do curso, 11 participaram respondendo ao questionário. Com vistas à preservação da identidade dos participantes, neste capítulo os docentes serão identificados por siglas, variando de D1 a D11. A análise dos dados fundamentou-se na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2016), que compreende três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguidas da inferência e interpretação.

Inicialmente, apresenta-se o perfil dos docentes participantes, considerando aspectos relacionados à sua atuação na PROEJA/EPT. No primeiro momento, ao serem questionados sobre o tempo de atuação no PROEJA/EPT, os docentes apresentaram trajetórias bastante diversificadas, evidenciando tanto experiências consolidadas quanto inserções mais recentes na modalidade. O docente 11 : “Aqui no Campus, desde 2025. Antes, atuei por quase 20 anos na EJA em uma escola municipal de Santa Maria com turmas de EPT do IFFar desde 2021(D11)”. Já o docente 5: “Atuo esporadicamente. Em 2019 e 2025(D5)”.

As falas evidenciam diferentes níveis de inserção e continuidade na atuação no PROEJA/EPT, o que permite identificar contrastes importantes na experiência docente. O D11 apresenta uma trajetória consolidada na EJA, com quase 20 anos de atuação anterior, além da experiência recente no campus e com turmas de EPT. Essa trajetória indica familiaridade com as especificidades dos sujeitos jovens e adultos trabalhadores e maior possibilidade de articulação entre EJA e Educação Profissional. Conforme argumenta Arroyo (2005), a EJA constitui um campo que exige compreensão das trajetórias sociais dos estudantes, algo que tende a se aprofundar com a experiência acumulada.

Em contraposição, D5 relata atuação esporádica, em 2019 e 2025, o que pode indicar menor continuidade na construção de práticas pedagógicas específicas para o PROEJA/EPT.

O docente D6 informou atuar há “1 ano” na modalidade, enquanto o D3 declarou experiência de “1 ano e 6 meses”. Esses dados evidenciam inserções relativamente recentes no curso, indicando que ambos ainda se encontram em processo de apropriação e consolidação das bases teóricas, metodológicas e político-pedagógicas que fundamentam a modalidade. Como ressalta Freire (1996), a prática docente exige reflexão crítica constante, e essa maturação ocorre ao longo do tempo, no diálogo entre teoria e prática.

Assim, o debate entre as falas revela um corpo docente plural: de um lado, a experiência consolidada que pode fortalecer a identidade pedagógica do programa; de outro, a inserção recente ou esporádica, que aponta para a importância da formação continuada e da construção coletiva de um projeto comum. A heterogeneidade não representa fragilidade em si, mas evidencia a necessidade de articulação institucional para garantir coerência e qualidade à proposta do PROEJA/EPT.

#### **4.6.4 Categorias utilizadas na análise e na discussão das respostas dos docentes.**

Dando continuidade ao estudo, passamos à análise das categorias. A partir da apreciação das respostas fornecidas pelos docentes, foram identificadas cinco categorias centrais, que emergiram do processo de sistematização dos dados e que serão apresentadas e discutidas na sequência.

A partir da análise das respostas dos docentes, emergiram cinco categorias centrais,<sup>1</sup> Dificuldades dos estudantes do PROEJA/EPT, 2 Estrutura curricular e práticas pedagógicas, 3 Apoio institucional e políticas de permanência,<sup>4</sup> Intervenções docentes e acompanhamento dos estudantes, 5 Permanência e êxito para além da conclusão do curso.

## 1. Dificuldades dos estudantes do PROEJA/EPT

A análise fundamenta-se na questão: *“Você percebe que seus alunos estão motivados para continuar no curso? Por favor, justifique sua resposta.”* A partir das respostas obtidas, buscou-se compreender como os professores avaliam o nível de motivação discente e quais fatores, segundo sua perspectiva, interferem no percurso formativo desses estudantes.

As respostas docentes evidenciam que os principais obstáculos à permanência dos estudantes da EJA-EPT estão relacionados às condições materiais de existência, tais como longas jornadas de trabalho, cansaço físico e mental, responsabilidades familiares e dificuldades financeiras. O que implica reconhecer que a evasão e as dificuldades de aprendizagem não decorrem de incapacidades individuais, mas das contradições estruturais que condicionam a vida dos trabalhadores.

Em uma das falas, o D1:

A EJA de forma geral tem o desafio da frequência e permanência. A situação climática, condições familiares, deslocamento influenciam, assim como reestabelecer o hábito do estudo sistematizado. Muitos alunos pararam de estudar e retornaram e depois de muitos anos, é comum a dificuldade em iniciar a rotina de estudos. Porém, no caso específico da turma em que atuei no PROEJA Comércio do bloco 5, os alunos são muito frequentes, com expectativas para a formatura.

A fala do D1 evidencia desafios históricos e estruturais da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no que se refere à frequência e à permanência dos estudantes, ao mesmo tempo em que aponta elementos positivos no contexto específico do PROEJA Comércio. Ao mencionar fatores como condições climáticas, familiares, deslocamento e a dificuldade de retomar o hábito do estudo sistematizado, o docente revela que a evasão e a intermitência na trajetória escolar não podem ser compreendidas como responsabilidade individual do estudante, mas como resultado de determinações sociais mais amplas.

Freire (1996) já destacava que os sujeitos da EJA carregam consigo histórias de exclusão educacional e social, marcadas por interrupções forçadas do processo de escolarização. Para o autor, retornar à escola após anos afastados exige mais do que vontade individual: requer condições objetivas e subjetivas que favoreçam a permanência, bem como uma prática pedagógica que reconheça os saberes construídos ao longo da vida. Assim, a dificuldade em “reestabelecer o hábito do estudo sistematizado”, mencionada pelo D1, dialoga diretamente com a ideia freireana de que o processo educativo deve partir da realidade concreta dos educandos.

A fala do D2 evidencia um dos principais desafios históricos da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional: a permanência dos estudantes, ao afirmar que :

As turmas do último ano sim, já os alunos de turmas mais recentes apresentam oscilação, com alguns alunos faltando diversas aulas (por falta de condições financeiras de se deslocarem). Na turma do segundo ano, metade das pessoas que estão na chamada não vem mais.

Que parte dos estudantes deixa de frequentar as aulas por falta de condições financeiras de deslocamento, o docente revela que a evasão não pode ser interpretada como desinteresse individual, mas como expressão das condições materiais de vida da classe trabalhadora.

Frigotto (2005) reforça essa análise ao discutir a relação entre trabalho, educação e exclusão social. Para ele, a negação histórica do acesso e da permanência escolar à classe trabalhadora não é acidental, mas estrutural, resultado de um modelo societário que subordina a formação humana às demandas produtivas. Quando metade da turma do segundo ano deixa de frequentar as aulas, evidencia-se que a precarização da vida material impacta diretamente o processo educativo.

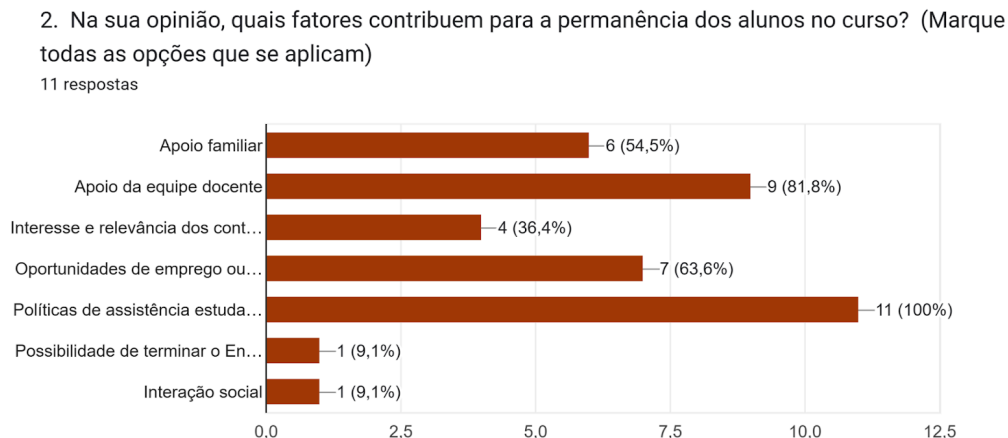
A fala do D3 *“Em parte, chegam motivados. Entretanto, com o tempo as adversidades (frio, cansaço, dificuldades da própria aprendizagem, demandas familiares) acabam por desmotivar alguns, inclusive levando-os a desistir”*, revela uma característica recorrente na Educação de Jovens e Adultos e, de modo particular, no PROEJA: a motivação inicial dos estudantes, seguida por um processo de desgaste progressivo, provocado pelas adversidades materiais, físicas e

subjetivas que atravessam suas trajetórias. A análise confirma a necessidade de uma educação comprometida com a realidade dos sujeitos da EJA

Essa análise se articula com Mészáros (2008), para quem a educação está profundamente condicionada pelas relações sociais do capital. O cansaço físico mencionado na fala do D3 expressa a lógica da exploração do trabalho, que limita o tempo, a energia e as condições necessárias para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, a desistência aparece como resultado de contradições estruturais e não de escolhas individuais.

Na questão subsequente, os docentes foram indagados: “*Na sua opinião, quais fatores contribuem para a permanência dos alunos no curso? (Marque todas as opções que se aplicam).*” Por meio dessa pergunta, buscou-se identificar, na perspectiva dos participantes, os elementos considerados fundamentais para favorecer a permanência e o êxito dos estudantes no percurso formativo.

Figura 17 - Na sua opinião, quais fatores contribuem para a permanência dos alunos no curso?



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Os resultados, conforme Figura 17 indicam consenso absoluto (100%) quanto à importância das políticas de assistência estudantil, como auxílio transporte e alimentação, para a permanência dos alunos no curso. Esse dado evidencia que a permanência escolar está diretamente vinculada às condições materiais de existência dos estudantes, majoritariamente trabalhadores.

Nesse sentido, Arroyo (2014; 2017) argumenta que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos são historicamente marcados por processos de exclusão social e educacional, o que exige políticas públicas que reconheçam suas vulnerabilidades e assegurem condições reais de continuidade dos estudos. Para o autor, não basta assegurar vagas; é necessário garantir meios materiais que sustentem a trajetória escolar.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996 também fundamentam essa compreensão ao estabelecerem a educação como direito social, o que implica não apenas acesso, mas permanência com qualidade.

Dessa forma, o reconhecimento unânime da assistência estudantil como fator determinante para a permanência reforça que a evasão não deve ser interpretada como falta de interesse individual, mas como consequência das desigualdades sociais e da insuficiência de políticas de suporte. A permanência, portanto, configura-se como categoria política e social, vinculada à efetivação do direito à educação e à justiça social.

O apoio da equipe docente, apontado por 81,8% dos respondentes, também se destaca como elemento central para a permanência. No contexto da Educação Profissional integrada, Ciavatta (2005) argumenta que o compromisso pedagógico dos docentes é condição essencial para a efetivação da formação humana integral. O apoio da equipe docente, portanto, não se limita ao acompanhamento acadêmico, mas envolve o acolhimento das dificuldades vivenciadas pelos estudantes trabalhadores e a construção de estratégias pedagógicas que favoreçam sua permanência.

As oportunidades de emprego ou estágio, assinaladas por 63,6% dos participantes, revelam a centralidade do trabalho como elemento estruturante da permanência no curso. No âmbito da Educação Profissional Integrada, Ciavatta (2005) e Ramos (2014) defendem que a relação entre educação e trabalho precisa superar a lógica meramente instrumental, possibilitando aos estudantes compreenderem criticamente sua inserção no mundo do trabalho. Ainda assim, o dado evidencia que a perspectiva concreta de melhoria das condições de vida por meio do emprego ou estágio fortalece o vínculo com o curso e contribui para a permanência.

Dando continuidade à análise das categorias, apresentamos a Categoria 2 – Estrutura curricular e práticas pedagógicas, a qual contempla as reflexões docentes

acerca da organização curricular do curso, das metodologias adotadas e das estratégias pedagógicas desenvolvidas no contexto do PROEJA/EPT.

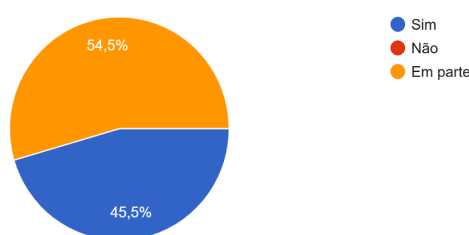
## 2. Estrutura curricular e práticas pedagógicas

Essa categoria tem como objetivo analisar em que medida a organização curricular e as práticas pedagógicas desenvolvidas no curso dialogam com as especificidades da modalidade, levando em consideração as trajetórias de vida, as experiências de trabalho e as demandas formativas dos estudantes.

A análise foi orientada pela seguinte questão: *“Você considera que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos?”*

Figura 18 - Você considera que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos?

4. Você considera que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos?  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Os resultados(Figura 18) indicam que 45,5% dos respondentes consideram que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos, enquanto a maioria relativa (54,5%) avalia que esse atendimento ocorre apenas em parte. Esse dado revela uma percepção ambígua sobre o currículo, indicando que, embora a proposta curricular apresenta avanços e potencialidades, ainda enfrenta limites para responder plenamente às necessidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional.

Para complementar essa análise, incluiu-se ainda a seguinte questão: *“Existem recursos ou materiais didáticos que, na sua opinião, poderiam ser melhorados ou adicionados ao PROEJA/EPT?”*

A fala do D4 evidencia a percepção de que, embora existam recursos institucionais disponíveis no PROEJA/EPT, como o laboratório de informática, seu uso ainda não está plenamente integrado ao planejamento pedagógico. Ao afirmar que *“o uso do laboratório de informática poderia ser integrado ao planejamento do docente como forma de diversificar as aulas e ampliar o conhecimento dos alunos quanto ao uso do computador”*, o docente aponta para a necessidade de uma apropriação pedagógica mais sistemática das tecnologias educacionais no processo formativo.

No âmbito da Educação Profissional Integrada, Ciavatta (2005) e Ramos (2014) defendem que a formação humana integral pressupõe a articulação entre ciência, trabalho, cultura e tecnologia. A fala do D4 evidencia que a tecnologia, embora disponível, ainda não está plenamente incorporada a essa articulação, o que limita as possibilidades formativas do PROEJA/EPT. A integração do laboratório de informática ao planejamento pedagógico pode favorecer práticas interdisciplinares e contextualizadas, alinhadas aos princípios do currículo integrado

A fala do D10 reconhece avanços na produção de materiais e livros didáticos específicos para a Educação de Jovens e Adultos, evidenciando que há um movimento institucional de adequação curricular às especificidades desse público: *“Acredito que sim. Inclusive tenho ciência de que já se está produzindo bons materiais e livros didáticos específicos para esse público. Me questiono sobre a formação permanente do professorado para o uso desse material.”* No entanto, o ponto central da reflexão desloca-se para uma questão estrutural: a formação permanente do professorado para o uso desses materiais.

Também é pertinente dialogar com Saviani (2008), que compreende a formação docente como condição para que o professor exerça intencionalmente sua função social. No contexto da EJA/EPT, isso implica pensar a formação docente como processo permanente, coletivo e crítico, articulado às realidades concretas dos estudantes trabalhadores.

Na fala do D8 revela que a melhoria dos recursos e materiais didáticos no PROEJA/EPT não se restringe à produção de novos materiais, mas envolve a revisão das ementas, a reorganização curricular e o fortalecimento de estratégias de nivelamento e acompanhamento pedagógico:

Sim. A ementa de algumas disciplinas não faz sentido de ser ministrada aos alunos, sendo que eles carecem de conteúdos muito básicos para compreender aquele conteúdo. Exemplo é administração financeira (PROEJA) rotinas financeiras e noções de contabilidade. Os alunos não sabem fazer contas simples de multiplicação e divisão, então precisa diminuir tanto o nível de profundidade do conteúdo que acaba até descaracterizando a disciplina

A tensão entre manter a identidade da disciplina e adequar o conteúdo às condições reais dos estudantes evidencia a necessidade de políticas institucionais que articulem formação básica, educação profissional e práticas pedagógicas contextualizadas, em consonância com os princípios da formação humana integral.

No campo da Educação Profissional integrada, Ramos (2014) argumenta que a formação humana integral pressupõe a articulação entre conhecimentos científicos, técnicos e básicos, evitando tanto a simplificação excessiva quanto a imposição de conteúdos descontextualizados. A descaracterização da disciplina, apontada na fala, indica que essa articulação não está plenamente consolidada, especialmente quando os estudantes não dominam conhecimentos matemáticos elementares necessários para compreender conteúdos como administração financeira e contabilidade.

A resposta do D6 evidencia uma questão central no campo da Educação de Jovens e Adultos: a inadequação dos materiais didáticos quando não consideram as especificidades históricas, sociais e cognitivas do público da EJA. Ao afirmar que *“Sim, creio que os materiais didáticos não são adaptados para o público da EJA. Os livros de Ensino Médio são para adolescentes e não contemplam um público que muitas vezes deixou de estudar por vários anos”*, aponta para a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada, que respeite os percursos formativos interrompidos e as experiências de vida dos estudantes trabalhadores.

Arroyo (2017) destaca que a EJA não pode ser tratada como mera adaptação do ensino regular, pois seus sujeitos possuem trajetórias marcadas por exclusões sociais e escolares que exigem propostas pedagógicas próprias. Para o autor, ignorar essas especificidades significa reproduzir as desigualdades que historicamente afastaram esses estudantes da escola.

Assim, as contribuições docentes revelam que a qualidade do PROEJA/EPT depende não apenas da oferta de recursos, mas da construção de uma prática pedagógica coerente com os princípios da Educação de Jovens e Adultos e da formação integral. A adequação dos materiais didáticos, a organização curricular e a

formação continuada configuram-se, portanto, como elementos estruturantes para garantir aprendizagem significativa, permanência e efetivação do direito à educação para a classe trabalhadora.

No que se refere à estrutura curricular e às práticas pedagógicas, os docentes destacam a necessidade de metodologias mais contextualizadas, que considerem os saberes prévios e as experiências de vida dos estudantes trabalhadores. Essa demanda encontra fundamento na pedagogia freireana, que concebe o educando como sujeito histórico e produtor de conhecimento.

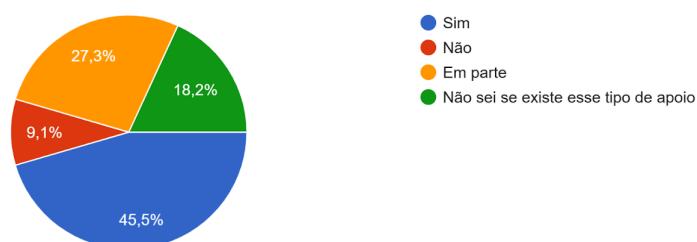
Na sequência à análise das categorias, apresentamos a Categoria 3 – Apoio institucional e políticas de permanência, que reúne as percepções dos docentes acerca das ações institucionais voltadas ao acompanhamento, à assistência e ao fortalecimento da permanência e do êxito dos estudantes no PROEJA/EPT.

### 3 Apoio institucional e políticas de permanência

Essa categoria busca examinar como os mecanismos de apoio — pedagógicos, administrativos e de assistência estudantil — têm contribuído (ou não) para enfrentar situações de vulnerabilidade, prevenir a evasão e promover condições mais equitativas de permanência no curso.

Figura 19 - Você tem acesso a algum tipo de apoio.

6. Você tem acesso a algum tipo de apoio (como programas, ações ou ferramentas) para ajudar alunos que estão em risco de desistir do curso? P...mplo, o Programa de Permanência e Êxito do IFFar.  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Ao serem questionados se, enquanto docentes, têm acesso a algum tipo de apoio institucional — como o Programa de Permanência e Êxito do IFFar — para auxiliar estudantes em risco de desistência, as respostas (Figura 19) revelam uma

percepção igualmente heterogênea entre os professores. Observa-se na Figura 19, que 45,5% afirmam ter acesso a esse tipo de apoio, enquanto 27,3% indicam acesso apenas parcial, 18,2% declaram não saber da existência dessas ações e 9,1% afirmam não ter acesso.

Para complementar a questão anterior, foi disponibilizada aos docentes a seguinte opção aberta: *“Se quiser, comente como esse apoio poderia ser melhorado.”*

A fala do D5 reforça a ideia de que políticas de permanência precisam ir além do acesso formal à instituição, contemplando ações efetivas de suporte financeiro, pedagógico e social:

A oferta de auxílio permanência. A implementação do recurso para esse público específico poderia contribuir para a permanência de alguns no curso. A exemplo, temos estudantes com mais de um emprego ou fazendo trabalho extra para melhorar a situação financeira da família. Esse fato interfere no rendimento, motivação e interesse do aluno em seguir os estudos.

Ciavatta(2012) destaca que garantir a permanência significa reconhecer que o trabalho, a renda e o tempo disponível dos estudantes são dimensões que atravessam o processo educativo. Assim, a ausência ou insuficiência de auxílios compromete não apenas o desempenho escolar, mas também o vínculo do estudante com o curso.

Para concluir essa questão, *observa-se que a fala do D8* destacou que o contexto atual, marcado por cortes orçamentários, têm impactado negativamente o desenvolvimento de ações voltadas ao aprimoramento e à adequação da educação destinada a esse público: *“O atual momento (devido a cortes orçamentários) tem prejudicado o apoio a atividades relacionadas ao melhoramento e adequação da educação para esse público”*. Segundo sua percepção, a redução de recursos compromete iniciativas fundamentais para qualificar as práticas pedagógicas e fortalecer as condições de permanência e êxito dos estudantes do PROEJA/EPT.

Mészáros(2008) ajuda a compreender os limites estruturais impostos pelo capital às políticas educacionais, os processos educacionais estão profundamente condicionados pela lógica do capital. Essa perspectiva permite interpretar os cortes orçamentários como parte de uma racionalidade mais ampla, que subordina a educação às exigências econômicas, o que ajuda a compreender por que programas de apoio à permanência se tornam vulneráveis em períodos de crise e contingenciamento de recursos.

As respostas dos docentes indicam que, embora existam políticas institucionais voltadas à permanência e êxito, estas ainda se mostram insuficientes para responder à complexidade das demandas dos estudantes da EJA-EPT.

Mészáros (2008) alerta que reformas educacionais desprovidas de um projeto societário transformador acabam por “administrar a crise”, sem enfrentar suas causas estruturais, o que se reflete na fragilidade das políticas de permanência.

Dando prosseguimento à análise, apresentamos a Categoria 4 – Intervenções docentes e acompanhamento dos estudantes, que contempla as estratégias adotadas pelos professores no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, na mediação de conflitos e no monitoramento da trajetória escolar dos estudantes do PROEJA/EPT.

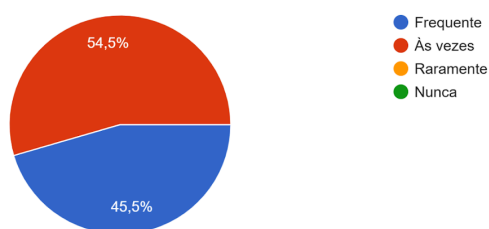
#### 4. Intervenções docentes e acompanhamento dos estudantes

Essa categoria busca compreender de que forma as ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula — como orientações individualizadas, flexibilização de prazos, adaptações metodológicas e encaminhamentos à equipe pedagógica — contribuem para fortalecer a permanência e o êxito, evidenciando o papel do docente como mediador do processo formativo e agente fundamental na construção de práticas educativas mais inclusivas e contextualizadas.

No âmbito desta categoria, os docentes foram indagados por meio da seguinte questão: “Com que frequência você percebe a necessidade de intervir para ajudar alunos em risco de evasão?”

Figura 20- Com que frequência você percebe a necessidade de intervir para ajudar alunos em risco de evasão?

7. Com que frequência você percebe a necessidade de intervir para ajudar alunos em risco de evasão?  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Observa-se, conforme Figura 20, que 54,5% dos professores afirmam perceber essa necessidade às vezes, enquanto 45,5% indicam que tal situação ocorre de forma frequente. Esses dados revelam que, ainda que a frequência varie, a totalidade dos docentes reconhece a existência de estudantes em situação de vulnerabilidade quanto à permanência no curso.

Como aponta Ramos(2014), a permanência e o êxito escolar dependem de políticas integradas e não apenas de iniciativas isoladas ,reafirmando a urgência de estratégias sistemáticas no âmbito do PROEJA.

Para complementar essa questão, foi incluída a seguinte proposição aberta: *“Se desejar, comente em quais situações isso costuma acontecer.”*

A resposta do docente D9 :

Em muitas situações, como comentado na questão 5: A principal dificuldade que percebo, nos relatos dos estudantes, é a dificuldade em conciliar o tempo do curso e o percurso formativo, que é de três anos, com o trabalho e os afazeres familiares. Ao longo desse tempo, muitos estudantes desistem, pois não conseguem se manter no curso durante os 3 anos. Por exemplo, alguns precisam trazer seus filhos junto, outros tem seu horário de trabalho ou até local de trabalho modificado, o que dificulta chegar no horário e conseguir acessar o transporte público. Ao longo de 3 anos, muitas vezes, fica difícil para o estudante conseguir manter e conciliar a rotina de aulas com as demais dimensões de suas vidas.

A situação descrita dialoga com Frigotto (2010), ao afirmar que a educação profissional no Brasil é atravessada pelas contradições do modo de produção capitalista, que impõe condições precárias à classe trabalhadora. Isso evidencia que a necessidade de intervir para evitar a evasão ocorre com frequência significativa, especialmente em razão das dificuldades enfrentadas pelos estudantes para conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares ao longo dos três anos do curso.

Na resposta do D11 demonstra que a permanência não depende apenas do desempenho acadêmico, mas de condições externas que fogem ao controle institucional: *“Familiar adoeceu e a pessoa teve que se ausentar. Saúde de uma aluna também, que desistiu na chegada do Inverno de 2025.”* A menção à desistência no inverno de 2025 também pode indicar que fatores climáticos e estruturais (transporte, deslocamento, condições físicas) influenciam a permanência.

Os elementos que o D7 relata: *“Alunos que trazem filhos para escola, atividades no trabalho, condições financeiras. Várias são as demandas que nos*

*fazem intervir para "remediar" situações educacionais.*" Indicam um contexto de sobrecarga social e econômica, no qual o estudante precisa constantemente equilibrar sobrevivência e formação. A expressão "remediar situações educacionais" revela que as intervenções docentes muitas vezes são pontuais e emergenciais, e não estruturais.

A fala do docente D5 evidencia uma postura atenta e preventiva diante do risco de evasão, identificando sinais como queda na frequência, atrasos na entrega de atividades e desmotivação como indicadores de possível afastamento do estudante:

Alguns sinais, como quedas na frequência, atrasos na entrega de atividades ou desmotivação evidente, indicam que o aluno pode estar em risco de evasão. Nessas situações, procuro agir, seja por meio de conversas individuais, encaminhamentos para apoio pedagógico ou adaptações pontuais nas atividades, visando manter o vínculo e reforçar a importância da continuidade no curso.

Essa percepção demonstra sensibilidade pedagógica e compreensão de que a evasão é, muitas vezes, precedida por sinais progressivos de fragilização do vínculo com a escola.

Ao afirmar que busca intervir por meio de conversas individuais, encaminhamentos para apoio pedagógico e adaptações pontuais nas atividades, o docente revela uma prática alinhada à perspectiva dialógica defendida por Freire(1996), para quem o diálogo constitui elemento central na construção de uma educação humanizadora. A escuta ativa e a mediação individualizada fortalecem o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos e protagonista de sua trajetória formativa.

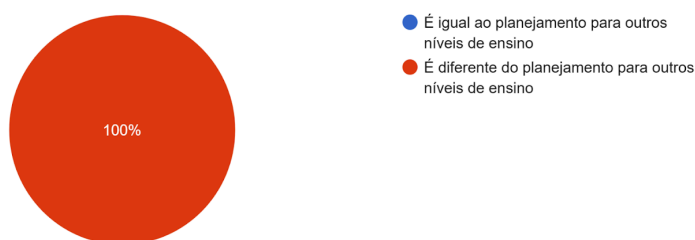
Além disso, a postura mediadora do docente pode ser relacionada às contribuições de Gramsci (2001), ao discutir o papel do educador como intelectual que atua na formação crítica dos sujeitos. Ao intervir para manter o vínculo e reforçar a importância da continuidade no curso, o professor assume uma função formativa que ultrapassa a transmissão de conteúdos, contribuindo para a construção da consciência e da autonomia dos estudantes.

Os dados apontam que as situações relatadas não são episódicas ou individuais, mas estruturais. A evasão ou risco de abandono está fortemente associado a: condições de trabalho instáveis, responsabilidades familiares, vulnerabilidades socioeconômicas, questões de saúde, extensão do percurso

formativo. Além disso, percebe-se que a permanência depende significativamente do acompanhamento pedagógico sensível e flexível, realizado pelos docentes, embora muitas das causas extrapolam o âmbito escolar.

Figura 21 - Como é realizado o planejamento das suas aulas para a EJA?

8. Como é realizado o planejamento das suas aulas para a EJA?  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Na questão referente ao planejamento pedagógico, os docentes foram indagados da seguinte forma: *“Como é realizado o planejamento das suas aulas para a EJA?”*

No que se refere ao planejamento das aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), os dados obtidos na pesquisa (Figura 21) indicam que 100% dos docentes afirmaram que o planejamento para essa modalidade é diferente daquele realizado para outros níveis de ensino. Entretanto, embora o percentual de 100% seja expressivo, ele exige aprofundamento qualitativo, a fim de compreender em que consiste, concretamente, essa diferenciação e de que modo ela se materializa nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a questão complementar: *“Se respondeu ‘diferente’, por favor, explique como:”*

Em resposta o D11:

*Embora possam conter a mesma estrutura de outros níveis de ensino, as aulas são pensadas considerando o perfil e as necessidades específicas dos alunos da EJA, que geralmente conciliam estudo, trabalho e família, e podem apresentar lacunas na formação escolar anterior. Procuro contextualizar o conteúdo com exemplos práticos e situações do cotidiano. O ritmo também é ajustado, valorizando as vivências desses estudantes que são retomadas para consolidar a aprendizagem.*

Conforme afirma Freire (1996), o educador de jovens e adultos deve, antes de tudo, reconhecer o estudante como sujeito de saber. Sua história de vida, seus conhecimentos práticos, sua experiência no mundo do trabalho constituem um patrimônio que deve ser valorizado e incorporado como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos.

A resposta do D6 evidencia o reconhecimento da especificidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, marcada por trajetórias escolares interrompidas, inserção precoce no mundo do trabalho e múltiplas responsabilidades sociais e familiares: *“Estudantes de EJA são um público diferenciado, com características específicas, como idade e contexto social. O planejamento precisa ser flexibilizado para contemplar habilidades e competências necessárias à formação integral desses estudantes.”* Quando o docente menciona a necessidade de flexibilização, observa-se uma preocupação em adaptar o planejamento às condições objetivas dos estudantes. Essa flexibilização, contudo, não deve significar redução de conteúdos ou simplificação do currículo.

Conforme destaca Saviani (2008), a função social da escola é garantir o acesso ao conhecimento sistematizado, possibilitando aos sujeitos a compreensão crítica da realidade. Assim, o planejamento diferenciado deve assegurar a mediação adequada do conhecimento, considerando o tempo, as experiências e as necessidades formativas dos estudantes da EJA.

A diversidade etária e os diferentes níveis de aprendizagem mencionados por D9 são características amplamente discutidas:

A EJA tem seu próprio percurso formativo. São estudantes que têm diferentes necessidades, que não conseguiram completar seus estudos de maneira regular, por inúmeros motivos, quer seja, trabalho, filhos, família, entre tantos outros. Além disso, temos diferentes faixas etárias dentro de uma mesma turma, diferentes níveis de aprendizagem e diferentes experiências e vivências pessoais de cada estudante. Dessa maneira, o planejamento precisa ser pensado de forma mais individualizada e pensado também coletivamente em termos de metodologias, dinâmica, conteúdos, percursos de formação e necessidades.

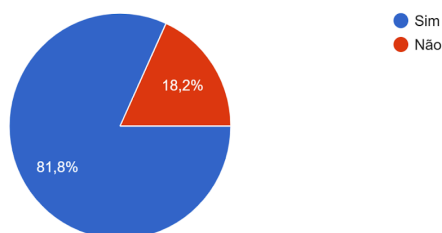
Di Pierro (2010) destaca que a heterogeneidade é uma das marcas estruturantes da EJA, exigindo do professor planejamento flexível e estratégias diferenciadas. Tal flexibilidade, entretanto, não implica redução curricular, mas reorganização pedagógica que possibilite a todos o acesso ao conhecimento sistematizado.

A fala do docente D9 revela uma compreensão consistente da EJA como percurso formativo próprio, marcado pela heterogeneidade e pela necessidade de mediações pedagógicas diferenciadas. Ao defender um planejamento simultaneamente individualizado e coletivo, o docente aponta para uma prática potencialmente alinhada a uma perspectiva crítica de educação, comprometida com o direito à aprendizagem e com a formação humana integral.

Ainda nessa direção, Gramsci (2001) contribui ao defender uma formação omnilateral, que permita aos sujeitos compreenderem criticamente a realidade e atuarem como protagonistas históricos. A EJA, ao reconhecer os saberes prévios e articular diferentes experiências de vida, pode se constituir em espaço privilegiado para essa formação ampliada.

Figura 22- Existe horário de atendimento ou monitoria disponível para os estudantes da EJA?

9. Existe horário de atendimento ou monitoria disponível para os estudantes da EJA?  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Ao serem questionados(Figura 22), sobre a existência de horário de atendimento ou monitoria disponível para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, 81,8% dos docentes responderam que SIM, enquanto 18,2% afirmaram que NÃO. O dado revela que, majoritariamente, há oferta de momentos institucionais de apoio pedagógico, o que pode representar um elemento importante para a permanência e o êxito dos estudantes da modalidade.

Por outro lado, o percentual de 18,2% que indica ausência de atendimento revela uma lacuna importante. Considerando a heterogeneidade da EJA — com diferentes idades, níveis de aprendizagem e experiências de vida —, a inexistência de espaços formais de apoio pode impactar negativamente o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, a permanência.

Nesse contexto, dificuldades de aprendizagem podem ser potencializadas pelo tempo reduzido de estudo extraclasse. Para Paulo Freire (1996, p. 67), ensinar exige disponibilidade para o diálogo. O atendimento individualizado ou em pequenos grupos constitui espaço privilegiado de diálogo, escuta e mediação pedagógica, permitindo que o professor compreenda as dificuldades concretas dos estudantes.

Os docentes também foram convidados a detalhar a organização desses momentos por meio da questão complementar: *“Se ‘Sim’, como esses atendimentos funcionam?”*

As duas falas D7 e D10 revelam um aspecto central da EJA: a condição de trabalhador(a) que marca a trajetória dos estudantes. A limitação de tempo para permanecer na instituição fora do horário regular de aula constitui um dos principais desafios para a efetividade do atendimento pedagógico. Isso exige que a escola reconheça suas condições concretas de vida.

Essa fala do D7 demonstra certa flexibilização no acompanhamento pedagógico, destaca que permanece disponível para atendê-los durante o próprio turno de aula e por outros meios de comunicação, como o WhatsApp: *“Não há um horário específico porque os estudantes não frequentam a instituição em horário fora da aula. Ainda assim, professores estão disponíveis para atender os estudantes no turno de aula e também por outras vias, como WhatsApp.” (D7)* .

Segundo o docente D10 , o único momento em que conseguem estar na instituição é durante as aulas regulares, o que limita a participação em atendimentos extraclasse:

Existe horário disponível por meio da carga horária docente de atendimento aos estudantes no contraturno, entretanto, cabe ressaltar que a efetividade disso na prática é limitante, uma vez que a maioria esmagadora desse público é trabalhadora e, infelizmente, não tem tempo disponível para esse atendimento, o horário que conseguem estar na escola é para cursar as horas regulares.

A limitação de tempo para permanecer na instituição fora do horário regular de aula constitui um dos principais desafios para a efetividade do atendimento pedagógico. Isso exige que a escola reconheça suas condições concretas de vida. Nesse sentido, a inexistência de horário fixo (D7) ou a baixa adesão ao contraturno (D10) não indicam desinteresse, mas refletem a realidade social desse público.

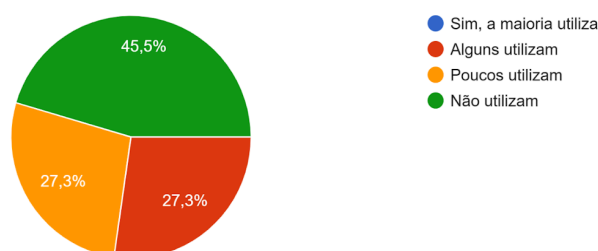
No contexto contemporâneo, a mediação tecnológica tem sido apontada como estratégia de ampliação do acesso. Di Pierro (2010) destaca que a

flexibilização de estratégias pedagógicas é fundamental para a permanência na EJA. Contudo, essa ampliação precisa considerar as desigualdades de acesso às tecnologias digitais. Nem todos os estudantes dispõem de conexão estável ou condições adequadas para acompanhamento remoto, o que pode produzir novas formas de exclusão.

Dessa forma, as falas analisadas revelam uma tensão entre a organização institucional do atendimento e a realidade concreta dos estudantes. Se, por um lado, há esforço docente e previsão de horários, por outro, a condição de trabalhador(a) limita a participação no contraturno. O uso de tecnologias digitais surge como alternativa, mas também impõe desafios relacionados ao acesso e à equidade.

Figura 23 - Os alunos costumam utilizar os horários de atendimento ou monitoria oferecidos?

10. Os alunos costumam utilizar os horários de atendimento ou monitoria oferecidos?  
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Ao serem questionados se os estudantes da Educação de Jovens e Adultos utilizam os horários de atendimento ou monitoria oferecidos, os dados da Figura 23 , revelam que 45,5% afirmam que não utilizam, 27,3% que poucos utilizam e 27,3% que alguns utilizam. Observa-se, portanto, que a maioria dos estudantes raramente ou nunca acessa esses espaços de apoio pedagógico.

Conforme destaca Arroyo (2005), os sujeitos da EJA são majoritariamente trabalhadores, com jornadas extensas e responsabilidades familiares, o que limita sua permanência na escola para além do horário regular de aula. Assim, a baixa adesão aos atendimentos não pode ser interpretada como desinteresse, mas como expressão de condicionantes sociais.

Dessa forma, os dados analisados revelam que, embora exista oferta de atendimento, sua utilização é limitada. Isso aponta para a necessidade de

reorganização institucional e pedagógica, de modo que o acompanhamento deixe de ser atividade complementar pouco acessada e passe a integrar de forma estruturada o processo de ensino-aprendizagem na EJA. Tal movimento pode fortalecer as condições de permanência e êxito dos estudantes trabalhadores.

Para finalizar as análises dos questionários aplicados aos docentes, apresentamos a quinta e última categoria — Categoria 5: Permanência e êxito para além da conclusão do curso.

## **5. Permanência e êxito para além da conclusão do curso**

Essa categoria reúne as sugestões apresentadas pelos docentes para o aprimoramento do PROEJA/EPT, considerando ações que possam fortalecer não apenas a permanência durante o curso, mas também os impactos formativos que se estendem para além da conclusão.

No âmbito desta categoria, os docentes foram instigados a refletir a partir da seguinte questão: *“O que você acredita que poderia ser feito ou implementado para melhorar a permanência e o êxito dos alunos no PROEJA/EPT?(Fique à vontade para sugerir ações, políticas, práticas pedagógicas, melhorias estruturais, etc.)”*

Na sequência, apresentam-se as falas dos docentes D1, D7 e D10, cujas contribuições evidenciam percepções e propostas relevantes para o fortalecimento da permanência e do êxito no PROEJA/EPT.

Penso que políticas que auxiliem nas dificuldades de deslocamento, na melhoria das bolsas de estudo, no tempo de duração total do curso, pois muitos estudantes desistem depois de já terem cumprido grande parte do percurso formativo. Muitos trabalham e tem filhos e não conseguem manter a rotina de estudos pelo período de três anos. (docente 1)

Adaptação da ementa das disciplinas à realidade dos alunos e do mercado de trabalho que estes alunos têm à sua disposição. Três anos também é um tempo consideravelmente longo para que estas pessoas mantenham-se ativas no curso. (docente 5)

Como os alunos do PROEJA/EPT são em menor número em comparação com outros cursos, cada aluno poderia ter um percurso formativo adaptado às suas necessidades, considerando seus conhecimentos prévios, ritmo de estudo e interesses profissionais, realizando parcerias com empresas e iniciativas comunitárias para oferecer experiências práticas, estágios curtos e atividades remuneradas compatíveis com o horário de estudo, mostrando a aplicabilidade do curso na vida real. (docente 10)

Ao serem questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar a permanência e o êxito dos estudantes no PROEJA/EPT, os docentes apontaram três eixos principais: apoio institucional e políticas de permanência (D1), adaptação curricular e redução do tempo de curso (D7) e percursos formativos individualizados com articulação ao mundo do trabalho (D10).

A questão do tempo de duração do curso, mencionada por D1 e D7, também aparece como fator relevante. Muitos estudantes do PROEJA conciliam estudo, trabalho e cuidado com filhos, o que torna três anos um período desafiador.

Conforme afirma Freire (1996), a prática educativa deve partir da compreensão da realidade concreta dos sujeitos. Assim, fortalecer a permanência no PROEJA/EPT implica reconhecer que esses estudantes são trabalhadores, pais, mães e responsáveis por famílias, cujas condições de vida impactam diretamente sua trajetória escolar.

Já o docente D10 sugere percursos formativos adaptados às necessidades individuais, considerando conhecimentos prévios, ritmo e interesses, além de parcerias com empresas e iniciativas comunitárias para experiências práticas e atividades remuneradas.

A articulação entre formação e mundo do trabalho é enfatizada por Gramsci (2001), ao defender uma escola unitária que integre trabalho manual e intelectual, superando a fragmentação entre teoria e prática. No contexto do PROEJA/EPT, parcerias para estágios curtos e atividades compatíveis com o horário de estudo podem fortalecer o sentido formativo do curso e demonstrar sua aplicabilidade concreta.

Dessa forma, as falas analisadas revelam uma compreensão ampliada da permanência, entendida não apenas como permanência física na instituição, mas como permanência com condições reais de aprendizagem e êxito formativo.

Na sequência, os docentes foram instigados a refletir de forma mais direta sobre o enfrentamento da evasão, por meio da seguinte questão: “*Você tem alguma sugestão específica para reduzir a evasão escolar no PROEJA/EPT?*”

As respostas dos docentes (D6, D2 e D8) indicam que a evasão no PROEJA/EPT está diretamente relacionada a três dimensões principais: organização curricular e flexibilização da oferta, redução do tempo de curso e políticas de assistência estudantil com comunicação eficiente.

O docente D6 destaca como experiência exitosa a reorganização curricular no campus Jaguari, com aulas concentradas de segunda a quarta-feira e disciplinas organizadas em blocos semestrais, favorecendo maior contextualização e adequação à realidade dos estudantes:

Como já mencionado, o exemplo que trago é o que já foi feito como inovador no campus Jaguari que é a reorganização curricular da oferta: aulas de segunda à quarta-feira que facilitam para o aluno conseguir acompanhar com frequência conciliando com as outras demandas; disciplinas organizadas por blocos semestrais que, também, já mobilizam uma reorganização do conteúdo primando por um ensino mais contextualizado e de acordo com as necessidades/realidades do público.

Assim, a experiência mencionada por D6 evidencia uma prática alinhada às concepções teóricas da EPT, ao propor uma organização que respeita o tempo social do estudante.

Além disso, Ramos (2008) argumenta que a Educação Profissional integrada deve articular teoria e prática de forma contextualizada. Quando o conteúdo é reorganizado em função das necessidades do público, há maior sentido formativo e, conseqüentemente, maior engajamento.

Assim, a reorganização curricular mencionada por D6 pode ser compreendida como estratégia concreta de enfrentamento da evasão, pois responde às condições reais de vida dos estudantes.

O docente D2 aponta como proposta a necessidade de “*rever o PPC e o PCC para reduzir o tempo total do curso.*” A sugestão de rever o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Plano de Curso (PCC) para reduzir o tempo total da formação aponta para a necessidade de repensar a estrutura formativa do PROEJA/EPT. Essa proposta evidencia que a longa duração pode se tornar um obstáculo para estudantes que trabalham e possuem responsabilidades familiares.

O docente D8 destaca a necessidade de maior atenção às informações relacionadas aos auxílios estudantis: “*Atenção maior com relação às informações fornecidas sobre os auxílios. Todas as aulas os alunos perguntam se o valor vai entrar, ou porque alguém não recebeu. Eu considero que o auxílio seja responsável de 90% da permanência dos alunos no curso.*” O docente D8 afirma que o auxílio estudantil seria responsável por grande parte da permanência dos alunos, além de mencionar falhas na comunicação institucional. Quando há incerteza quanto ao recebimento dos benefícios, instala-se insegurança, que pode impactar diretamente a motivação e a permanência.

Complementando essa discussão, Saviani (2008) afirma que o direito à educação exige mediações concretas que tornem possível o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a assistência estudantil não é benefício secundário, mas elemento estruturante da política educacional. Logo, o auxílio estudantil não pode ser visto como benefício secundário, mas como política estruturante da permanência no PROEJA/EPT.

Assim, a evasão não pode ser compreendida como falha individual do estudante, mas como fenômeno multifatorial, relacionado às condições sociais, econômicas e institucionais. As sugestões apresentadas pelos docentes revelam a consciência de que enfrentar a evasão exige ações articuladas entre gestão, currículo e políticas públicas.

Para finalizar o questionário e a respectiva análise, foi apresentada aos docentes a seguinte questão aberta: “Você gostaria de fazer alguma observação ou comentário adicional sobre o PROEJA/EPT?”

Essa pergunta teve como finalidade oferecer um espaço livre de manifestação, permitindo que os participantes expressassem considerações que não tenham sido contempladas nas questões anteriores. Trata-se de um momento importante da pesquisa qualitativa, pois possibilita a emergência de percepções mais amplas, críticas, elogios ou reflexões sobre o funcionamento do curso, suas potencialidades e seus desafios.

O docente D9 sugere a criação de um espaço para acolhimento das crianças durante o período das aulas, destacando que a presença dos filhos em sala prejudica o rendimento e impacta a permanência dos pais :

Seria ótimo que fosse oferecida um estágio de monitoria para alguém acompanhar as crianças enquanto os pais estão em sala de aula. Poderia ser criada uma sala de brinquedo com piscina de bolinha, e outros itens de plástico que não são tão caros, e oferecer uma bolsa para algum aluno só acompanhar as crianças durante o momento em que estão brincando. As crianças na sala de aula atrapalham o rendimento da aula como um todo, e isso também prejudica a permanência dos pais, e de outros alunos.

Essa fala evidencia que a permanência no PROEJA/EPT está diretamente relacionada às condições sociais dos estudantes, muitos dos quais são trabalhadores e responsáveis por filhos. Assim, a proposta de D9 não é assistencialista, mas estruturante: trata-se de criar condições reais para que o direito à educação seja efetivado.

Segundo Paulo Freire (1996), a prática educativa deve partir da realidade concreta dos educandos. No caso do PROEJA, muitos estudantes são adultos trabalhadores e responsáveis por filhos. Ignorar essa realidade significa desconsiderar quem são esses sujeitos.

O docente 6 evidencia que o programa é reconhecido não apenas como oferta de certificação, mas como proposta de formação integral, que articula educação básica e educação profissional: *“É um excelente programa de escolarização que articula a escolarização ao mundo do trabalho. Durante o Curso há o incentivo para a formação crítica e diversas possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal.”*

Também Mészáros (2008) argumenta que a educação deve ir além da lógica do capital e contribuir para a emancipação humana. Nesse sentido, a formação crítica mencionada pelo docente indica que o PROEJA não se limita à qualificação para o mercado, mas busca ampliar a compreensão social dos estudantes.

Essa fala seguinte do docente 11 revela uma compreensão do PROEJA como espaço de formação humana integral e emancipatória, que vai além da qualificação profissional: *“Ao planejar os cursos considerar uma formação para: O reconhecimento de sujeitos de direitos, capazes de transformar suas vidas e a realidades; Promoção da autonomia, da autoestima e do desenvolvimento do pensamento crítico; Abordagens sobre as questões sociais, especialmente de gênero e étnico-raciais.”* Essa fala revela uma compreensão do PROEJA como espaço de formação humana integral e emancipatória, que vai além da qualificação profissional.

A promoção da autonomia e do pensamento crítico aproxima-se da concepção de formação omnilateral defendida por Gramsci (2001), ao propor uma escola que forme sujeitos capazes de interpretar criticamente a sociedade. A preocupação com questões de gênero e étnico-raciais amplia a concepção de formação crítica, reconhecendo que desigualdades sociais impactam o acesso e a permanência na educação.

As sugestões apresentadas pelos docentes — como flexibilização curricular, formação continuada específica para a EJA e ampliação do apoio pedagógico e socioassistencial — apontam para a necessidade de compreender permanência e êxito para além da simples conclusão do curso.

Frigotto (2010) defende que a integração entre educação básica e profissional deve orientar-se pelo trabalho como princípio educativo, articulando ciência, cultura e tecnologia, e não se limitar à formação para a empregabilidade imediata. Saviani (2008) e Mészáros (2008) convergem ao afirmar que a educação só cumpre sua função emancipadora quando vinculada a um projeto histórico que questiona as bases da desigualdade social. Dessa forma, a permanência e o êxito na EJA-EPT devem ser compreendidos como processos de formação humana integral e de ampliação da consciência crítica dos sujeitos trabalhadores.

A análise das respostas dos docentes que atuam no Curso Técnico em Comércio integrado à EJA/EPT (PROEJA) no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí evidencia que o processo de permanência e êxito dos estudantes está relacionado a múltiplas dimensões pedagógicas, institucionais e sociais. As dificuldades apontadas pelos docentes, especialmente aquelas relacionadas às trajetórias escolares interrompidas, às condições socioeconômicas dos estudantes e à necessidade de conciliar trabalho, família e estudos, revelam as especificidades que caracterizam a Educação de Jovens e Adultos e reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as experiências e os saberes construídos ao longo da vida desses sujeitos.

## **6 PRODUTO EDUCACIONAL**

Como parte dos requisitos para a conclusão do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), exige-se a elaboração de um Produto Educacional, o qual deve materializar, de alguma forma, os resultados obtidos no desenvolvimento da pesquisa. Esse produto constitui-se como uma aplicação prática do estudo realizado, evidenciando as contribuições da investigação para o contexto educacional.

A Área de Ensino, em seu Documento de Área de 2019, define o produto educacional como

o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado (Ministério da Educação, 2019a, p.16).

### **5.1 Diretrizes adotadas na concepção do produto educacional**

Com base nas análises dos dados obtidos na pesquisa, elaborou-se um Produto Educacional voltado ao atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), denominado Protocolo de Acompanhamento Individualizado para estudantes da EJA/EPT.

O Protocolo de Acompanhamento Individualizado configura-se como um Produto Educacional voltado à promoção da permanência e do êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), no âmbito do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari. O documento tem como finalidade organizar fluxos institucionais, responsabilidades e instrumentos de acompanhamento sistemático, direcionados aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade acadêmica, social ou emocional.

Nesse contexto, a permanência e o êxito escolar não se restringem ao acesso à instituição, mas dependem da implementação de ações institucionais articuladas, capazes de promover o acompanhamento contínuo dos estudantes ao longo do processo formativo.

Assim, o acompanhamento individualizado constitui-se como uma estratégia que possibilita a identificação precoce de sinais de risco de evasão, o fortalecimento do vínculo entre estudante e instituição, a realização de intervenções pedagógicas e socioassistenciais e a construção de percursos formativos mais exitosos.

Nesse sentido, o objetivo geral do protocolo consiste em promover a permanência e o êxito dos estudantes da EJA/EPT por meio de um processo de acompanhamento sistemático e individualizado. Objetivos específicos, destacam-se: mapear fatores de risco associados à evasão escolar; desenvolver estratégias de intervenção pedagógica; articular a atuação da equipe multiprofissional; monitorar indicadores relacionados à frequência, ao desempenho acadêmico e à participação dos estudantes; bem como registrar e avaliar as ações implementadas ao longo do processo de acompanhamento.

O público-alvo deste protocolo compreende os estudantes da EJA/EPT do Campus Jaguari, bem como os docentes, a coordenação de curso, a equipe pedagógica e os profissionais da assistência estudantil, que atuam de forma integrada no acompanhamento das trajetórias acadêmicas. A atuação colaborativa desses diferentes atores institucionais é fundamental para a efetividade das ações de acompanhamento e para a construção de estratégias que favoreçam a permanência e o êxito dos estudantes.

A elaboração do protocolo fundamenta-se nas especificidades do público atendido pela EJA/EPT, composto por sujeitos cujas trajetórias educacionais frequentemente são marcadas por interrupções no percurso escolar, inserção precoce no mundo do trabalho, responsabilidades familiares e múltiplas vulnerabilidades sociais.

A implementação deste protocolo demanda o comprometimento de todos os participantes do processo educativo. A comunicação clara e a colaboração entre os setores são essenciais para cultivar um ambiente que incentive a permanência dos alunos no EJA/EPT. Além disso, é crucial que as ações sejam adaptadas à realidade e às necessidades específicas de cada instituição e comunidade.

### **5.1.1 Validação: avaliação de percepção dos participantes**

Conforme as diretrizes do ProfEPT, o produto educacional deve ser aplicado no contexto real da pesquisa, avaliado pelos participantes e validado pela Banca

Examinadora. Nesse sentido, oportunizou-se aos sujeitos da pesquisa a avaliação do material por meio de um formulário eletrônico, elaborado no Google Forms e encaminhado via e-mail institucional.

O instrumento de avaliação foi composto por seis questões, sendo quatro questões objetivas e duas questões abertas. As questões objetivas utilizaram a escala de Likert para mensuração das respostas, na qual os participantes eram convidados a escolher uma das cinco opções, conforme a escala: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Indiferente (ou neutro); 4 – Concordo; 5 – Concordo totalmente.

Além das questões objetivas, foram incluídas duas questões abertas, com o objetivo de possibilitar a manifestação espontânea dos avaliadores sobre o material. Nessas questões, os participantes foram convidados a responder: “Que aspecto do produto você considera mais positivo?” e “Sugestões de melhoria”, bem como a registrar comentários livres sobre o produto educacional.

O Produto Educacional foi amplamente bem avaliado pelos participantes, recebendo apenas sugestões pontuais de aprimoramento, com o objetivo de melhor atender às demandas relacionadas ao processo de acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA/EPT.

Destaca-se a relevância do material elaborado, evidenciada pelo índice de aprovação próximo a 100%. Essa percepção pode ser observada, por exemplo, na manifestação do participante 4:

O material apresenta linguagem clara, objetiva e adequada ao público da educação. Os conceitos são explicados de forma compreensível e o texto é organizado de maneira que facilita o entendimento dos profissionais que atuam na EJA. O layout é organizado, visualmente agradável e contribui para a leitura do material. Os elementos gráficos, quadros e seções destacadas facilitam a compreensão do conteúdo e tornam o documento mais acessível para consulta e utilização no cotidiano institucional. O protocolo apresenta grande relevância para o acompanhamento dos estudantes da EJA/EPT, especialmente considerando as especificidades desse público, cujas trajetórias muitas vezes são marcadas por interrupções escolares, responsabilidades familiares e condições de vulnerabilidade social. O material contribui para estruturar ações institucionais voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes.”

Para complementar a avaliação apresentada pelo participante anterior, destaca-se também a contribuição do participante 05: *“O diferencial da proposta que poderá contribuir muito com as instituições que ofertam EJA/EPT: a criação e organização lógica de um protocolo com a intenção de contribuir para a redução da evasão de*

*estudantes, visando o acompanhamento e participação de vários setores da instituição.”*

O participante 03 destacou a relevância dos exemplos de fichas destinadas ao atendimento e ao acompanhamento dos discentes: *“Gostei muito das fichas de atendimento e acompanhamento como materialidade das ações e registro do que foi realizado. Parabéns pelo trabalho, com certeza vai contribuir muito com o nosso dia a dia como setores de apoio e ele precisa ser compartilhado com toda a unidade.”*

O participante 06 também destacou a valorização das trajetórias de vida dos estudantes da EJA, aspecto contemplado no prefácio do material por meio do conceito de “saber de experiência feito”, elaborado por Freire (1996):

Um dos aspectos mais positivos do produto é a organização de um protocolo institucional claro para o acompanhamento individualizado dos estudantes da EJA/EPT, com definição de critérios de identificação de risco, fluxos de atuação e instrumentos de registro. Destaca-se também a valorização das trajetórias de vida dos estudantes da EJA (isso foi muito discutido na REDITEC 2025, como item básico para evolução dos PPC dos cursos PROEJA, o reconhecimento de saberes e competências destes estudantes) e a proposta de atuação integrada entre diferentes setores da instituição, o que fortalece as ações de permanência e êxito, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Entre as principais sugestões apresentadas pelos respondentes estão questões de ordem metodológica e práticas, como ilustração dos fluxos e previsão de ocorrências ou fatos concretos com possíveis dicas e sugestões para mitigar as dificuldades de permanência e êxito dos estudantes.

Entre as principais sugestões, em atenção ao respondente 03 : *Como sugestão, acho que seria interessante estabelecer já no produto um fluxo dos encaminhamentos, visto que são os professores em sala de aula que percebem, por exemplo, quando o estudante não está vindo na aula.* Para essa sugestão construímos um infográfico ilustrativo com o auxílio da Inteligência Artificial. Essa ilustração fará parte do Produto Educacional como anexo.

Outra sugestão do participante 04 :

Como sugestão de aprimoramento, poderia ser incluída uma seção com exemplos práticos de aplicação do protocolo ou estudos de caso, ilustrando situações reais de acompanhamento de estudantes da EJA. Também seria interessante acrescentar orientações específicas para contextos rurais e para estudantes trabalhadores, realidade bastante presente na EJA do Campus Jaguari, além de sugestões de estratégias pedagógicas que possam apoiar os docentes no acompanhamento desses estudantes.

Ademais sobre a previsão de contextos e situações práticas numa instituição de Tipologia agrícola, sugerimos que seja formalizado um Setor de Permanência e Êxito para tratar das especificidades da EJA/EPT para além da mera formalidade de grupo composto por Portaria para como Programa de Permanência e Êxito.

Notadamente o enfrentamento das complexidades envolvidas tanto no Acesso, como na Permanência e Êxito dos discentes na EJA, exige um trabalho amplo, dialogado e multissetorial para que os estudantes possam ser assistidos em suas demandas reais, considerando que na formação omnilateral, de cuidar todas as dimensões de todas as pessoas, há na configuração da Rede Federal diferentes profissionais e setores que se bem ordenados, conseguem tratar esses desafios de ordem prática, com cientificidade e maior rigor.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente estudo teve como objetivo geral investigar os fatores que influenciam a permanência e o êxito dos estudantes da EJA/EPT no IFFar – Campus Jaguari, com o intuito de contribuir para a mitigação das causas da evasão escolar. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental e da aplicação de questionários a discentes e docentes do curso, sendo os dados examinados à luz da Análise de Conteúdo.

Os resultados permitiram identificar os principais fatores envolvidos, bem como subsidiaram a proposição de ações e a elaboração de um produto educacional voltado à permanência e ao êxito dos estudantes, articulando os diferentes setores pedagógicos envolvidos nesse processo.

Na pesquisa, realizou-se inicialmente a análise documental de documentos institucionais, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (Proeja), o que revelou tensões significativas, diversas contradições entre a base epistêmica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a sua prática institucional. Percebe-se uma perspectiva hegemônica que reduz o sentido da EJA/EPT à mera profissionalização, como uma resposta à "necessidade" de inserção no mercado. Essa visão é evidenciada pela insistência na expressão "mercado de trabalho" em detrimento da noção mais abrangente e humanizadora do "mundo do trabalho" e da essencialidade do Trabalho como Princípio Educativo. Essa limitação conceitual sugere uma falta de aderência aos princípios da formação omnilateral e politécnica que deveriam nortear o Proeja.

No que tange à Permanência e ao Êxito, os dados apontam para um desafio estrutural. A taxa de evasão do IFFAR é alta, atingindo 22% no geral (Relatório 2023), e o Proeja tem uma meta ambiciosa de redução (de 20,2% para 13% até 2026, conforme o PDI - Objetivo Estratégico 7, Meta 5). No entanto, o Programa de Permanência e Êxito (PPE), implementado em 2014 por determinação do TCU, e não por iniciativa institucional, ainda opera sob uma lógica programática, dissociada da gestão cotidiana dos cursos. A ausência de metodologias claras, instrumentos sistemáticos de controle (SAP, CGE e coordenação de curso) e uma cultura de acompanhamento efetivo impede que a permanência e o êxito se estabeleçam como uma estratégia de gestão curricular.

Ademais, embora o IFFAR tenha recolocado a EJA/EPT como ação prioritária no PDI (2019-2026) e se esforce para atingir o mínimo legal de oferta de 10% das vagas (embora nem todos os *campi* o façam), a plena concretização do programa exige uma profunda retomada conceitual. Notadamente, boa parte dos campi do IFFar não ofertam EJA, e isso não é apenas a desconsideração da Lei de Criação dos Institutos Federais, revela, em tese, uma perspectiva hegemônica e contraditória, de não considerarmos em nossa práxis o que está previsto no estatuto legal e epistêmico da criação da Rede Federal. É fundamental que a definição de Trabalho como Princípio Educativo seja resgatada com mais vigor e rigor para que a Permanência e o Êxito decorram não apenas de uma exigência legal ou programa isolado, mas que seja pilar intrínseco e sistemático da gestão pedagógica de cada curso em todas as unidades da Rede Federal.

A análise das respostas dos estudantes do PROEJA/EPT do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí também indicam que a Permanência no curso está fortemente associada ao apoio pedagógico, ao insubstituível trabalho do coordenador de curso, com práxis do acolhimento institucional e às relações construídas no ambiente escolar, aspectos que dialogam com a concepção de educação como prática dialógica e emancipadora, conforme defendida por Freire (1996).

Ao mesmo tempo, as dificuldades relatadas — especialmente a conciliação entre trabalho, família e estudos — evidenciam as condições concretas que atravessam a vida dos estudantes trabalhadores, revelando as contradições presentes na relação entre educação e trabalho na sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2008).

Nessa perspectiva, os dados reforçam a importância do PROEJA enquanto política pública que busca superar a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). A formação integrada, fundamentada no trabalho como princípio educativo, não se limita à preparação para o mercado de trabalho, mas orienta-se para a compreensão crítica do mundo do trabalho e para a formação humana integral (FRIGOTTO, 2001; CIAVATTA, 2005). Assim, o curso é reconhecido pelos estudantes como espaço de aprendizagem, qualificação e transformação social, contribuindo para o fortalecimento de sua autonomia e de sua participação na vida social.

A análise das respostas dos docentes que atuam no Curso Técnico em Comércio integrado à EJA/EPT (PROEJA) no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí evidencia que o processo de permanência e êxito dos estudantes está relacionado a múltiplas dimensões pedagógicas, institucionais e sociais.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa dialogam com a perspectiva de educação defendida por Paulo Freire, para quem a prática educativa deve partir da realidade concreta dos educandos, reconhecendo-os como sujeitos históricos do processo educativo. Como afirma o autor, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (Freire, 1996). Essa concepção reforça a importância de uma prática pedagógica baseada no diálogo, na problematização da realidade e na valorização dos saberes dos estudantes da EJA.

Ao mesmo tempo, os resultados indicam a necessidade de compreender a educação profissional integrada à EJA para além de uma lógica instrumental voltada apenas às demandas imediatas do mercado. Nessa direção, as contribuições de Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta destacam que a educação profissional deve estar vinculada a uma formação humana integral, na qual o trabalho é compreendido como princípio educativo. Conforme afirmam os autores, “o trabalho, enquanto princípio educativo, constitui mediação fundamental no processo de formação humana, pois é por meio dele que os sujeitos produzem a própria existência e transformam a realidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Essa compreensão também se aproxima das reflexões de Antonio Gramsci, ao defender uma escola comprometida com a formação omnilateral dos sujeitos, superando a separação entre trabalho manual e intelectual. Para o autor, a educação deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social e atuar na sua transformação (Gramsci, 2001).

De forma complementar, Dermeval Saviani enfatiza que a função social da escola consiste em garantir aos estudantes o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, possibilitando que os sujeitos se apropriem desses conhecimentos como instrumentos de compreensão e intervenção na realidade. Segundo o autor, “a educação é mediação no seio da prática social global” (Saviani, 2008) o que reforça o papel da escola na formação crítica dos sujeitos.

Assim, os resultados da pesquisa evidenciam que a permanência e o êxito dos estudantes no PROEJA/EPT estão diretamente relacionados à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral e com o reconhecimento das trajetórias de vida dos sujeitos da EJA. Nesse sentido, a proposta de educação profissional integrada reafirma seu potencial como espaço de formação para o mundo do trabalho, compreendido em sua dimensão histórica, social e humana, contribuindo para a ampliação das possibilidades de participação social, emancipação e exercício da cidadania pelos estudantes.

Como contribuição prática, a pesquisa resultou na elaboração de um produto educacional no formato de um Protocolo de Acompanhamento Individualizado, voltado aos estudantes da EJA/EPT. O público-alvo deste protocolo compreende os discentes da EJA/EPT do Campus Jaguari, bem como os docentes, a coordenação de curso, a equipe pedagógica e os profissionais da assistência estudantil, que atuam de forma articulada no acompanhamento das trajetórias acadêmicas dos estudantes.

A apresentação do produto educacional aos setores envolvidos no processo formativo recebeu uma devolutiva bastante positiva, evidenciando sua pertinência para o contexto institucional. Além disso, há a perspectiva de ampliação dessa socialização, com a apresentação do protocolo ao público geral do campus, possibilitando maior conhecimento e apropriação da proposta pelos diferentes atores institucionais.

Para além dos achados previstos e da elaboração do produto educacional, a pesquisa também evidenciou elementos que abrem possibilidades para novas investigações e intervenções institucionais. Entre eles, destaca-se a proposição da criação de um setor de permanência e êxito no Campus Jaguari, com o objetivo de auxiliar no atendimento de demandas mais específicas relacionadas às trajetórias acadêmicas dos estudantes. Tal iniciativa poderia contar com profissionais tecnicamente capacitados para atuar nessa temática, atendendo não apenas ao público da EJA/EPT, mas também aos demais cursos ofertados pelo campus.

Entende-se que intervenções iniciais, tanto por parte dos docentes quanto da equipe pedagógica, podem contribuir de maneira significativa para a identificação precoce de dificuldades e para a implementação de estratégias que auxiliem na mitigação dos processos de evasão nos cursos do IFFar.

Adicionalmente, considerando uma das sugestões apresentadas no questionário de validação do produto educacional, aponta-se a possibilidade de, em estudos futuros, aplicar o protocolo em turmas específicas, acompanhando de forma sistemática sua implementação. Tal experiência permitiria produzir exemplos práticos de aplicação, avaliar sua eficácia e, conseqüentemente, aprimorar o instrumento, ampliando as possibilidades de exploração desse protocolo em futuras pesquisas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos.

## REFERÊNCIAS

ALMIRANTE, Angelamar Gonçalves de. **Permanência e êxito dos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Roraima/Campus Boa Vista Zona Oeste**. 2021. 115f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- Profept) - IFRR/CBV,Boa vista-RR.

ANDRIGHETTO, M. J.; MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na EJA EPT: considerações com base em estudo de uma realidade**. Roteiro, [S. l.], v. 47, p. e27385, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.27385. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27385>. Acesso em: 6 agost. 2024.

ARROYO, Miguel G. . **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1N\\_x21Q9H\\_b5zmpSZHG4RohZc6FKCiEcG/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1N_x21Q9H_b5zmpSZHG4RohZc6FKCiEcG/view?usp=sharing). Acesso em 04 jul.2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel. **Formação docente: por uma atuação humanística na educação de jovens e adultos**. 2020.147f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- Profept) - IFPR, Curitiba-PR,.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019a**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11. 892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho e educação: relações e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 83-105, 2005.

CIAVATTA, Maria. 2005 - **A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE**. (2005). *Revista Trabalho Necessário* 3(3). <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>

Deluiz, N., & Pinto, J. M. **Educação Profissional e Tecnológica: Políticas, Práticas e Perspectivas**. Editora Cortez, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos: desafios e perspectivas. São Paulo: Ação Educativa, 2010.

Dominguez, Enriete Cogo. **Um olhar sobre a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica no contexto das políticas públicas educacionais do IFFar - Campus São Vicente do Sul**. 2021. 165f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica-ProfepT) - IFFar, Jaguarí – RS.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (2001). Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, 19(1), 71–87

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Editora Cortez, 2008.

GRAMSCI, A.. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **IFFar coordena elaboração de Programa de Permanência e Êxito da Rede Federal**. Disponível em : <https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/38301-iffar-coordena-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-programa-de-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-da-rede-federal>. Acesso em 17 fev. 2025.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Portaria nº 60.2024- RECOMPOR** a Portaria da Comissão de Gestão Local do Programa Permanência e Êxito do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Portaria 928/2024** - Comissão de Gestão Institucional do Programa de Permanência e Êxito -PPE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha-IFFar.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **O PROGRAMA EJA-EPT – IFFAR** , Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/programa-eja-ept>. Acesso em 25 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **O Projeto Pedagógico do curso Técnico em comércio integrado EJA/EPT (Proeja)**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/campus-jaguari>. Acesso em 26 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Projeto Pedagógico Do Curso Técnico Em Agroindústria Integrado Proeja**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-jaguari> . Acesso em 21 set.2024

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **O Projeto Pedagógico do curso Curso de Formação Inicial e Continuada Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de Eja/Ept(Proeja Fic)**. Disponível em : <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-jaguari> . Acesso em 22 set.2024

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Programa Permanência e Êxito (PPE)**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ppe#normativas> . Acesso em 23 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Relatório Da Situação De Matrículas, Permanência e Êxito nos Cursos Técnicos e de Graduação, ano letivo 2023**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ppe#relat%C3%B3rios> . Acesso em 21 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Resolução Consup nº 178/2014 - Aprova o Projeto do Programa de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFar**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/36153-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-do-programa-de-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-e-studentes-do-iffar> . Acesso em 02 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - **Resolução CONSUP/IFFAR Nº 70/2023**. Revoga a Resolução nº 178/2014 e aprova o Regulamento do Programa de Permanência e Êxito do IFFar. **Disponível em:** <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es?layout=category>. Acesso em

JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. 4 ed. Campinas, SP: Editora Alínea,2011

LEITE, Karina Priscila Aparecida Pinto. **Permanência e êxito dos egressos do Proeja no câmpus Sertãozinho do IFSP: um resgate histórico**. 2020, 175f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- Profept) - IFSP, Sertãozinho - SP

MEC. Ministério da Educação. **Boletim MEC #111- MEC cria comitê com foco no acesso, acesso, permanência e êxito dos estudantes**. Disponível em : <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/comite-focara-acesso-permanencia-e-exito-dos-estudantes#:~:text=Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20objetivo%20do%20MEC,o%20%C3%Aaxito%20em%20sua%20forma%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 17 fev. 2025

MEC. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2014, 52p. Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 21 set. 2024.

MEC. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 962, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021- Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-962-de-1-de-dezembro-de-2021-364154550>. Acesso em 21 jun.2024.

MEC. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2025 - **Instituir o Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CAPE).** Disponível em : <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1-de-2-de-janeiro-de-2025-605435287>. Acesso em 17 fev. 2025

MEC. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio. **Documento Base.** Brasília: MEC/SETEC, 2007. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/proeja/publicacoes-do-proeja>. Acesso em 21 set. 2024.

MEC - Ministério da Educação - PROEJA - **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/259-programas-e-acoes-1921564125/proeja-406236091/12288-programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja?Itemid=562>. Acesso em 20 set. 2024.

**MEC - Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE: 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Brasília: MEC, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 23 jul. 2025.

**MEC - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2000. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MÉSZÁRÓS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. **O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira.** Revista Eixo, V. 10, nº 1, p. 46-52, 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação. Anped: set/out/nov/dez de 1999. nº 12.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional transformadora,** IFRN, 2015.

RAMOS, Marise. **Educação profissional e tecnológica: integração e formação humana.** São Paulo: Cortez, 2014.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. In: BRASIL. Ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2008

RODRIGUES, Ricardo Antonio. **GLOSSÁRIO SOBRE TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2024. Autores: Liliana Soares Ferreira - Ana Sara Castaman - Silvia de Siqueira - Marcos José Andrighetto (Orgs.) Verbete: "Trabalho como princípio educativo" - p. 412-414.

SANTOS, Juliane dos. **Por que ficam os que ficam? Permanência e desistência de estudantes do PROEJA do Instituto Federal de Sergipe Campus Aracaju**. 2020. 188f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- Profept) - IFS, Aracaju/SE.

SANT'ANA, Wallace Pereira. et al. Reflexões sobre a Articulação e Integração Entre Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos - **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n° 2, p. 22-36, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan. /abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

**SAVIANI, Dermeval**. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SUSKI, Cássio; et al. **Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica**. Scientia Vitae, v.11, n.33, ano 8, p. 30-49, abr./maio/jun. 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1H\\_V6\\_DAIKVFfe4XT9-AiK8C\\_UhAJZZzex/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1H_V6_DAIKVFfe4XT9-AiK8C_UhAJZZzex/view?usp=drive_link). Acesso em 21 jun.2024

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO- **ACÓRDÃO 986/2024 - PLENÁRIO- Relatório de Auditoria**. Disponível Em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2641961/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2641961/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0) . Acesso em 07 out. 2024.

PROTOCOLO DE ACOMPANHAMENTO  
INDIVIDUALIZADO

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEBORA GABRIEL DE MELO  
RICARDO ANTONIO RODRIGUES



**PROFEPT**

MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL  
Farroupilha



**Produto Educacional**  
**Permanência e Êxito na EJA/EPT**  
**Ano: 2026**

# Ficha técnica

**Debora Gabriel de Melo**  
**Ricardo Antonio Rodrigues**

Projeto gráfico e diagramação

**Debora Gabriel de Melo**

**Mestrado Profissional em Educação Profissional e  
Tecnológica (ProfEPT)**

**Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação  
Profissional e Tecnológica**

**Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais  
e não formais de ensino na EPT**



**Abril/2026**



## FICHA CATALOGRÁFICA

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

#### Ficha catalográfica Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528p Melo, Debora Gabriel de  
Protocolo de acompanhamento individualizado :  
educação de jovens e adultos / Debora Gabriel de Melo,  
Ricardo Antonio Rodrigues. – Jaguarí, 2026.  
22 f. : il.

Essa obra é um produto educacional desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2026.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ensino profissional.  
3. Ensino técnico. 4. Formação profissional. 5. Educação para o trabalho. 6. Programas de ação afirmativa na educação.  
I. Rodrigues, Ricardo Antonio. II. Título.

CDU: 377

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

# Autores

## Debora Gabriel de Melo

Servidora pública do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Campus Jaguari/RS. Mestranda no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Integra o Grupo de Pesquisa Ética, Epistemologia e Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica.

Especialista em Gestão Pública Municipal pela UAB/UNIPAMPA, Polo de Cacequi/RS, e graduada em Gestão Pública pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Campus São Vicente do Sul/RS.



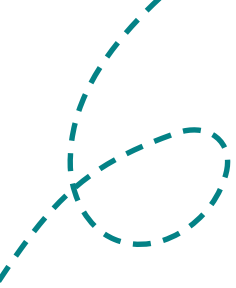
## Ricardo Antonio Rodrigues

Doutor em Filosofia, Metafísica e Epistemologia (PUCRS, 2011). Mestre em Filosofia, Ética e Filosofia Social (UNISINOS, 2003). Especialista em Metodologia do Ensino, Interdisciplinaridade (UPF, 1999). Licenciado em Filosofia (Sociologia e Psicologia). Docente de Filosofia no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. Professor do Quadro Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - IFFar - Polo Campus Jaguari.



## Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>6</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>9</b>
<b>Público Alvo.....</b>	<b>9</b>
<b>Critérios para avaliação.....</b>	<b>10</b>
<b>Metodologia de Aplicação do Protocolo .....</b>	<b>11</b>
<b>Instrumentos de Acompanhamento.....</b>	<b>14</b>
<b>Orientações para Implementação do Protocolo.....</b>	<b>19</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>20</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo I .....</b>	<b>22</b>



# Prefácio

A Educação de Jovens e Adultos é constituída por sujeitos que carregam trajetórias de vida marcadas por experiências diversas, muitas vezes permeadas por interrupções no percurso escolar. Nesse sentido, reconhecer os saberes construídos ao longo dessas trajetórias torna-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e significativas.

Paulo Freire (1996) contribuiu de forma significativa para ampliar a visibilidade da Educação de Jovens e Adultos, destacando em suas obras a relevância do “saber de experiência feito”. Muitas vezes, persiste a ideia — inclusive entre os próprios estudantes — de que o período em que permaneceram afastados da escola representa um tempo perdido. No entanto, sob uma perspectiva pedagógica dialógica e democrática, compreende-se que nenhum tempo é perdido, pois cada experiência vivida constitui um processo de aprendizagem.

O conceito de “saber de experiência feito”, elaborado por Freire (1996), refere-se justamente aos conhecimentos construídos pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias de vida, em contextos como o trabalho, a família e as relações sociais. Esses saberes precisam ser reconhecidos e valorizados no processo educativo, sem serem considerados inferiores ao conhecimento científico. Nesse sentido, reconhecer e valorizar as trajetórias, os saberes e as práticas sociais de jovens e adultos contribui para o fortalecimento de competências socioemocionais e para a construção de práticas pedagógicas mais dialógicas e democráticas.

Além disso, a Educação de Jovens e Adultos apresenta potencialidades que ultrapassam os limites de sua própria modalidade, podendo inspirar reflexões e estratégias pedagógicas relevantes para diferentes contextos educacionais.

## Apresentação

O Protocolo de Acompanhamento Individualizado configura-se como um Produto Educacional voltado à promoção da permanência e do êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), no âmbito do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí.

O documento tem como finalidade organizar fluxos institucionais, responsabilidades e instrumentos de acompanhamento sistemático, direcionados aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade acadêmica, social ou emocional.

Dessa forma, busca-se contribuir para a prevenção da evasão escolar e para o fortalecimento das trajetórias formativas no contexto da EJA/EPT.



## Introdução

A elaboração deste protocolo fundamenta-se nas especificidades do público atendido pela EJA/EPT, composto por sujeitos cujas trajetórias educacionais frequentemente são marcadas por interrupções no percurso escolar, inserção precoce no mundo do trabalho, responsabilidades familiares e múltiplas vulnerabilidades sociais.

Nesse contexto, a permanência e o êxito escolar não se restringem ao acesso à instituição, mas dependem da implementação de ações institucionais articuladas, capazes de promover o acompanhamento contínuo dos estudantes ao longo do processo formativo.

Assim, o acompanhamento individualizado constitui-se como uma estratégia que possibilita a identificação precoce de sinais de risco de evasão, o fortalecimento do vínculo entre estudante e instituição, a realização de intervenções pedagógicas e socioassistenciais e a construção de percursos formativos mais exitosos.

## OBJETIVOS

Nesse sentido, o objetivo geral do protocolo consiste em promover a permanência e o êxito dos estudantes da EJA/EPT por meio de um processo de acompanhamento sistemático e individualizado.

Objetivos específicos, destacam-se: mapear fatores de risco associados à evasão escolar; desenvolver estratégias de intervenção pedagógica; articular a atuação da equipe multiprofissional; monitorar indicadores relacionados à frequência, ao desempenho acadêmico e à participação dos estudantes; bem como registrar e avaliar as ações implementadas ao longo do processo de acompanhamento.



## PÚBLICO ALVO

O público-alvo deste protocolo compreende os estudantes da EJA/EPT do Campus Jaguari, bem como os docentes, a coordenação de curso, a equipe pedagógica e os profissionais da assistência estudantil, que atuam de forma integrada no acompanhamento das trajetórias acadêmicas.

A atuação colaborativa desses diferentes atores institucionais é fundamental para a efetividade das ações de acompanhamento e para a construção de estratégias que favoreçam a permanência e o êxito dos estudantes.

## CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

Para a identificação dos estudantes que necessitam de acompanhamento mais sistemático, foram definidos alguns critérios que indicam situações de possível risco de evasão.

Entre esses critérios, destacam-se:

Frequência inferior a 75%, queda significativa no desempenho acadêmico, relatos ou indícios de dificuldades emocionais ou sociais, dificuldades relacionadas à conciliação entre trabalho e estudo, bem como a manifestação explícita de intenção de desistência do curso.

A identificação desses indicadores possibilita que a instituição atue de forma preventiva e interventiva, oferecendo suporte pedagógico e institucional aos estudantes, com vistas à continuidade e à conclusão de seus percursos formativos.



## METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

A aplicação do Protocolo de Acompanhamento Individualizado ocorre por meio de um processo sistemático de identificação, acompanhamento e intervenção junto aos estudantes da EJA/EPT que apresentam indícios de vulnerabilidade acadêmica, social ou emocional.

O processo inicia-se com a identificação de estudantes em situação de risco de evasão, a partir da análise de indicadores como frequência, desempenho acadêmico, participação nas atividades e relatos de dificuldades pessoais, familiares ou profissionais.

A identificação pode ser realizada pelos docentes, pela coordenação de curso, pela equipe pedagógica ou pelos profissionais da assistência estudantil. Após essa identificação inicial, o estudante é encaminhado para acompanhamento, sendo registrado em instrumento específico de monitoramento.



## METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

Em seguida, é realizada uma escuta inicial com o estudante, com o objetivo de compreender sua situação, identificar os fatores que estão impactando sua trajetória acadêmica e estabelecer estratégias de apoio. Essa escuta pode ser conduzida pela equipe pedagógica, pela coordenação do curso ou por profissionais da assistência estudantil, conforme a natureza da demanda apresentada.

Com base nas informações coletadas, são definidas estratégias de intervenção que podem envolver apoio pedagógico, orientação acadêmica, encaminhamento para atendimento psicológico ou social, flexibilização de atividades quando necessário e acompanhamento contínuo da frequência e do desempenho escolar. Durante esse processo, busca-se fortalecer o vínculo institucional do estudante e promover condições que favoreçam sua permanência e êxito no curso.



## METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DO PROTOCOLO

O acompanhamento ocorre de forma contínua, por meio de registros periódicos das ações realizadas e da evolução da situação do estudante. Ao final do processo, realiza-se uma avaliação das intervenções implementadas, verificando se houve melhora nos indicadores acadêmicos e na participação do estudante nas atividades escolares.



## Instrumentos de Acompanhamento

Os instrumentos de acompanhamento constituem ferramentas importantes para o registro e o monitoramento da trajetória escolar dos estudantes da EJA/EPT. Sua utilização possibilita identificar dificuldades, orientar intervenções pedagógicas e apoiar ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes.

A seguir, apresentam-se algumas sugestões de instrumentos que podem auxiliar nesse processo, como ficha de identificação do estudante, ficha de registro de atendimento(escuta qualificada), plano de acompanhamento individual e ficha de monitoramento.

Figura 1. Instrumentos de acompanhamento

## Instrumentos de Acompanhamento



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2026).

## Instrumentos de Acompanhamento

### Ficha de Identificação do Estudante

Documento que reúne informações básicas do estudante, como curso, turma, situação acadêmica e motivo da inclusão no protocolo de acompanhamento.

Figura 2 - Ficha de Identificação do Estudante

<p><b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO ESTUDANTE</b></p> <p>Curso: _____</p> <p>Turma: _____ Turno: _____</p> <p>Nome do(a) estudante: _____</p> <p>Idade: _____ Telefone: _____</p> <p>Docente/Servidor(a) que realiza o encaminhamento: _____</p> <p>Data: ____ / ____ / ____</p> <p><b>1. Motivo do Encaminhamento</b></p> <p><input type="checkbox"/> Baixa frequência</p> <p><input type="checkbox"/> Queda no rendimento</p> <p><input type="checkbox"/> Dificuldade de aprendizagem</p> <p><input type="checkbox"/> Questões emocionais</p> <p><input type="checkbox"/> Problemas familiares</p> <p><input type="checkbox"/> Dificuldade de conciliar trabalho e estudo</p> <p><input type="checkbox"/> Intenção de desistência</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p><b>2. Descrição da Situação Observada</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do(a) responsável pelo encaminhamento: _____</p>
--

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2026).

## Instrumentos de Acompanhamento

### Ficha de Registro de Atendimento(Escuta Qualificada)

Instrumento destinado ao registro das conversas realizadas com o estudante, bem como das orientações e encaminhamentos realizados pela equipe institucional.

Figura 3 - Ficha de Registro de Atendimento(Escuta Qualificada)

Nome do(a) estudante: _____
Data da entrevista: ___ / ___ / ___
Responsável pela escuta: _____
<b>1. Relato do(a) estudante</b>
_____
_____
<b>2. Principais dificuldades apontadas</b>
( ) Acadêmicas
( ) Financeiras
( ) Transporte
( ) Trabalho
( ) Saúde
( ) Organização do tempo
( ) Familiares
( ) Outras: _____
<b>3. Potencialidades identificadas</b>
_____
_____
<b>4. Encaminhamentos sugeridos</b>
_____
_____
Assinaturas:
Estudante: _____
Servidor(a): _____

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2026).

# Instrumentos de Acompanhamento

## Plano de Acompanhamento Individual

Documento que descreve as estratégias de intervenção definidas para o estudante, estabelecendo ações, responsáveis e prazos para acompanhamento.

Figura 4 - Plano de Acompanhamento Individual

PLANO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL (PAI)			
Nome do(a) estudante: _____			
Curso/Turma: _____			
<b>1. Objetivo do acompanhamento</b>			
_____			
<b>2. Estratégias Definidas</b>			
Estratégia	Responsável	Prazo	Status
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
<b>3. Apoio Institucional Envolvido</b>			
<input type="checkbox"/> Coordenação de Curso			
<input type="checkbox"/> Pedagógico			
<input type="checkbox"/> Assistência Estudantil			
<input type="checkbox"/> Psicologia (se houver)			
<input type="checkbox"/> Docentes			
<input type="checkbox"/> Outro: _____			
<b>4. Data prevista para reavaliação: ___ / ___ / ____</b>			
<b>Assinaturas:</b>			
Coordenação: _____			
Estudante: _____			

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2026).

## Instrumentos de Acompanhamento

### Ficha de Monitoramento

Utilizada para acompanhar a evolução do estudante ao longo do período de acompanhamento, registrando indicadores como frequência, desempenho acadêmico e participação nas atividades.

Figura 5 - Ficha de Monitoramento

FICHA DE MONITORAMENTO				
Nome do(a) estudante: _____				
Período de acompanhamento: _____				
Data	Frequência	Situação Acadêmica	Observações	Responsável
Avaliação Parcial				
Decisão				
<input type="checkbox"/> Manter acompanhamento <input type="checkbox"/> Intensificar intervenções <input type="checkbox"/> Encerrar acompanhamento				
Data: ___ / ___ / ____				
Assinatura: _____				

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa (2026).

## Orientações para Implementação do Protocolo

Figura 6 - Orientações para Implementação do Protocolo.

Etapa	Ação Institucional	Responsáveis	Objetivo
<b>1. Socialização do Protocolo</b>	Apresentação do protocolo à comunidade acadêmica (docentes, coordenação, equipe pedagógica e assistência estudantil).	Coordenação de curso / Gestão do campus	Sensibilizar os profissionais sobre a importância do acompanhamento sistemático dos estudantes da EJA/EPT.
<b>2. Organização da equipe responsável</b>	Constituição de equipe institucional responsável pela condução do acompanhamento.	Coordenação de curso, docentes, equipe pedagógica e assistência estudantil	Definir responsabilidades e estabelecer fluxo de comunicação entre os setores envolvidos.
<b>3. Definição dos fluxos de acompanhamento</b>	Estabelecimento de procedimentos para identificação, registro e acompanhamento dos estudantes.	Equipe responsável pelo protocolo	Garantir organização e padronização das ações institucionais.
<b>4. Sistematização das informações</b>	Utilização de instrumentos de registro como fichas de acompanhamento, formulários de atendimento e planilhas de monitoramento.	Equipe pedagógica / coordenação	Organizar os dados e acompanhar a evolução dos estudantes ao longo do processo formativo.
<b>5. Análise coletiva das situações</b>	Discussão dos casos em reuniões pedagógicas e conselhos de classe.	Docentes, coordenação e equipe pedagógica	Construir estratégias pedagógicas e institucionais para favorecer a permanência e o êxito.
<b>6. Articulação com políticas institucionais</b>	Integração com assistência estudantil, apoio pedagógico e projetos institucionais voltados à EJA/EPT.	Gestão institucional e setores envolvidos	Fortalecer as ações de permanência e garantir o direito à educação e à conclusão do curso.

## Conclusão

A elaboração do Protocolo de Acompanhamento Individualizado constitui uma estratégia institucional voltada à promoção da permanência e do êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT).

Considerando as especificidades dos sujeitos da EJA, marcadas por trajetórias escolares interrompidas e múltiplas responsabilidades sociais e profissionais, torna-se fundamental que as instituições desenvolvam mecanismos de acompanhamento que contribuam para o fortalecimento de suas trajetórias formativas. Nesse sentido, conforme destaca Arroyo (2017), a EJA deve ser compreendida como um campo de direitos que reconhece os saberes e as experiências dos sujeitos que retornam à escola.

Ao organizar fluxos institucionais, instrumentos de registro e estratégias de intervenção, o protocolo contribui para a identificação precoce de estudantes em situação de vulnerabilidade acadêmica e social, possibilitando ações pedagógicas e institucionais mais efetivas.

Dessa forma, reforça-se a importância do trabalho articulado entre docentes, equipe pedagógica e assistência estudantil, aspecto fundamental para a consolidação de práticas educativas comprometidas com a formação integral, conforme discutem Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2012).

Assim, espera-se que este Produto Educacional contribua para o fortalecimento das ações institucionais voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes da EJA/EPT, podendo também servir como referência para outras instituições que atuam nesse campo educativo.



## Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2014.

ClAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

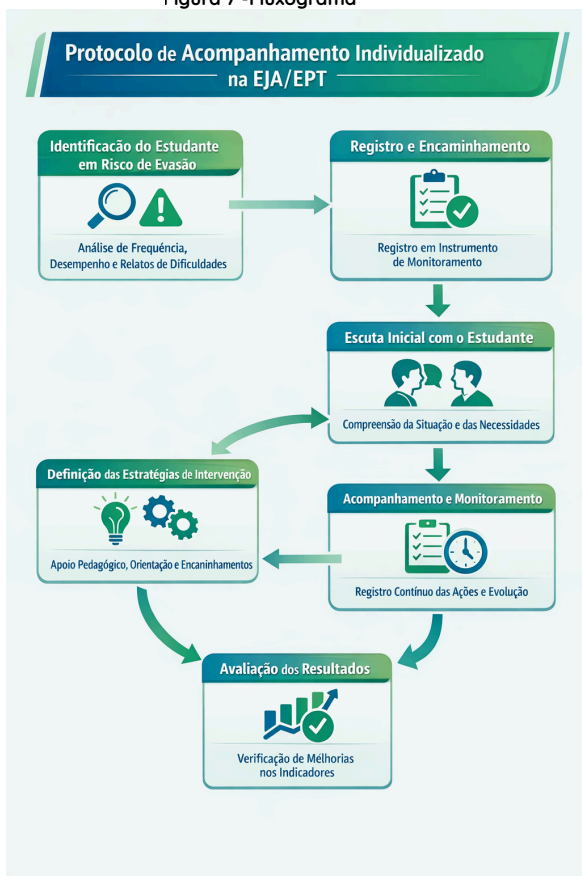
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf> ,  
Acesso em 10 de marc.2026;

[https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category\\_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em 09 de marc.2026;

# ANEXO - I

Figura 7 - Fluxograma



Fonte: Elaboração própria (2026), com auxílio da IA

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Prezado(a)

Esse questionário de pesquisa faz parte da minha dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari , sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues e tem como objetivo investigar os fatores que afetam a permanência e o êxito dos alunos da EJA/EPT no IFFAR Jaguari, para mitigar as causas da evasão escolar.

Desde já, agradeço.

Debora Gabriel de Melo  
Pesquisadora Responsável

---

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail \*

---

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Pesquisador Responsável:** Debora Gabriel de Melo

**Telefone para Contato:** (55) 99916-4186

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

**Telefone para Contato:** (55) 99963-6498

**E-mail:** [ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br).

**IF Farroupilha - *Campus Jaguari***

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

**E-mail do Pesquisador Responsável:** [debora.melo@iffarroupilha.edu.br](mailto:debora.melo@iffarroupilha.edu.br)

### **Prezado(a) participante!**

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO". O objetivo da pesquisa é coletar dados que possibilitem investigar os fatores que afetam a permanência e o êxito dos alunos da EJA/EPT no IFFAR Jaguari, para mitigar as causas da evasão escolar.

Sua participação envolve responder ao questionário semiestruturado online, desenvolvido no *Google Forms*. Os dados serão coletados automaticamente de forma digital (on-line). Você tem toda a liberdade para optar por sua participação voluntária no estudo, bem como pela desistência, em qualquer momento da pesquisa. A decisão em não participar da pesquisa ou eventual desistência não acarretará em nenhum prejuízo ao pesquisador ou à instituição proponente.

A participação nesta pesquisa não gerará custo aos participantes da pesquisa bem como não haverá compensação financeira aos mesmos. Embora talvez você não tenha benefícios diretos pela participação, de forma indireta estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos podendo causar desconforto e ansiedade durante o preenchimento dos questionários. Durante a aplicação dos questionários on-line, caso você tenha dúvidas ou sinta qualquer desconforto decorrente da pesquisa, poderá a qualquer momento solicitar o auxílio da pesquisadora que estará à disposição do participante e fará os encaminhamentos necessários.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. Embora sejam aplicados todos os esforços para manter o anonimato e garantir o sigilo dos participantes, por se tratar de uma população restrita, não é possível garantir o pleno anonimato.

Os dados coletados constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador do projeto por cinco anos. Depois desse prazo, os dados serão destruídos.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Debora Gabriel de Melo (estudante de mestrado) e Ricardo Antonio Rodrigues (professor responsável).

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) através do telefone (55) 99916-4186 e/ou (55) 99963-6498 ou pelos e-mails: [debora.melo@iffarroupilha.edu.br](mailto:debora.melo@iffarroupilha.edu.br) e/ou [ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br);

Para dúvidas sobre aspectos éticos poderá ser contactado o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP IF Farroupilha pelo e-mail: [cep@iffarroupilha.edu.br](mailto:cep@iffarroupilha.edu.br) e/ou através do telefone: (55) 3218 9850.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica. A razão de sua existência, direciona-se na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

O encaminhamento dos projetos para avaliação ocorre por meio da Plataforma Brasil. Mais informações podem ser obtidas no site da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa - CONEP ou pelo e-mail [cep@iffar.edu.br](mailto:cep@iffar.edu.br).

O CEP do IFFAR é composto por representantes das áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Lingüística, Letras e Artes, além de uma secretária ou secretário, e dois(duas) representantes dos participantes de pesquisa (integrantes externos). Os protocolos de pesquisa submetidos à apreciação do CEP via Plataforma Brasil passam por três etapas fundamentais: 1-Verificação Documental; 2-Relatoria; 3-Parecer do colegiado.

## 2. TERMO DE CONSENTIMENTO

\*

Eu, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e confirmo que Debora Gabriel de Melo, inscrita no CPF nº 011.857.600-32 e RG nº 2082984994, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

*Marcar apenas uma oval.*

Aceito participar da pesquisa

Prefiro não participar

### Informações Gerais:

3. **Qual a sua idade?** \*

---

4. **Qual é o seu gênero?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Masculino

Feminino

Prefiro não responder

Outro:

\_\_\_\_\_

5. **Qual curso você está fazendo no PROEJA/EPT?** (escreva o nome do curso)

---

6. **Em que período você ingressou no PROEJA/EPT? Ano/Semestre:** \_\_\_\_\_  
(Exemplo: 2023/1, 2024/2)

---

### Parte 1: Motivação e Expectativas

7. 1. O que fez você decidir se inscrever no PROEJA/EPT? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Queria terminar os estudos e conseguir um certificado
- Queria aprender uma profissão para conseguir trabalho
- Meu trabalho exige que eu tenha mais qualificação
- Quero um emprego melhor depois de terminar o curso
- Me interessei porque o curso oferece ajuda de custo (como auxílio transporte, alimentação, etc.)
- Outro:  
\_\_\_\_\_

8. 2. **Quais são suas expectativas em relação ao curso?**(O que você espera conseguir com o curso?)

*Marcar apenas uma oval.*

- Aprender coisas novas e desenvolver habilidades
- Ter mais chances de conseguir um emprego
- Terminar os estudos da educação básica
- Outro:  
\_\_\_\_\_

### Parte 2: Permanência e Desafios

9. **3. Você já pensou em desistir do curso? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

10. **3. 1 Se sim, você já pensou em desistir do curso, qual foi a principal motivo?**

*Marcar apenas uma oval.*

Falta de tempo por causa do trabalho

Dificuldades para acompanhar os conteúdos

Problemas de saúde

Falta de apoio (em casa, no trabalho ou no curso)

Falta de transporte ou distância até o campus

Falta de dinheiro para continuar estudando

Outro:

—

11. **4. Quais fatores contribuem para a sua permanência no curso? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Tenho apoio da minha família

Recebo apoio dos professores e da equipe do curso

Gosto do curso e dos conteúdos que estou aprendendo

Vejo chance de conseguir estágio ou trabalho por causa do curso

Outro:

—

12. **5. Você enfrenta alguma dificuldade no curso? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

13. **5.1 Se sim, quais? (Escreva abaixo com suas palavras) \***

---

---

---

---

---

**Parte 3: Suporte e Recursos**

14. **6. Você tem acesso a recursos que ajudam no seu aprendizado? (marque todas as opções que se aplicam) \***

*Marcar apenas uma oval.*

Recebo materiais didáticos (apostilas, livros, etc.)

Participo de aulas de reforço ou atendimentos extras

Tenho acesso a computadores e internet no campus

Uso tecnologia (computador, celular, internet) fora do campus para estudar

Não tenho acesso a nenhum desses recursos

Outro:

\_\_\_\_\_

15. 7. Existe apoio psicológico ou emocional disponível para você no curso? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não tenho conhecimento

16. 7.1 Se respondeu "Sim", você costuma usar esse apoio?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

#### **Parte 4: Evasão e Conclusão**

17. 8. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no curso para ajudar os estudantes a não desistirem dos estudos?

*Marcar apenas uma oval.*

- Mais apoio dos professores e da equipe pedagógica (como SAP, CGE, DE, CAE)
- Melhorias na estrutura do campus (salas, laboratórios, transporte, internet, etc.)
- Mais atividades fora das aulas (palestras, oficinas, visitas, etc.)
- Aumentar ou melhorar a ajuda que os estudantes recebem (como auxílio transporte, alimentação, etc.)
- Outro:  
\_\_\_\_\_

18. 9. Você acredita que o curso pode ajudar você a alcançar seus objetivos profissionais?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

19. 9.1 Por favor, explique o porquê: \*

---

---

---

---

---

20. 10. **Você tem alguma sugestão para melhorar o PROEJA/EPT?**  
(Escreva aqui sua ideia, crítica ou comentário)

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Prezado(a)

Esse questionário de pesquisa faz parte da minha dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari , sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues e tem como objetivo investigar os fatores que afetam a permanência e o êxito dos alunos da EJA/EPT no IFFAR Jaguari, para mitigar as causas da evasão escolar.

Desde já, agradeço.

Debora Gabriel de Melo  
Pesquisadora Responsável

---

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail \*

---

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Pesquisador Responsável:** Debora Gabriel de Melo

**Telefone para Contato:** (55) 99916-4186

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

**Telefone para Contato:** (55) 99963-6498

**E-mail:** [ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br).

**IF Farroupilha - *Campus* Jaguari**

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

**E-mail do Pesquisador Responsável:** [debora.melo@iffarroupilha.edu.br](mailto:debora.melo@iffarroupilha.edu.br)

### **Prezado(a) participante!**

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada "EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA-EPT) NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI, PERMANÊNCIA E ÊXITO". O objetivo da pesquisa é coletar dados que possibilitem investigar os fatores que afetam a permanência e o êxito dos alunos da EJA/EPT no IFFAR Jaguari, para mitigar as causas da evasão escolar.

Sua participação envolve responder ao questionário semiestruturado online, desenvolvido no *Google Forms*. Os dados serão coletados automaticamente de forma digital (on-line). Você tem toda a liberdade para optar por sua participação voluntária no estudo, bem como pela desistência, em qualquer momento da pesquisa. A decisão em não participar da pesquisa ou eventual desistência não acarretará em nenhum prejuízo ao pesquisador ou à instituição proponente.

A participação nesta pesquisa não gerará custo aos participantes da pesquisa bem como não haverá compensação financeira aos mesmos. Embora talvez você não tenha benefícios diretos pela participação, de forma indireta estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos podendo causar desconforto e ansiedade durante o preenchimento dos questionários. Durante a aplicação dos questionários online, caso você tenha dúvidas ou sinta qualquer desconforto decorrente da pesquisa, poderá a qualquer momento solicitar o auxílio da pesquisadora que estará à disposição do participante e fará os encaminhamentos necessários.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. Embora sejam aplicados todos os esforços para manter o

anonimato e garantir o sigilo dos participantes, por se tratar de uma população restrita, não é possível garantir o pleno anonimato.

Os dados coletados constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador do projeto por cinco anos. Depois desse prazo, os dados serão destruídos.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Debora Gabriel de Melo (estudante de mestrado) e Ricardo Antonio Rodrigues (professor responsável).

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) através do telefone (55) 99916-4186 e/ou (55) 99963-6498 ou pelos e-mails: [debora.melo@iffarroupilha.edu.br](mailto:debora.melo@iffarroupilha.edu.br) e/ou [ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br);

Para dúvidas sobre aspectos éticos poderá ser contactado o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP IF Farroupilha pelo e-mail: [cep@iffarroupilha.edu.br](mailto:cep@iffarroupilha.edu.br) e/ou através do telefone: (55) 3218 9850.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica. A razão de sua existência, direciona-se na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

O encaminhamento dos projetos para avaliação ocorre por meio da Plataforma Brasil. Mais informações podem ser obtidas no site da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa - CONEP ou pelo e-mail [cep@iffar.edu.br](mailto:cep@iffar.edu.br).

O CEP do IFFAR é composto por representantes das áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Lingüística, Letras e Artes, além de uma secretária ou secretário, e dois(duas) representantes dos participantes de pesquisa (integrantes externos). Os protocolos de pesquisa submetidos à apreciação do CEP via Plataforma Brasil passam por três etapas fundamentais: 1-Verificação Documental; 2-Relatoria; 3- Parecer do colegiado.

## 2. TERMO DE CONSENTIMENTO \*

Eu, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e confirmo que Debora Gabriel de Melo, inscrita no CPF nº 011.857.600-32 e RG nº 2082984994, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

*Marcar apenas uma oval.*

Aceito participar da pesquisa

Prefiro não participar

### Informações Gerais:

3. **Quais as disciplinas que você leciona no PROEJA/EPT?** \*

---

4. **Há quanto tempo você atua no PROEJA/EPT?** \*

---

### Parte 1: Observações sobre os Alunos

5. **1. Você percebe que seus alunos estão motivados para continuar no curso? \***  
**Por favor, justifique sua resposta:**

---

---

---

---

---

6. **2. Na sua opinião, quais fatores contribuem para a permanência dos alunos no curso? (Marque todas as opções que se aplicam) \***

*Marque todas que se aplicam.*

- Apoio familiar
- Apoio da equipe docente
- Interesse e relevância dos conteúdos para a vida dos alunos
- Oportunidades de emprego ou estágio
- Políticas de assistência estudantil (auxílio transporte, alimentação, etc.)
- Outro: \_\_\_\_\_

7. **3. Quais são, na sua percepção, as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos do PROEJA/EPT? \***  
**(Marque todas as opções que se aplicam)**

*Marque todas que se aplicam.*

- Dificuldades acadêmicas (leitura, escrita, conteúdos específicos)
- Questões pessoais (problemas familiares, responsabilidades com filhos, trabalho, etc.)
- Falta de recursos (transporte, alimentação, acesso à tecnologia)
- Desmotivação ou baixa autoestima em relação aos estudos
- Outro: \_\_\_\_\_

## **Parte 2: Estrutura do Curso**

8. **4. Você considera que a estrutura curricular do PROEJA/EPT atende às necessidades dos alunos?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Em parte

9. **5. Existem recursos ou materiais didáticos que, na sua opinião, poderiam ser melhorados ou adicionados ao PROEJA/EPT?**

*(Se sim, descreva quais e por quê)*

---

---

---

---

---

### **Parte 3: Apoio e Intervenções**

10. **6. Você tem acesso a algum tipo de apoio (como programas, ações ou ferramentas) para ajudar alunos que estão em risco de desistir do curso?** \*

*Por exemplo, o Programa de Permanência e Êxito do IFFar.*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Em parte
- Não sei se existe esse tipo de apoio

11. **6.1 Se quiser, comente como esse apoio poderia ser melhorado:**

---

---

---

---

---

12. **7. Com que frequência você percebe a necessidade de intervir para ajudar alunos em risco de evasão?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Frequente

Às vezes

Raramente

Nunca

13. **7.1 Se desejar, comente em quais situações isso costuma acontecer:**

---

---

---

---

---

14. **8. Como é realizado o planejamento das suas aulas para a EJA?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

É igual ao planejamento para outros níveis de ensino

É diferente do planejamento para outros níveis de ensino

15. **8.1 Se respondeu “diferente”, por favor, explique como:** \*

---

---

---

---

---

16. **9. Existe horário de atendimento ou monitoria disponível para os estudantes da EJA?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

17. **9.1 Se “Sim”, como esses atendimentos funcionam?**

---

---

---

---

---

18. **10. Os alunos costumam utilizar os horários de atendimento ou monitoria oferecidos?** \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim, a maioria utiliza

Alguns utilizam

Poucos utilizam

Não utilizam

19. **8. O que você acredita que poderia ser feito ou implementado para melhorar a permanência e o êxito dos alunos no PROEJA/EPT?** \*

*(Fique à vontade para sugerir ações, políticas, práticas pedagógicas, melhorias estruturais, etc.)*

---

---

---

---

---

20. **9. Você tem alguma sugestão específica para reduzir a evasão escolar no PROEJA/EPT?** \*

*(Compartilhe ideias ou ações que, na sua opinião, poderiam ajudar a manter os alunos no curso)*

---

---

---

---

---

21. **10. Você gostaria de fazer alguma observação ou comentário adicional sobre o PROEJA/EPT?** \*

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## Avaliação do Produto Educacional:

Encaminhamos para sua apreciação o produto educacional, elaborado em formato de guia, intitulado “Protocolo de Acompanhamento Individualizado”. O material tem como objetivo contribuir para a promoção da permanência e do êxito dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT).

Após a leitura do guia, solicitamos, gentilmente, que responda às questões apresentadas a seguir.

O objetivo deste questionário é avaliar o produto educacional, de modo a possibilitar a validação de sua contribuição para o campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sua colaboração é de grande importância para o aprimoramento e a consolidação deste material.

Ressalta-se que o produto educacional foi desenvolvido a partir da pesquisa intitulada “Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT) no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí: permanência e êxito”.

Este produto integra as atividades do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues.

Atenciosamente,

Debora Gabriel de Melo

Discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguarí

---

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail \*

---

Leia atentamente cada afirmativa e assinale a alternativa que melhor representa sua opinião em relação ao produto educacional apresentado.

Utilize a escala abaixo para responder às questões:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo
- 3 – Indiferente (ou neutro)
- 4 – Concordo
- 5 – Concordo totalmente

**Sua opinião é muito importante para a avaliação e aprimoramento do material.**

2. 1. O material apresenta uma linguagem clara, acessível e de fácil compreensão? \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

3. 2. O Protocolo apresenta um layout agradável, facilitando a leitura? \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

4. 3. O produto é relevante para o acompanhamento de estudantes da EJA/EPT. \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

5. 4. As orientações apresentadas são possíveis de aplicar na prática institucional ? \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

6. 5. O protocolo pode contribuir para a permanência e êxito dos estudantes. \*

*Marcar apenas uma oval.*

1   2   3   4   5

---

---

7. 6. Que aspecto do produto você considera mais positivo? \*

---

---

---

---

---

8. 7. Sugestões de melhoria: \*

---

---

---

---

---

**Agradecimento:**

Para finalizar o preenchimento do formulário, clique em **“Enviar”**.

Agradecemos imensamente pela sua participação.

Uma cópia de suas respostas será encaminhada automaticamente para o seu e-mail.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

**Google** Formulários